

PLURAL

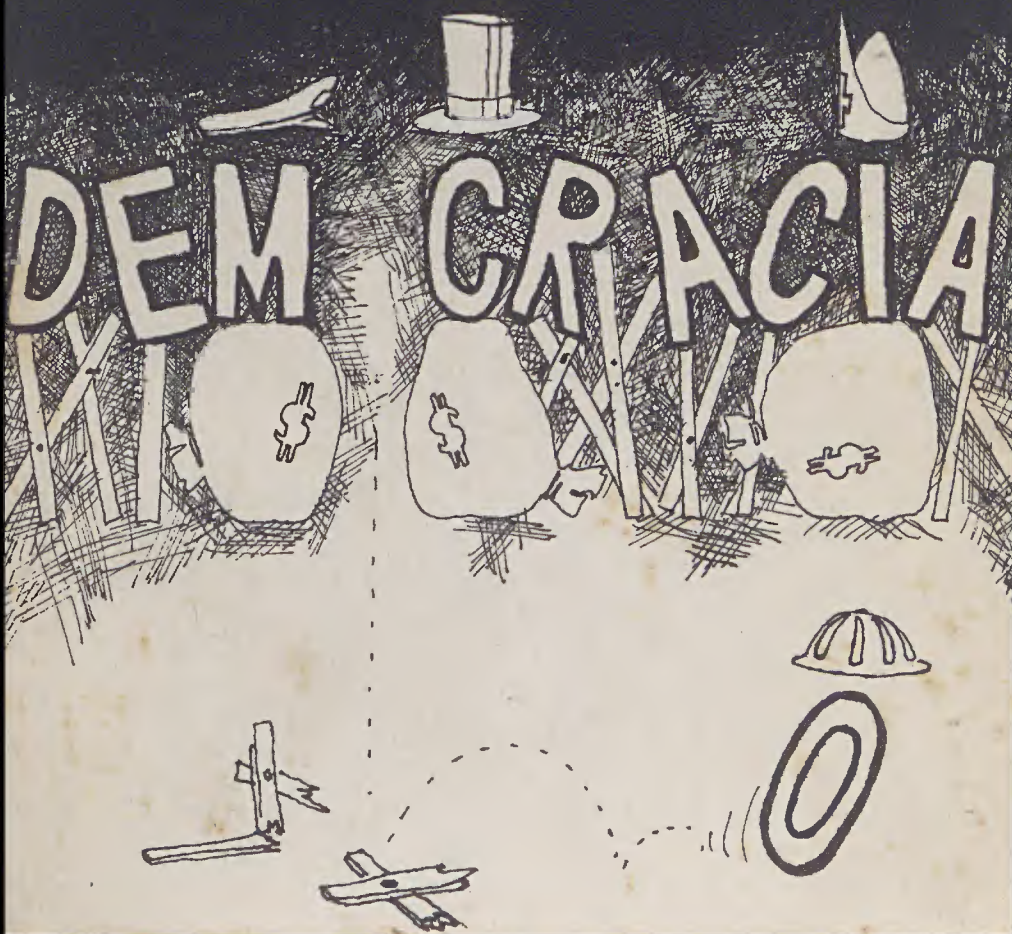
ANO I

OUTUBRO/DEZEMBRO 1978

Nº 2

Cr\$ 45,00

**F. HENRIQUE CARDOSO: DEMOCRACIA HOJE
SAÚDE E DEMOCRACIA/CLASSE OPERARIA E DEMOCRACIA
HISTÓRIA E DEMOCRACIA / A MULHER E O TRABALHO
ORIENTAÇÃO VOCACIONAL E CLASSE SOCIAL**



Você não pode deixar de assinar o "Pacote de imprensa Independente"

Movimento lançou uma nova campanha de assinaturas: ao assinar Movimento, ao mesmo tempo você assina outros jornais e revistas da imprensa democrática. São dois os planos:

* Plano 1: Você assina, por um ano, além de Movimento, mais três publicações à sua escolha. Por apenas Cr\$ 900,00.

* Plano 2: Você assina por um ano, além de Movimento, mais seis publicações à sua escolha. Por apenas Cr\$ 1.200,00.

O "pacote" inclui as mais conhecidas e mais respeitadas publicações da imprensa democrática de todo o país.

- | | | | |
|--|--|--|--|
| ☐ BRASIL MULHER
jornal feminista mensal
de São Paulo | ☐ COOJORNAL
jornal mensal da
Cooperativa dos Jornalistas
de Porto Alegre (RS) | ☐ CADERNOS
DO CEAS
Publicação do Centro
de Estudo e Ação Social
dos Jesuítas da Bahia | ☐ REPÓRTER
Jornal mensal de textos e reportagens
(RJ). |
| ☐ VERSUS
revista mensal de São Paulo | ☐ RESISTÊNCIA
jornal mensal da
Soc. Paraense de Defesa
dos Direitos Humanos | ☐ CADERNO DO
NORDESTE
caderno bimestral sobre
realidade nordestina | ☐ PLURAL
revista trimestral de debates (SP) |
| ☐ O SÃO PAULO
jornal semanal da
Arquidiocese de São Paulo | ☐ RÂDICE
revista trimestral de
Psicologia (RJ) | ☐ BAGAÇO
jornal bimestral
de texto e reportagem (RJ) | ☐ VARADOURO
Jornal mensal de Rio Branco (Acre) |
| ☐ ESTEIO
jornal mensal do Centro
Mineiro de Cultura Popular | ☐ DE FATO
jornal mensal de
Belo Horizonte (MG) | ☐ INÉDITOS
revista bimestral
de Ciências
Humanas do RS
estado | ☐ MUTIRÃO
jornal mensal de texto e
reportagem, de Fortaleza (Ce) |
| ☐ ESCRITA/
ENSAIO
revista bimestral
de ciências humanas (MG) | ☐ POSIÇÃO
jornal quinzenal de
Vitória (ES) | ☐ FICÇÃO
revista mensal (RJ) | ☐ ESCRITA
revista mensal de
literatura (SP) |

Deseja fazer uma assinatura de Movimento e das publicações assinoladas acima.

Nome
Endereço
Cidade
Profissão
CEP
Estado
Idade

PLANO 1 Cr\$ 900,00

PLANO 2 Cr\$ 1.200,00

Estou enviando o cheque nº em nome de Edição S/A - Editor de livros, jornais e revistas.

Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros - São Paulo - SP. CEP 05415.

CEMAP - PLURAL - OUTUBRO - DEZEMBRO - 1978 - N - 2

PLURAL

DAINIS KAREPOVS

REVISTA DE DEBATES

OUT/NOV/DEZ 1978



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA PLURAL
CEDEM

PLURAL

EDITORES:

Ana Lúcia G. de Faria
Letícia R. Bonato
Maria Salomilde Ferreira
Neide Barriguelli
Sandra C. de Paoli

RESPONSÁVEL.

Nicodemus Pessoa

ASSESSORES JURÍDICOS:

Luís Alberto M. Piccina
Luís Eduardo R. Greenhalgh

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO:

Travessa Brigadeiro Luiz Antônio, 21
São Paulo — SP — CEP: 01318

DIAGRAMAÇÃO E PLANEJAMENTO GRÁFICO:

Aristides Klafke
Letícia R. Bonato

CAPA:

orientação gráfica: Luís Fernando Carneiro Figueiredo
desenho: Domingos Goulart de Faria
montagem: Roni/Natan

COMPOSIÇÃO:

Linotipadora Relâmpago Ltda.
Rua Vitória, 251 São Paulo — SP.

IMPRESSÃO.

Cirset — Circulares e Catálogos em Off-Set Ltda.
Rua Major Diogo, 536 São Paulo — SP



ÍNDICE

EDITORIAL.....	página	5
ENTREVISTA		
Fernando Henrique Cardoso		
DEMOCRACIA HOJE		
<i>"A democratização é um processo essencial para haver o efetivo controle dos meios de produção de forma não privilegiada."</i>	página	7
ARTIGOS		
Maria Stella Martins Bresciani		
DEMOCRACIA, DEMOCRACIAS		
<i>"Como se posiciona o profissional da História frente a realidades no acabadas, tais como os debates políticos contemporâneos?"</i>	página	19
Edgar Salvadori De Decca		
DEMOCRACIA E CLASSE OPERÁRIA		
<i>Análise de dois momentos históricos brasileiros (1928 e 1950) onde a aliança burguesia-proletariado, em nome da democracia, significou uma derrota para a classe trabalhadora</i>	página	36
José Eduardo Passos Jorge, Fernando Vaz Pupo, Maria Lúcia Quaresma		
SAÚDE E DEMOCRACIA		
<i>Relato de uma experiência que tentou colocar a medicina a serviço dos interesses populares</i>	página	56
Maria Salomilde Ferreira		
ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E O CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO		
<i>Existe orientação vocacional ou a escolha profissional é determinada pela classe social do indivíduo?</i>	página	77
COMENTÁRIO		
Paulo Roberto de Almeida		
O MOMENTO POLÍTICO BRASILEIRO		
<i>Levantamento de algumas questões para reflexão sobre a conjuntura política brasileira</i>	página	89



DEPOIMENTO

A MULHER E O TRABALHO

História de vida de uma proletária que sofreu as mais diversas formas de exploração

página 96

CONTO

Fátima Miranda

ESTADO CIVIL

A busca de identidade de uma mulher pequeno-burguesa

página 110

RESENHA

Luiz Clauset

A MULHER CELIBATÁRIA

Resenha do livro "A nova mulher e a moral sexual" de Alexandra Kollontai

página 113



EDITORIAL

A revista **Plural**, cujo primeiro número foi lançado em julho de 1978, na 30.ª Reunião Anual da SBPC, traduz as inquietações de um grupo de educadoras. O grupo foi formado durante a pós-graduação em educação da Universidade Federal de São Carlos. Relutamos em aceitar a idéia de uma revista dirigida ao público acadêmico mas, que outro tipo de proposta hoje poderíamos levar à frente se, conhecendo nossa classe, não estávamos em condição de falar por outra? Tal fato foi decisivo para a escolha deste tipo de publicação, embora soubéssemos que teríamos algumas dificuldades a enfrentar. A primeira delas seria desmistificar a visão de que uma análise da realidade social só deve ser realizada por determinada(s) categoria(s) profissional(ais). É estranho pensar que justamente aqueles que combatem a especialização, por impedir uma visão de conjunto, reproduzam na sua prática quotidiana exatamente o que combatem. Já que na nossa prática como mulheres e educadoras estamos procurando encarar os problemas que surgem dentro de um contexto social mais amplo, nossa tentativa seria a de abrir o debate, trazendo artigos que enfocassem os mais diversos temas e que tivessem por objetivo contribuir para o esclarecimento da realidade e que indiretamente pudessem possibilitar uma ação mais efetiva.

Uma outra dificuldade é a de nos propormos, por hora, apenas propiciar reflexões que permitam amarrar nossa prática quotidiana a um todo mais amplo. A tomada de posição decorrente do referencial teórico adotado pela revista será fruto do próprio debate que ela pretende levantar.

Neste momento, como educadoras, devemos nos solidarizar com as reivindicações dos professores, que ultrapassam o âmbito restrito da atividade escolar, e que demonstram uma tomada de posição frente ao momento político atual.



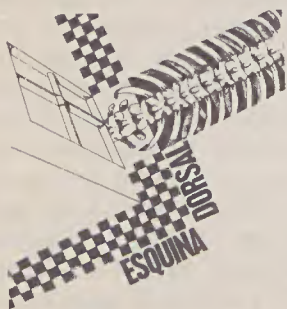
LANÇAMENTOS DA EDIÇÕES PINDAÍBA

CONTRAMÃO



POEMAS

Cr\$ 40,00



ARISTIDES KLAFKE

Cr\$ 35,00

Pega gente.



ULISSES
TAVARES

Cr\$ 20,00

AQUI & AGORA CONTOSCONTOS

FERNANDO VAZ
HUGO ZORZETTI
LUIS RICARDO LEITÃO
INEZ BARROS DE ALMEIDA
ELIAS FAJARDO DA PONSECA
FRANCISCO SOBREIRA BEZERRA
CARLOS EMILIO CORRÊA
WALLACE BORGES GRECO
SILVIO FIORANI
YEDA SCHMALTZ

VENCIÍDORES DO 11 CONCURSO NACIONAL DE CONTOS
PROMOVIDO PELA EDITORA COOPERATIVA DE ESCRITORES

Cr\$ 40,00

Pedidos pelo reembolso postal para
Aristides Sergio Klafke
Av. São João 1588/106
CEP 01260 — SÃO PAULO

ENTREVISTA

DEMOCRACIA HOJE

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO*

PLURAL — A sua entrada para um partido político, a sua disposição de disputar uma cadeira no Senado, não faria parte do processo de dessacralização do intelectual?

F. HENRIQUE — Acho que é uma boa pergunta e já tem a resposta contida nela. Eu disse isso na 29.ª Reunião da SBPC, já que algumas pessoas criticavam a movimentação que estava havendo lá, comparando com uma feira de amostras, um carrossel, onde todo mundo participava. Eu acho isso uma coisa muito boa, muito produtiva. Numa sociedade como a nossa, que é muito elitista, o intelectual normalmente pertence às elites e se ele é um intelectual de projeção, mesmo que tenha origem humilde — o que é difícil — acaba pertencendo às elites. Então, forma-se uma imagem dele como um ser muito distante da realidade, da vida, como um homem que fica entre livros, pensando em abstrações. Isto é falso. Não que os intelectuais não leiam e nem pensem em abstrações, mas não se pode cortar a vida num setor que fique completamente isolado do resto. Eu acho importante que as pessoas entendam que os intelectuais como os padres, os militares, os estudantes, ou como os operários devem participar dos vários níveis da sociedade. De fato, a relação entre o intelectual e a política é ambígua. Muita gente prefere que o intelectual não se meta na política, porque a política seria como se fosse um pedaço da vida que suja. Ele

*Sociólogo, diretor do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Entrevista realizada em junho de 1978, com a participação especial de Nicodemus Pessoa.



pode falar sobre as grandes teorias, inclusive sobre as grandes teorias políticas, mas é melhor não tomar partido, a idéia de partido. Eu acho que isso está errado. Em certos momentos, em certas circunstâncias — não estou pregando que em geral, que sempre, nem que todos os intelectuais; aí é um conceito pessoal que conta, não estou fazendo uma prescrição — a própria obrigação política, a responsabilidade social impõe uma participação, uma decisão, uma opção. Acho também que do ponto de vista estritamente intelectual, para quem é cientista social, a participação na política, e especificamente na política partidária enriquece, a pessoa aprende uma porção de coisas que não sabe, realmente obriga a sair da casca do ovo, obriga a pessoa a ter contato com uma série de realidades. Política implica em interesses mais ou menos articulados e os intelectuais não podem viver imaginando que a sociedade não se componha de interesses mais ou menos articulados, dos bons e dos maus. Então, sem dúvida alguma, eu veria na mesma linha da SBPC a minha participação enquanto político. Se bem que isso não tem nada de novo, no meu caso pessoal. Sabe por que? Toda vida eu fui muito interessado na vida brasileira. De modo que me parece perfeitamente razoável e mesmo desejável que os intelectuais participem da política. Há limitações partidárias, é verdade, as opções são limitadas, é verdade. Mas o que se vai fazer, você tem que viver no real e não no ideal.

PLURAL — O que o leva a crer que estamos no limiar de um novo tempo, um novo período na vida política do país?

F. HENRIQUE — Do ponto de vista estritamente subjetivo, eu digo o seguinte: o medo, que paralisou muito a sociedade, está acabando. Isto é muito importante; as pessoas passam outra vez a dizer o que pensam, a **querer** coisas. Não é que não quisessem antes, mas hoje expressam o que querem com mais confiança. Eu vejo que há na própria sociedade, na base da sociedade, na classe média, uma vontade de afirmação. As pessoas querem. Antes não queriam: não queriam violência, não queriam tortura, não queriam perseguição, não queriam prisões, não queriam que as eleições fossem indiretas. Hoje nós **queremos** uma porção de coisas. Então eu acho que este é um dado importante, este querer começa a se generalizar. De alguma maneira o que é lei de exceção começou a não pegar. Antigamente se dizia: há leis que pegam e há leis que não pegam. Evidentemente o AI-5 pegou, pegou porque tinha força por trás. Agora, o 477 não pega. Ele está lá, está nos regulamentos das faculdades, mas existe uma porção de movimentos que não estão



tomando em consideração isso. Algumas tentativas de amedrontar que as forças reacionárias fazem, não pegam, não têm pegado, não é verdade? O fato de que se começa a ver que é preciso que a população esteja de acordo com a lei para que ela valha é o que me leva a crer que há alguma esperança de redemocratização, muito mais do que o fato da disposição do General Geisel, do General Euler. Isto só existe realmente porque nós todos começamos a não levar muito a sério leis que são imorais.

PLURAL — O que você acha do manifesto dos empresários a favor da redemocratização?

F. HENRIQUE — Eu acho o seguinte: estes empresários, já de uns dois anos para cá, têm surpreendido muita gente, por duas ou três razões. Primeiro, diz-se que com o crescimento da grande empresa estrangeira estatal, não há mais burguesia local. Não é verdade, ela existe. Ela está vinculada aqui ou ali, está imprensada. O que ela não é, é uma classe hegemônica, o que ela não tem é capacidade de conduzir o país segundo seus interesses, sozinha e tal, como foi na Europa. Mas que existe um setor empresarial local, existe. E que este setor se distingue de outros setores, também é verdade. Quem está gritando? Basicamente é o setor de produção de bens de capital. Por que? Porque este setor necessita, nesse momento, um guarda-chuva estatal muito forte: empréstimos e encomendas. E para isso ele quer uma política mais clara em favor do desenvolvimento local, que se contradiz com o desenvolvimento das multinacionais. Segundo, a grande empresa hoje está refeita, depois de 64 os fundos de acumulação estão refeitos, ela está em posição, digamos, relativamente vantajosa para poder negociar com os trabalhadores e conceder aumento. A grande empresa em geral, inclusive a multinacional, não tem tanto medo do aumento. A multinacional não tem greve na Europa? Não tem greve nos EUA? Não negocia, não tem pressão salarial? E ela não é capaz de se desenvolver? Só quem tem uma teoria muito atrasada sobre o que é capitalismo é que pensa que o capital cresce quando aumenta a exploração absoluta do trabalho. Não é verdade. O que distingue o sistema capitalista é que ele mistura o aumento da exploração absoluta com o aumento da exploração relativa, ou seja, produz máquinas, aumenta a produtividade e compete entre si. Se você tirar o elemento de competição entre as empresas — o que leva ao progresso tecnológico — para diminuir a quantidade do peso do custo da força de trabalho na produção — o que aumenta também a produtividade —



você não entende a dinâmica do capitalismo. Então, quando o capitalismo está crescendo mesmo, este processo está em curso. Em certos momentos, quando vem a recessão, aí a grande pressão do capital é sobre o trabalho e é uma luta muito ativa e que não dá para atender. Mas em outros momentos, quando este mecanismo está funcionando, a empresa capitalista tem condição de abrir limites, de atender a certos reclamos. É a razão pela qual a idéia de democracia não é incompatível em todo momento com a idéia de empresa. Ela é em certos momentos, mas não em todos. Ela é quando aumenta a pressão social, ou quando a inflação é muito grande, quando desarticula o mecanismo de acumulação.

PLURAL — Por que a empresa nacional relutou muito mais que a multinacional em dar este aumento de salário?

F. HENRIQUE — Porque ela tem menos recursos que a multinacional.

PLURAL — Então você está dizendo que a empresa nacional depende da exploração absoluta do trabalho?

F. HENRIQUE — A pequena e média empresa sim. A taxa de exploração é maior, contraditoriamente. Porque deveria ser menor. Quanto mais você aumenta a industrialização, a taxa de exploração deveria aumentar. A taxa, não o nível absoluto. E aqui no Brasil não só o nível, como a taxa da pequena e média empresas são maiores. Então, a transformação, a democratização vai implicar num acerto complicado com as empresas, o Governo vai ter que tomar medidas difíceis para poder sustentar esta pequena e média empresa, senão vai dar uma contenção forte aí.

PLURAL — A multinacional traz máquinas mais avançadas que realmente garantem maior produtividade ou quando ela vem para cá ainda continua explorando só a força de trabalho?

F. HENRIQUE — Não, ela traz. Veja o que aconteceu aqui. Você hoje tem a indústria automobilística. Praticamente, tudo o que se importava não se importa mais. Fabrica-se aqui. Portanto, ela traz. Por exemplo, a indústria de ponta mesmo, não; a espacial, a atômica, indústrias mais avançadas, não. Um setor que não é a vanguarda da industrialização, vem. Ela não transfere tecnologia, ela não transfere mecanismos para se criar nova tecnologia, você tem que continuar importando esta tecnologia, é



amarrado por aí. A multinacional te amarra por aí e te amarra pelo capital financeiro, amarra pelos dois lados. Então, tem empréstimos externos e tem necessidade de importar tecnologia, mas com esta restrição ela modifica as relações de trabalho, a forma de produção se altera.

PLURAL — O que é democracia?

F. HENRIQUE — Pergunta complicada. Mas é bom a gente se entender. Do que estamos falando aqui? Quando se fala da democracia do século XVIII, não é do que se fala hoje. Democracia no século XVIII significava realmente uma transformação nas estruturas institucionais, de tal maneira que uma camada que não participava delas, ou seja, a camada de produtores da burguesia, pudesse entrar e participar daquilo que era reservado à nobreza e ao clero. Na verdade, a decisão política, durante o absolutismo e até a revolução chamada burguesa, estava na mão do Governo e do Clero. A revolução burguesa foi uma tentativa de abrir o sistema institucional para permitir que os industriais e os comerciantes participassem disto. Ninguém falava em partido de massa naquela altura. Na Europa, no século XIX, na Inglaterra, não existia partido de massa. O Partido Trabalhista teve a característica que tem a partir do fim do século e neste século. Os partidos eram partidos parlamentares, eram facções da burguesia, da nobreza e do clero. Eles se organizavam dentro do parlamento. A idéia do voto indireto não havia. Havia Rousseau, que pensava certas coisas diferentes da situação da pequena comunidade, que tinha horror da representatividade, da transferência, da delegação. Então, você tinha um modelo de democracia quase comunitária e bastante inviável com o desenvolvimento do capitalismo. E com este desenvolvimento a burguesia se aninhou nos instrumentos de Estado e democracia significava independência dos poderes: judiciário, legislativo e executivo. Mas não significava a participação do conjunto da sociedade. Ela tinha instrumentos para isso. Hoje não se pensa mais em democracia no sentido da democracia burguesa do século XVIII. Hoje, quando se pensa em democracia, pensa-se em como é que você aumenta a participação dos vários setores da sociedade no processo decisório. A maior parte das decisões importantes hoje não passa pelos parlamentos. Aqui, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na França, não passa. Passa pelos executivos. Agora, ter democracia não é só ter parlamento. Parlamento é como a imprensa, é importante, porque ela informa. Mas, a democratização implica em você controlar decisões que se deram em outros níveis. Que



se deram no nível executivo, no caso, e as que se deram no nível da empresa em outro caso, no sindicato em outro. Democracia hoje, modernamente, implica em você ampliar os canais de participação e controle, fiscalização, nos vários níveis da sociedade. Nós aqui estamos engatinhando, estamos tentando democratizar pelo menos no sentido da imprensa livre, do parlamento, etc., etc... Mas não vai bastar. O importante é se tornar público o que hoje é decidido dentro do setor público, mas que não é público. Ninguém sabe as grandes decisões sobre a questão atômica. Qual de nós sabe o que significa realmente isto? O problema energético todo, qual de nós sabe? Como se dá o sistema de transporte? Isto não passa pelo parlamento. Então, se queremos democratizar hoje significa que nós vamos ter fases de mobilização, de organização, de participação e de controle que progressivamente atinjam estes níveis. Democratização hoje implica em você democratizar a sociedade mesma, não só o Estado, os partidos; a sociedade mesma. Tem que haver democratização dos partidos também, que não são democráticos. A decisão dentro do partido não é democrática no Brasil hoje. Há oligarquias que se formam, grupos pequenos que controlam. Você vai ter que forçar a abertura interna dos partidos. E também democratizar a sociedade. Em que implica isto? A família, a mulher, os jovens. Democratizar vai implicar num processo amplo. Isto não é uma questão do estado de direito. O estado de direito é uma condição, facilita isto, mas não resolve. Imagine-se que amanhã haja uma constituinte livre e soberana, que resolva uma porção de coisas. Vai resolver a posição da mulher na família? Talvez a situação do trabalho melhore, mas na família? Vai encarar o problema do machismo, da educação dos filhos, a relação entre pai e filho, entre estudante e professor, entre estudante, professor e pai? Não. Tal como eu entendo, e eu acho que qualquer pessoa que tem um pouco de sizo entende assim, democratizar significa alterar as relações entre os homens em vários níveis. E alterar em que sentido? Primeiro tem-se que reconhecer que as coisas não são iguais. Democracia é o oposto de homogeneização; é o oposto, num certo sentido, de consenso. O consenso pode ser obtido, mas quando ele for obtido ele é negociado e num dado momento ele expressa uma correlação de forças. Ele não pode ser este consenso místico, que é totalitário. Em nome da nação, em nome de uma classe, ou do que seja, ele é totalitário. Num processo democrático você tem que reconhecer sempre que há diversidade e conflito. E que o conflito é legítimo. E você vai tentar negociar este conflito e respeitar a minoria e permitir, provisoriamente, que um certo ponto de vista se afiance. A única coisa não provisória é a legitimidade do conflito e você vai



buscar canais, não abertamente violentos, mas de persuasão, para mudar.

PLURAL — A democracia, então, é um meio.

F. HENRIQUE — A democracia é um meio, mas é um meio permanente. Para mim é muito importante. Você pode ter, de repente, a socialização dos meios de produção. E cria uma burocracia. Então não é um meio. Democracia, no sentido que eu estou falando, não é a democracia burguesa. Neste sentido, que é o de democratização da sociedade, não é meio, é um objetivo a ser alcançado e é um objetivo necessário para garantir inclusive a possibilidade efetiva de igualdade. Nós já temos experiências históricas de regimes que são regimes que expropriam. Não vou dar nome aos bois, mas é fácil de ver. Expropriam. Você não tem mais a propriedade privada dos meios de produção. Não obstante, você cria camadas que são privilegiadas, o processo decisório pode não ser aberto... Então, a democracia é importante para o socialismo também. Eu acho que tem que tirar da cabeça o século XVIII e XIX. Nós estamos no XX, indo para o XXI. No século XIX — se bem que nos clássicos Marx nunca colocou a democracia assim como estou colocando — qualquer socialista encarava a democracia assim: a classe operária toma as bandeiras que a burguesia não é mais capaz de levar adiante. Primeiro a democracia. Marx pensava na democracia substantiva; eu copiei, tirando de Marx e de Mannheim. Eles falavam da democracia substantiva, quer dizer, não é o formal, não é a relação entre os poderes, é isto: é a prática da sociedade. Agora, não pensavam esta idéia de democracia como meio, isso vem no século XX, fim do século XIX. Dizia-se: a democracia é burguesa e o que importa é socializar os meios de produção. E veja no que deu. Tem que se recuperar uma temática que eu acho que é importante. A democratização é um processo essencial para haver o efetivo controle dos meios de produção de forma não privilegiada.

PLURAL — Mesmo sem dar nome aos bois você não vê este momento como um estágio?

F. HENRIQUE — Ah, minha filha, um estágio que dura cem anos...

PLURAL — Mas não são cem anos!

F. HENRIQUE — Você tem que imaginar que o Estado tem ten-



dência decrescente. Eu não estou vendo que este Estado tenha tendência decrescente, diminuindo a burocracia. Não vejo. Estou vendo tendências a aumentar, tanto o Estado quanto a burocracia.

PLURAL — Você pode colocar isto genericamente?

F. HENRIQUE — Com relação a que?

PLURAL — Com relação a todos os países socialistas.

F. HENRIQUE — A China talvez seja diferente. A China é um país não ocidental, a China é vizinha mas não tem nada a ver. Na verdade, não teve industrialização do tipo européia, não teve uma secularização da sociedade do tipo européia, é um país onde o peso do campo é enorme. A China, o sudeste da Ásia é outro mundo, a África é outro mundo ainda diferente. O Brasil é um país mais próximo da Europa e dos Estados Unidos. A sociedade, a forma do dinamismo da sociedade, como que o capital funciona, a que se responde, a visão de mundo que você tem é de outro tipo. Eu não conheço o caso da China mas, de qualquer maneira, eu não diria que se trata do mesmo processo que, por exemplo, a Checoslováquia. Ou — deixe-me pegar outro exemplo — Cuba: não é o mesmo processo também. Há um certo esforço em Cuba de resolver certos problemas. Por exemplo, na última constituição cubana há um esforço de democratização efetiva de organizar bem uma província de Cuba (não me lembro o nome) com experiências de eleição, de participação, de controle. Portanto, não é o mesmo.

PLURAL — Como você está colocando diferenças em relação ao nosso país, achamos que estas diferenças devam ser colocadas...

F. HENRIQUE — Em relação a tudo. Agora, o que não quer dizer que a preocupação com uma democratização efetiva não deva existir sempre. Acho que deve. Acho que nós não devemos comer gato por lebre, não vem automaticamente. Se a gente se esquecer de certas questões relativas a quem controla, pensar que há um mecanicismo automático do econômico para o político, para o social, acho que não dá.

PLURAL — Parece haver uma certa rejeição de alguns líderes operários quanto à participação do intelectual na sua luta. Como você vê isto?



F. HENRIQUE — Eu entendo isto da seguinte maneira: é uma busca de identidade. Não acredito que seja uma política desses líderes, eles estão querendo se auto-reconhecer primeiro e eles têm medo é de um certo aventureirismo intelectual infantil. Muitos grupos jovens, muitos intelectuais pensam que sabem qual é a essência da classe operária e que ao saber qual é a sua essência eles vão lá e impõem aos operários a verdadeira ciência, seu rumo. Os operários têm medo disto. Eu estou com eles, eu também tenho medo disto. Este é o germe do totalitarismo e é um germe da bobagem. É bobeira pensar que porque você tem um conjunto de idéias você sabe onde é que o calo aperta. O que os operários estão dizendo é: "O pé é meu. Está doendo, mas eu é que sei onde está doendo. Não venham vocês com estas teorizações porque elas não sabem onde é o calo". Então eles formulam, às vezes, assim de uma maneira que é chocante e, às vezes, até injusta. Porque, na verdade, o impulso do estudante é generoso, o método é que é ..., Eu acho que deve ser reconhecido, eles querem ajudar. Então, eu acho que estou com os líderes sindicais, que dizem: "Não, isto é um problema meu porque sou eu que entendo". E isto é uma busca de identidade. Por exemplo, eu pessoalmente nunca tive problema com a liderança sindical neste sentido. Agora mesmo, na campanha, os mesmos líderes que dizem estas coisas, me ajudam. Os mesmos. Os níveis de conversa são muito razoáveis. Agora, uma das coisas interessantes é que uma vez eu perguntei a um deles: Por que você acha que vale a pena me ajudar? "Bom, porque você não está tentando dizer para nós qual é a receita". Eles acham que o momento é de abrir espaço político, que não é o momento da liderança operária ou da liderança sindical assumir posições de poder e que é importante que exista um espaço maior, desde que as pessoas que vão abri-lo, ou ocupá-lo, não se pretendam falsos líderes operários. Quer dizer, não queira falar em nome da classe operária, pois este problema é deles. Eu acho que é uma atitude correta, estou muito de acordo com esta busca de identidade deles, mesmo quando ela tenha uma conotação um pouco brusca.

PLURAL — E o papel do intelectual na formulação deste projeto político, qual seria, tendo isto como cânone?

F. HENRIQUE — Se você é realmente um intelectual e não um intelectualóide, você sabe a sua limitação. O intelectualóide pensa que resolve, pensa que o problema é do intelectual, que



ele sabe como fazer um programa. Eu acho que o programa não é uma questão mental, o programa é uma questão da vida, é uma questão real. Então, o que o intelectual, e não o intelectualóide, pode fazer é ajudar a explicitar o que já está em marcha na vida, ajudar a explicitar, sem ter pretensões de estar liderando. Você pode articular, colocar questões. Até por obrigação eles devem saber formular mais claramente os impasses, as alternativas, ou visões do futuro. Mas sem ter a pretensão de ser um profeta, um utópico — no mau sentido. No bom sentido eu acho que é preciso, quer dizer, dar uma imagem diferente do que é para ser feito. Mas essa imagem tem que estar enraizada num movimento do real. Você tem que ouvir e ver, eu diria, mais do que falar. É difícil, porque o intelectual fala muito. Mas, em todo caso, a atitude deve ser de cuidado. Fale o que você está vendo e ouvindo. Preste atenção. Acho que esse é que deve ser o nosso papel e não o de um líder, no sentido antigo, de "condottieri". Você pode eventualmente transmitir para o conjunto da sociedade o que outros estão vendo do seu ângulo. Esta é outra coisa importante, que é a passagem do social para o político. E qual é a passagem do social para o político? No social você reivindica, você sabe onde o calo aperta. Mas são muitos calos na sociedade. Nós falamos aqui: a classe média diferenciada, os trabalhadores do campo e da cidade, o empresário. Cada um tem diferentes problemas. Para o trabalhador da cidade é o problema da condução direta e aumento do salário. O outro infeliz lá, não tem nem emprego; o outro, não pode negociar diretamente porque não tem força para negociar com o patrão. Quer dizer, cada um tem um calo localizado numa parte diferente do corpo. A passagem do social para o político é quando você junta isso. E se existe junção disso, se ela se dá, é o Estado. O Estado é que é a fivela, o cinto que amarra tudo isso. Está vendo? Isto está assim porque tem uma ordem estatal que está amarrando as classes desta maneira. Se quer melhorar aqui, tem que mexer lá em cima também. São os partidos, é a ideologia, é o setor político. Eu não estou de acordo com certa perspectiva que ainda diz: o importante é a base da sociedade. É a base da sociedade, mas ela sente cada pedrada lá em baixo, em cima do seu calo. Você tem que passar disso para o nível do político, que é quando junta isto tudo e se formam as alianças, os grupos de força. Isto é política. O intelectual, quando está inserido na política, é o homem que está ajudando a costurar este tipo de armação. Ele, ao mesmo tempo, como qualquer pessoa, pode ficar no social, quer dizer, está reivindicando por sua classe, por sua categoria, por melhores salários para



o professor. Deve estar, deve, mas tem que dar um passo para a política. Acho que é essa a função que se tem, didática, sem pretender liderar no sentido profético. Se liderar será por suas qualidades políticas e não por suas qualidades de intelectual, por sua capacidade de convencer, de unir, etc.

PLURAL — É por isso que você vê a necessidade de abrir mais partidos?

F. HENRIQUE — Tem necessidade, não há dúvida nenhuma. Isto eu acho que é indiscutível. Hoje, o que nós temos como partido? Um não partido, que é a ARENA, e um projeto de partido que, na verdade, é uma frente e, portanto, heterogêneo, que é o MDB. Então, se você pensar em democracia e estado de direito, não vai ser assim. Se a gente fala a sério em negociar interesses e diversidades, tem que se levar isso corretamente. Eu acho que não é o momento agora, estamos em fase de eleição, temos o problema de vencer o autoritarismo, o regime é o problema número UM. Nesta frente você vai ter o empresário, o banqueiro, o líder sindical, padres, estudantes, professor, não sei que. Muito bem. Mas no futuro não pode ser isso. Os interesses não são os mesmos. Não digo que eles não sejam negociáveis dentro daquele limite. Não dá para fazer PSD mais, ou seja, pensar que porque está junto está confundido: somos todos iguais! Não somos iguais. Estamos juntos, apesar de não sermos iguais. Quer dizer, a condição para você ter uma aliança é você não obscurecer a diversidade e o choque do conflito de classe que existe.

PLURAL — Uma das coisas que se fala muito agora é sobre até que ponto esse momento da vida política brasileira se parece com 45, os dias antes de 45. Pensando nisto, seria um erro se voltássemos à Constituinte de 46. Então, o que deveríamos fazer, que proposta deveríamos agora apresentar?

F. HENRIQUE — Vamos ver o que foi 45, a Constituinte de 46. Primeiro, significou o fim da guerra, a derrubada de um regime muito mais rígido do que esse. O regime do Getúlio, o Estado Novo, foi bem rígido. E o fim da guerra, então com um enorme impulso democratizante, mas sem levantar de fato a questão social. Prova disso: as leis trabalhistas ficaram praticamente as mesmas de antes, a ingerência sobre o Ministério do Trabalho permaneceu a mesma, apesar da Constituinte de 46. O grosso do pensamento de 46 era o setor liberal, a UDN, importante do ponto de vista de formulação de idéias, muitas



práticas no sentido da democracia parlamentar e o grosso mesmo era isso, eram os interesses do PSD, era o campo, era a negociação, o caudilho, a troca de favores, etc. Eu acho que hoje nós devemos dar um passo adiante. Qual é o passo adiante? É que a democracia hoje deve passar, como eu disse, pelo parlamento, pela imprensa livre, garantir tudo isso. Mas ela tem que dar uma abertura social que 46 não teve. Nós não podemos pensar nisso só como o momento da Constituição. Não é o momento da Constituição só, deve ser o momento da redemocratização da sociedade. Imaginemos que por alguma razão você aperte um botão e surja uma Constituinte livre e soberana. A constituinte o que é? Correlação de forças. Você não vai mudar o país além dos limites que as forças sociais permitem. Esse limite é relativamente acanhado no Brasil, mas algumas aberturas têm que ser dadas, por exemplo, para a questão sindical, na cidade e no campo. Isto é básico para a questão do controle do Estado. Não o controle pelas multinacionais, o controle pelo povo, pelos usuários. Os grandes fundos sociais que estão aí: FGTS, PIS, PASEP. Acho que se nós dermos um passo adiante com uma eventual reabertura aqui, nós temos que colocar estas questões em debate e lutar por elas. A questão que é muito importante é a dos meios de comunicação. Um mundo como o nosso depende da TV. Um programa de televisão bem feito pega cinco milhões e todo o tipo de gente. Então, se realmente nós quisermos redemocratizar aqui, nós vamos ter que ter instrumentos. Uma cadeia de TV vale mais que um partido. Por que a lei Falcão está aí? A lei Falcão é mais grave que muita coisa. Por que não soltam a lei Falcão? Porque o regime cai. Três pessoas na televisão mudam o país. Eu acho que nós devemos fazer com a lei Falcão o que os operários fizeram com a lei de greve e os estudantes com o 477.



DEMOCRACIA, DEMOCRACIAS

MARIA STELLA MARTINS BRESCIANI*

"Só quem deseja fortemente identifica os elementos necessários para a realização de sua vontade".
Gramsci

Esta comunicação nasceu em meio ao estímulo da atual conjuntura política, quando, pressionada por manifestações múltiplas, parece estar cedendo a barreira de censura que nos impunha o silêncio. Trazer para esta reunião, que propõe como tema a relação entre História e Política, uma questão de atualidade política me pareceu ser a melhor maneira de iniciar um debate que comprometa o historiador com a História. Mais ainda, na trajetória da bibliografia recente ressalta a importância conferida pelos historiadores a assuntos políticos. Parece que se recupera, com indagações novas e inquietantes, um espaço de trabalho antes destinado às anotações dos momentos significativos do exercício do poder pelas classes dominantes. Trata-se de um avanço substancial que, como não poderia deixar de ser, levou a uma outra indagação maior:

— como se posiciona o profissional da História frente a realidades não acabadas, tais como os debates políticos contemporâneos?

* Professora doutora do Instituto de Ciências Humanas, Unicamp, Campinas-SP.

* O texto aqui publicado consiste na comunicação apresentada ao Simpósio — História e Política: novas abordagens, novos objetos na XXX Reunião da SBPC realizada em julho deste ano. Embora reconhecendo o caráter de esboço do texto achei importante publicá-lo sem maiores reformulações, principalmente quanto a uma talvez necessária atualização do debate político que enfoca. Entretanto, dado que o debate caminha na direção apontada de melhor explicitação das concepções de democracia que veicula, creio que a proposta fundamental desta comunicação — quanto ao descomprometimento político-profissional do historiador — permanece válida. Afirmando que o profissional em história se situa numa posição privilegiada para dar início a um debate sobre o alcance e a legitimidade de conceitos utilizados, tanto para as propostas, como para as análises políticas. Foi exatamente o uso indiscriminado da palavra



Esta indagação bastante genérica partiu de uma constatação também geral: a **ausência** dos historiadores (são raríssimas as exceções) nas discussões que têm como tema os problemas atuais. Em nome do que o historiador se mantém afastado do que acontece? Em nome do que ele se ausenta e, portanto, só caminha a reboque de decisões políticas que dizem respeito à sua atuação profissional, como foi o caso gritante de Estudos Sociais? Que, se não pretendeu, quase conseguiu confinar o historiador no trabalho de arquivo e nos artigos destinados a revistas especializadas por poucos lidas, tirando-lhe o único espaço de relacionamento com o real: a sala de aula.

E no entanto, a grita frente ao já acontecido, a posição tomada "a posteriori" — sempre a reboque dos fatos — tem caracterizado a postura do historiador nas sucessivas investidas contra a sua profissão. No mais, compulsando as publicações especializadas em busca das preocupações atuais nossas, vemos que quando ousamos deixar nossos velhos temas, sempre revisitados, nos permitimos um engajamento com a atualidade que vai no máximo até o debate em torno de NOVAS TÉCNICAS e/ou NOVOS MÉTODOS para trabalhar nossos VELHOS MATERIAIS.

Assim, quando surge um conjunto de textos que pretende rever o trabalho da pesquisa histórica e se propõe oferecer o elenco de novos problemas, novas abordagens e novos objetos que orientam os trabalhos dos historiadores mais avançados encontramos os mesmos velhos debates sobre a validade da quantificação na história, sobre o reaproveitamento do fato histórico ou sobre como diferentes temas recortam diferentemente o tempo da história. No mais vemos passos temerosos em direção a espaços tradicionalmente deixados **fora da história**, tais como, as sociedades sem escrita ou difíceis alianças com especialistas de outras áreas para num trabalho conjunto tentar a busca de **novas aproximações** (leia-se novos métodos e/ou novas técnicas) desenvolvidas por sua vez fora do trabalho historiográfico. Tudo se passa como se o grande problema — o **problema fundamental** — fosse o de atualizar nossa antiga profissão e para tanto tivéssemos que incorporar as inovações técnicas que, elas sim, nos oferecem a possibilidade de encontrar **novos aspectos** que facilmente tomam a proporção de **novos objetos** na história da chuva e do bom tempo, na opinião pública que se oferece a nós através dos questionários, nos movimentos demográficos postos ao nosso alcance pelo processamento rápido de dados numerosos pela técnica computacional.

democracia e sua corrente oposição a um chamado autoritarismo o estímulo inicial que me levou a fazer estas reflexões sobre a nossa atuação profissional. Os descompassos da política brasileira hoje, acabaram por deslocar o debate inicialmente proposto para o estudo da concepção de democracia vigente nos debates da década de vinte. — Setembro de 1978



Sem nos alongar demais nessa colocação queríamos indicar algumas questões que consideramos básicas, decorrentes (e causadoras) do distanciamento do historiador dos problemas políticos atuais.

Em primeiro lugar temos um super-dimensionamento das possibilidades postas pelas **alternativas técnicas e metodológicas dispostas em leque**, como se a grande questão fosse se atualizar em relação aos métodos e técnicas e escolher dentre eles o melhor (vale dizer o que permite a mais precisa reconstrução das realidades passadas).

Em segundo lugar vemos a **permanência do historiador no papel a ele destinado** na divisão do trabalho intelectual e que se presume tenha ele assumido, de guardião dos documentos (entenda-se descobridor, catalogador, preservador e divulgador). Nesse papel ele aceita, e é aceito pela comunidade acadêmica, avançar pelos tempos contemporâneos.

Em decorrência da situação anterior, temos em terceiro lugar, a **cristalização do trabalho do historiador junto aos documentos**: passo preliminar — levantamento (anotação) dos **atos históricos**; passo seguinte — descrição desses fatos, ou seja, sua reconstrução tão minuciosa quanto os documentos permitirem; e passo final — interpretação, ou melhor, a identificação no que foi descrito daquilo que se pode considerar tenham sido as causas próximas e remotas dos fatos que nutriram e informaram o tema de estudo. Qual a finalidade dessa trajetória em círculo que começa nos fatos e a eles retorna? Identificar novas causas? Reequacionar quais as causas mais eficientes?

Essa trajetória em círculo leva a nossa quarta questão: **o aprisionamento do historiador no trabalho com os fatos afastados no tempo**, com realidades acabadas que não mais comprometem, permitindo uma pretensa, porém sempre ambicionada, análise desapaixonada do processo histórico. Com isso, preservamos a imparcialidade, a desejada postura neutra e descompromissada que acreditamos ser tão necessária para conferir objetividade (entenda-se caráter científico) a nossa produção intelectual.

O isolamento é o castigo destinado aos que ousam transpor os limites éticos definidos para o trabalho do historiador, o que significa ser marginalizado pelos colegas de profissão e ter que levar o debate para fora do círculo historiográfico, não na salutar intenção de alargar o debate mas para estabelecer o debate possível.

Enfim, a decorrência maior da prisão do passado é o aparente não engajamento com a política atual, o que justifica o afastamento do historiador dos debates e **lhe permite o silêncio**.



I

No entanto, se deixamos para trás nossos velhos preconceitos e aceitamos alargar o debate de verdade, não em torno de métodos e técnicas, mas questionando a própria concepção de História que nos mantém inermes e silenciosos em meio aos temas políticos atuais, poderíamos indicar algumas contribuições possíveis do historiador e discutí-las. Afinal, a história não é, nem uma sequência pré-determinada desde sempre em obediência a uma lógica apreensível, nem o campo indeterminado dos acontecimentos onde tudo é possível porque homens ocasionais e o acaso de suas vontades e de suas alianças definem os destinos da história.

Aceitando com Merleau-Ponty que é próprio do marxismo admitir que há simultaneamente **uma lógica e uma contingência** da história, que "nada é absolutamente fortuito, mas também que nada é absolutamente necessário" ("**Em torno do marxismo**" **Os pensadores** v. XLI (Abril Cultural) p. 212) somos levados a concluir com ele que "há portanto, jogo no sistema" e ainda mais, que para a história efetiva "a contingência significa, simultaneamente, que a dialética da história pode enterrar-se ou desviar-se em aventuras, sem resolver os problemas que pôs a nú" (idem 213).

Caminhando até aí com Merleau-Ponty queríamos **propor a Política**, entendida como o campo das lutas de homens socialmente determinados, como o lugar **onde são postas em jogo as diversas possibilidades históricas**. Assumindo esta proposição até as suas últimas consequências abandonamos nossa vestimenta de **anotadores de fatos e de juízes dos acontecimentos** sempre de realidades acabadas. Isso implica em se aceitar que uma avaliação mais completa dos acontecimentos de hoje só poderá ser feita pelas gerações futuras, não pelo distanciamento ou neutralidade daquilo que não mais nos compromete, mas pela possibilidade de apreensão daquilo que esses acontecimentos cumpriram para um determinado sentido da história. Porém, isso implica também em se aceitar que a história se faz hoje e que dela participamos, queiramos ou não, que participação sempre resume uma escolha, mesmo que esta seja o silêncio, e que uma escolha sempre decorre de um julgamento, ainda que provisório. E que a partir dessa posição é legítimo também voltar nossos olhos para a história já realizada na intenção de enfrentar a tarefa de **fazer uma leitura política da história**. Assumamos a História para que não se diga de nós aquilo que dos alemães Marx falou em 1844:



"...) a história alemã sente-se lisonjeada de haver realizado um movimento que nenhum povo jamais fez e jamais fará depois dele no horizonte da história. Na verdade, nós participamos das restaurações dos povos modernos sem haver partilhado suas revoluções. Em primeiro lugar temos a restauração porque outros povos ousaram uma revolução e, em segundo lugar, porque outros povos sofreram uma contrarrevolução; uma vez porque nossos avós tiveram pavor e outra porque nossos senhores não tiveram medo. Assim, nós, com nossos pastores à frente, nos encontramos uma única vez com a liberdade: no dia dos funerais." (Marx. Introduccion para la critica de la Filosofia del derecho de Hegel in HEGEL. Filosofia del Derecho. Ed. Claridad, p. 9).

Aceitamos, portanto, o desafio da **história se fazendo**. Aceitamos a relação entre História e Política como a necessidade de intervir na gama dos possíveis históricos e redefinimos nossa concepção de história, inicialmente, rejeitando a separação formal entre **a história que se faz** (a dos políticos e analisável por cientistas políticos) e **a história que foi feita** (essa sim dos homens do passado e domínio por excelência do historiador). Aceitamos a história como processo, porisso aberta num desafio para o presente. Aceitamos ainda, que a divisão do trabalho intelectual, talvez necessária no passado, hoje se apresenta como algo prestes a nos estraçalhar e que ao historiador cumpre deslocar o debate político atual das disputas entre modelos alternativos, sejam eles econômicos ou políticos; ou pelo menos, que a ele se pede encaminhar o debate no sentido de **recuperar a historicidade dos modelos agora em jogo**.

II

Com essa preocupação propomos iniciar o debate de um tema atual: o da Democracia no Brasil hoje.

É gritante o acelerado das modificações que vem ocorrendo nas propostas feitas pelos que se opõem ao regime político brasileiro. No ano passado, o campo de luta definia-se pelo tema da Constituinte; hoje o debate deslocou-se para um tema mais amplo e complexo, o da Democracia. Colocados, assim lado a lado, os dois temas são genéricos e indefinidos: o da Constituinte por não poder prever para onde vai e o da Democracia por não dizer o que é. A crítica mais radical à convocação de uma Constituinte, preservado o "status quo" vigente, indicava a inconsequência de uma (talvez) ampla mobilização que se



restringisse às regras do jogo impostas pelo sistema político em vigor, por ser esse exterior à intenção mobilizadora. A validade da mobilização em si não chegou a ser questionada, pois, era um passo necessário para qualquer discussão posterior criar um espaço válido para as reivindicações e os debates.

Se a intenção foi a de legitimar — criando um espaço para o debate, as coisas realmente caminharam no sentido de assumirem uma dimensão bastante concreta quando hoje, o tema da Democracia, nas suas várias versões, expressa a posição política de setores definidos da sociedade brasileira. Dessa maneira, não só a proposta política ganha conteúdo com o debate, mas também a chamada Oposição se define em termos de participação de classes sociais ou de frações delas. Com o debate, a Oposição pode vir a expressar algo mais definido do que uma genérica posição contra a **forma** de direção política do governo. Com isso queremos dizer que a pressão para uma abertura política pode deixar de ser genérica na medida em que o campo de luta se define por uma tema — a Democracia — sem alternativa possível.

A força do tema pode ser avaliada quando até os homens em exercício no poder se obrigam a falar de democracia. Justificam mesmo os atos de exceção e o arbítrio como etapa de um presente — prestes a se tornar passado — necessária para se alcançar a democracia. Afirmam que “agora estamos muito mais próximos da meta democrática e lá chegaremos.” E se obrigam a explicar o porquê de um chegaremos tão indeterminado, que com certeza nos dá a perspectiva que têm do processo: “com vistas ao aperfeiçoamento institucional, as reformas não poderiam se completar em um tempo único. A progressividade lhes é essencial, para que não se veja a sociedade sufocada, nem o governo desarmado.”

Essa é uma tese de inegável intenção conservadora — a dinâmica do processo tem o sentido já dado, cabendo **aperfeiçoar** aquilo que definido anteriormente encontra-se em vigência. Entretanto, ainda que para preservar, ela deva incorporar, mesmo de modo bastante atenuado, a idéia da necessidade de modificações e de justificá-la no interior mesmo do que chama de processo revolucionário. Estamos num novo tempo que exige daqueles que querem manter o já dado que se obriguem pelo menos a falar de uma nova etapa que se avizinha. O discurso do poder se antecipa incorporando elementos de um descontentamento genérico e difuso, hoje ganhando contornos mais específicos e conteúdo significativo. Incorpora porque, como afirma, trata-se de “ponderáveis setores de nossa sociedade opinando sobre variadas formas de reformas.” Para o poder cum-



pre, dessa maneira, assumir a necessidade de reformas para, antecipando-se poder reivindicar a sua direção.

Mas o que significa reformar? Significa que "teremos de encontrar medidas que compatibilizem a liberdade do indivíduo com a segurança da sociedade (...) que favoreçam uma organização político-partidária capaz de captar tendências do eleitorado, que estructurem uma organização sindical dando justo valor à força do trabalho."

O sujeito desse discurso é tão genérico quanto o conteúdo que veicula. Quem são o **nós** do temos de encontrar? Qual é o justo valor da força do trabalho? Se quisermos determinar esse **nós** genérico sem imputá-lo necessariamente ao grupo restrito de homens senhores da situação política brasileira, veremos que não se confunde com a sociedade e nem com o governo, mas se refere a ambos num distanciamento recíproco. Esse **nós** que deve manter a liberdade individual, que deve fornecer armas ao governo e que deve evitar seja a sociedade sufocada, quem é?

Por tratar-se de um discurso proferido pelo candidato da Arena nomeado pelo presidente da República, poder-se-ia pensar fosse o partido governista esse **nós** investido da responsabilidade política das reformas. Entretanto, embora a Arena tenha um papel a cumprir — "ganhar as eleições para fortalecer o partido e garantir se venha a dar pronta efetividade às reformas" — ela recebe esse papel já definido com anterioridade pelo **nós** genérico.

Quem é esse sujeito político que se auto-instaura pela ciência que tem de que se avizinha uma nova era e que as reformas são importantes para que ela tenha determinado conteúdo, sabendo portanto, quais as reformas que devem ser feitas? A ambiguidade define o sujeito desse discurso que ora é o general Figueiredo, o indicado pela Revolução para cumprir seus desígnios, ora se dilui num **nós** indeterminado que também se justifica através da Revolução. A se julgar pelo texto, a Revolução é o único sujeito político dessa intenção de modificar para conservar.

Aliás, é a indeterminação que possibilita que esse **nós** saiba de tudo e que fale por todos. A indeterminação do sujeito possibilita também que se reitere continuamente que esse **nós** sabe. Assim, se entra no reino da certeza. Esse **nós** sabe identificar entre as muitas propostas aquelas que possibilitam "a progressiva consolidação institucional, que dêem ao estado os instrumentos e mecanismos para sua destinação de servir ao povo, executar sua vontade e preservá-lo das minorias predatórias ou dominadoras." Sabe também que a meta é "o desen-



volvimento integrado do país" e que para tanto, "toda a Nação — e não somente o governo deve ser convocada para assumir sua parte: os trabalhadores, os empresários, os profissionais liberais, os estudantes (...)" são todos chamados para cumprir seu papel. Sabe principalmente que as "reformas" são "ansiosamente esperadas por um povo que quer ordem, tranquilidade, segurança, estabilidade política sem estagnação, nem imobilismo."

E é essa ciência da vontade do povo, saber misteriosamente adquirido, que suporta a justificativa da ação política, já que o estado, por executar sua vontade, tem no povo seu elemento fundante. Entretanto, essa concepção de estado invoca para ele também o papel de guardião, reivindicando, a partir desse enunciado, a direção política do povo, sem nunca se confundir com o próprio povo que permanece inerte no fundo do palco.

O texto mereceria muitas outras considerações, mas fiquemos com aquilo que me parece fundamental: **a concepção de democracia como o coroamento de um processo.** A "meta democrática" é definida pelo nós onisciente, tanto em termos de conteúdo, como em termos de última etapa, ou melhor, como algo além da última etapa — um prêmio — a ser conferido quando se tiver atingido o ponto final do que chama processo revolucionário. Essa concepção de democracia carrega ainda consigo uma particular concepção do poder. Vejamos. Embora se diga oriundo do **povo** e agindo em obediência à **sua** vontade, ao definir o conteúdo das medidas institucionais responsáveis pela direção do processo, o sujeito do discurso do poder precisa invocar ainda uma outra referência para completar sua legitimação: a Revolução. Afinal, torna-se embaraçoso justificar o poder como advindo de uma entidade — o povo — a quem não cabe escolher quem deve por ele exercê-lo. A relação entre Revolução e Povo é mantida num passado mítico que se pressupõe tenha sua justificativa já assegurada. (discurso do gal. Figueiredo aos convencionais da Arena, 9 de abril, publicado na Folha de S. Paulo. 10.4.78, p. 5).

Embora genérica o suficiente para não se comprometer nada além do compromisso anterior assumido com o "processo revolucionário" que deve completar, a importância de uma proposta de "reforma" definida num momento de solução de continuidade pela inevitável rearticulação do acordo político para o exercício do poder, reside em que hoje qualquer proposta que queira superá-la deve se opor a ela e se definir em termos de contraposição. Nesse jogo de explicitações as diferenças



vão ganhando uma dimensão significativa. A questão de **em nome de quem** se propunha uma Constituinte em 1977 assume contornos mais definidos quando se fala em Democracia, ou ainda que seja em Redemocratização. Parece mesmo que muitos proponentes da Democracia acordaram para a necessidade de uma base material para as suas propostas. "A teoria só consegue realizar-se num povo quando trata da realização de suas necessidades" dizia Marx ao refletir ainda sobre a impossível revolução burguesa na Alemanha, dada a fraqueza e o temor da burguesia e a abstrata atividade de seus homens de pensamento confinados ao trato de idealidades.

Mais concretamente, podemos dizer que qualquer proposta alternativa se sente obrigada a passar pelo povo em busca de legitimação. Se até a justificativa continuista dos que detém o poder das decisões políticas sente-se obrigada a se referir ao povo como base de sua proposta de "desenvolvimento integrado do país", temos um indicador seguro da necessidade de de alargar as bases de legitimação do poder, ou melhor, de redefinir as regras do jogo apontando pelo menos nessa direção.

Assim, embora as várias propostas de alteração do "status quo" tenham entendimento diferente do que seja Democracia, todas elas passam pelo povo. Falar de democracia tem sido a tarefa de explicitar **a forma pela qual o povo entra na proposta**. E falar de democracia tem trazido embaraços nada pequenos para os seus defensores do outro lado do campo.

O gal. Euler, por exemplo, afirma sua adesão à Frente Nacional de Redemocratização pelo desencanto que lhe causou o conteúdo das reformas políticas propostas pelo governo. A ausência de uma intenção claramente democrática levou-o à busca de um suporte para a proposta alternativa que ele crê ser democrática. Acompanhemos então sua concepção de democracia e o caminho sugerido para se chegar até ela.

Euler inicia sua trajetória localizando a **intenção de uma direção democratizante** nas "elites partidárias ou não", unidas na idéia comum de uma vida democrática, que deveria assumir a tarefa de sensibilizar todos os segmentos sociais que se acredita tenham os mesmos anseios democráticos. A tarefa seria executada através de uma "pregação cívico-política" tendo como objetivo a criação de instrumentos capazes de agir pela institucionalização do estado de direito no país. Esta "estratégia indireta", como ele a chama, se faz necessária pois Euler acredita que mesmo que fosse possível o acesso direto ao poder para a implantação de um regime democrático, "sem uma sociedade conscientizada para esse feito, e por consequência motivada e responsável, não seria bom". E conclui: "seria afinal, de contas, voltar a uma implantação elitista, de cima para baixo..."



Concepção contraditória essa, que negando coerentemente a possibilidade de se instaurar uma democracia como dádiva das elites, não dá conta de explicar a intenção sensibilizadora de elites democratizantes sobre uma sociedade não conscientizada ainda para a democracia embora portadora de "anseios democráticos". Mas exatamente nesses anseios democráticos desiguais reside o perigo potencial a ser contornado, pois eles poderiam abrir o espaço de um confronto indesejável para a nação, aquele que franquearia o caminho para as "posições radicais".

Que caminho democratizante é esse que não passa pelo momento do debate no qual estejam em jogo **todas** as alternativas possíveis? Que caminho democratizante é esse que deve evitar radicalismos achando aquilo que é comum a todos e, portanto, que deve unir antes mesmo de examinar o porquê das divisões? E, no entanto, o gal. Euler considera tarefa das elites identificar nos anseios democráticos um primeiro objetivo comum: a reivindicação por um regime em que todas as vozes da Nação se possam ouvir livremente, em que "todas as correntes de opinião do nosso povo se façam valer na grande vontade coletiva do País para o governo de si mesmo, criando, instaurando no Brasil uma legítima democracia representativa, um autêntico estado de direito democrático. A paz democrática enfim". Ou seja, o conflito harmonizado capaz de sustar as manifestações radicais. Onde ficariam elas nesse amplo espaço democrático?

Agora elas estão esquecidas. Cumpriram sua função de alerta e a proposta caminha afirmando a necessidade de que o binômio — posições específicas X posição nacional — se complete. Para tanto, pede-se que as opções não partam de "um grupo, corporação ou classe", pois nenhum deles deve arcar com a responsabilidade de decidir isoladamente, são decisões que "reclamam o consenso da Nação". E conclui: "**A nação como um todo** precisa ser chamada a falar e decidir livremente de seu destino". (grifos nossos)

Como falará essa Nação? Através da Frente Nacional de Redemocratização. Estamos de volta às "Elites culturais e políticas, cujo papel numa democracia deve ser o de auscultar e exprimir os anseios e as necessidades do povo".

O senador Magalhães Pinto, num jogo de entra e sai da Frente, mas sempre na arena política, vai um pouco além e afirma que "essa assembléia (referindo-se ao conjunto de pessoas presentes ao lançamento da Frente) resume a opinião nacional". Novamente surge o saber misteriosamente adquirido que detém a certeza do que **todos querem**. Aqui, a primeira eta-



pa de conscientização parece ser desnecessária e se a luta visa objetivo igual ao de Euler — reintegrar a Nação em sua plena soberania — seu caminho é o da “imediate convivência democrática através do voto livre, igual, secreto e direto” para o preenchimento dos cargos legislativos e executivos. Em suma, “nosso povo, em seu conjunto, rejeita o atestado de incapacidade civil”.

No fim das contas, afirma ele, em 1964 “a maior parte da nossa população nem tinha nascido ou estava na primeira infância. Ela não pode ser punida pelos erros e os supostos erros cometidos pelas gerações anteriores”. Dessa maneira, a imediata recondução do povo à condição de soberano da nação cumpre o objetivo de sustar um processo revolucionário que perdeu sua razão de ser. A interrupção tem porém uma outra finalidade: a de evitar que os conflitos tomem uma dimensão incontrolável. E Magalhães Pinto é muito explícito em suas colocações: “As tensões estão em alta. Para evitar que cheguem a um grau perigoso, necessitamos que toda a sociedade possa participar das soluções”. Cumpre evitar “o continuismo (que) está agravando as dissidências entre a Sociedade e o Governo”. Para tanto, “não basta arrastar-se, timidamente, no rumo dos acontecimentos; é necessário antecipar-se a eles; conduzi-los para que a solução seja a mais rápida e menos dolorosa possível”.

O presidente nacional do MDB, por sua vez, radicaliza colocando-se em oposição frontal ao governo: “A Nação repudia tutelas e tutores. Quer autodeterminar-se...”

A legitimidade de suas críticas ele as busca em entidades anteriores à chamada revolução de 1964: é à Pátria, é à Nação, é ao Povo, é à História que se deve fidelidade e não aos “poderosos do momento”. Alicerçado nessa premissa, Ulisses Guimarães constrói sua fala sobre o patriotismo de um povo esmagado pelos seus inimigos. Consequentemente, o conflito não tem solução conciliatória. “O arbítrio não se reforma. O arbítrio se extirpa, como um câncer. Arbítrio reformado é arbítrio confirmado”. Quando sobre uma sociedade sadia pesa um poder inimigo cumpre combater e eliminar esse inimigo; cumpre reconduzir a Nação à sua condição original de soberana.

Entretanto, o radicalismo dessa oposição se torna uma incógnita quando logo em seguida Ulisses pondera: “o MDB não será inflexível em propor, mas não se desonrará pela submissão servil de homologador de ordens intocáveis emanadas do Palácio do Planalto”. Com uma única frase, jogada no meio de críticas veementes, ele destrói a força de sua argumentação. Como articular o expurgo do arbítrio, o repúdio à tutela, o combate ao inimigo, com propostas flexíveis? O que passa a signi-



ficar agora a proposta de uma Assembléia Nacional Constituinte como caminho único e coerente para a democracia? Onde fica o povo que através de uma nova constituição deve definir a melhor forma de sua participação na política?

Percorrendo as propostas dos três articuladores da Frente, vemos que a decisão comum pela democracia como forma de governo não impede a existência de divergências quanto à forma de sua concretização e que as diferenças estejam fundadas em **concepções diferentes da qualidade do povo**, vale dizer, em **concepções diferentes da finalidade da vida em democracia**. Para Euler, o povo tem "anseios democráticos" mas deve ser preparado para a vida em democracia. O aprendizado democrático, como etapa a ser vivida antes da democracia, pressupõe um saber democrático organizado (não difuso como são os anseios), um modelo democrático que antecede e informa a prática da democracia. Magalhães e Ulisses divergem desse ponto de vista. Para eles o povo já está pronto para a democracia. Deve mesmo exercitá-la expressando sua vontade democrática através do voto direto. Para Ulisses esse voto escolherá aqueles que deverão assentar novas regras para o jogo político; para Magalhães tudo se resume em devolver ao povo o direito da escolha dos seus representantes. Para os três a democracia se apresenta como um modelo acabado de participação política organizada da maioria da população brasileira. (os textos dos discursos de Euler Bentes Monteiro, Ulisses Guimarães e Magalhães Pinto foram publicados pela Folha de S. Paulo, 1.º.7.1978, pág. 4).

Com certeza, continuamos na esfera das idéias e dos modelos. Uma idealidade — a democracia — expressa num modelo político e praticada por outra idealidade — o povo. Continuamos na esfera do saber anterior à prática, ou seja, **o ser** da democracia pressupõe **o saber** dela. Entende-se porque as grandes decisões políticas permanecem restritas às elites. São elas, que detendo o saber da democracia, chamam a si a avaliação da capacidade política do povo ser democrático... e a função de conduzir o povo até a democracia.

Tudo se passa como se o conteúdo de democracia estivesse desde sempre dado e **a questão se resumisse à forma de participação política da população**. Mas quando indagamos: que população? Que povo? Sempre o genérico conjunto de habitantes do espaço geográfico denominado Brasil se oferece como resposta. O conjunto dos brasileiros homogeneizados na população, no povo, ou ainda, na nação, sempre entidades abstratas, servem de suporte aos discursos políticos do poder e da sua oposição.



O que autoriza uma pessoa, no caso o candidato indicado para a Arena, ou mesmo as 3.000 pessoas presentes ao lançamento da Frente a falar em nome do povo?

III

Propomos encaminhar o debate definindo o governo do povo, ou seja, o espaço possível para as propostas de democracia no interior do liberalismo (entendido aqui na acepção ampla de fundamento ideológico do mundo capitalista). Pois, como adverte Cerroni, os riscos na utilização do termo não são poucos:

"se todos os teóricos e práticos da política aceitam na atualidade a democracia e se nenhum ou muito poucos se pronunciam contra ela, isto significa que o mundo e a cultura política realizaram progressos consideráveis e que o "governo do povo" tem uma indubitável força histórica. Porém, naturalmente, não podemos ignorar outro aspecto do fenômeno: o fato de que se todos falam de democracia existe o perigo de que em tal conceito se encerre, por assim dizer, contrabando teórico". (U. Cerroni. **La libertad de los modernos**, Martinez Roca, p. 183).

Em busca de um caminho para identificar contrabando, ou numa linguagem não metafórica, para identificar a manipulação de um conceito não unívoco, conceito esse cuja historicidade já perdemos e que chega até nós muitas vezes pelas palavras de ordem da Revolução Francesa — Liberdade, Igualdade e Fraternidade — (o que constitui no mínimo um equívoco) propomos recuperar em traços bastante gerais o momento de definição e algumas redefinições do conceito pela ideologia burguesa. Acreditamos ser essa uma tarefa inicial do historiador para colocar o debate político atual em outros termos.

Começemos nosso percurso relendo um autor já clássico para o estudo do liberalismo e que também propôs, na década de 60, a necessidade de rever o significado do termo democracia. Macpherson considera que,

"no fundo, a confusão existente acerca da democracia se deve ao desconcerto provocado por sua evolução, posto que a palavra democracia mudou de significado mais de uma vez e em mais de uma direção" (C. B. Macpherson, **La Realidad Democrática**. Fontanella, p. 9)

A democracia, diz o Autor, passou a ser uma coisa ambígua, com significados diferentes — inclusive aparentemente opostos — nos últimos 50 anos quando tiveram início revoluções contra



o tipo de democracia liberal ocidental. Macpherson esclarece ainda, que democracia costumava ser uma palavra nociva, que ela, em seu sentido original de governo do povo ou de acordo com a vontade da massa majoritária seria uma coisa má, fatal para a liberdade individual e para todos os atrativos da vida civilizada. Esta era a posição adotada por quase todos os homens de saber até aproximadamente cem anos e só no início do nosso século, democracia passava a ser algo bom e positivo, tendo sua respeitabilidade crescido tanto e tão rapidamente que os dirigentes ocidentais aliados justificaram a Primeira Grande Guerra Mundial pela sua finalidade de salvar a democracia.

Que realidade é essa que apenas nasce, ou melhor, apenas é aceita como possibilidade e já se vê ameaçada de morte a ponto de seus opositores de ontem terem-se tornado seus grandes defensores?

Ainda relendo Macpherson, a democracia significou o alargamento das bases de participação política na sociedade mercantil "adicionando ao estado liberal canais institucionais para aliviar as pressões populares, pressões frente às quais os governos teriam que ceder de qualquer maneira mesmo que suas intenções fossem a de meramente manter a ordem pública e evitar a revolução". Assim, completa o Autor, "ao admitir a massa do povo no sistema de partidos competitivos, o Estado liberal não renunciou à sua natureza fundamental". Permanecia a base de classe que o sustenta desde o século XVII, momento em que se institucionalizou a apropriação privada dos meios de produção, vale dizer a mercantilização de todas as coisas e pessoas que tiveram sua força de trabalho reduzida a um produto a mais no mercado. O princípio de igualdade sobre o qual foi possível instituir um direito e um Estado, definido como acima da sociedade, foi o de **propriedade**, o serem todos os homens igualmente proprietários, admitindo entre as propriedades possíveis a livre disposição da própria pessoa. Entretanto, essa concepção de **igualdade** e de **liberdade** colocava-se clara e plenamente só no âmbito das relações de contrato econômico. O mesmo não acontecia na esfera das relações políticas. O princípio de igualdade pressupondo a liberdade que servia de base para o pacto institucionalizador das relações mercantis considerava todos os homens proprietários, embora em graus diferentes, no mercado econômico. Por outro lado, este princípio que permitira ordenar as relações de homens considerados igualmente livres e proprietários para a produção impedia, através de uma artimanha, considerar esses mesmos homens livres e iguais para as decisões políticas. Agora as coisas se complicavam e a mesma palavra era redefinida ganhando nova significa-



ção, pois ser livre e, portanto, capaz de praticar institucionalmente a política (eleger e ser eleito) pressupunha uma outra ordem de liberdade: a independência econômica. Não ser assalariado, nem criado ou dependente da caridade particular ou pública.

Essa ambiguidade da condição de **ser livre** coloca-se pois como contradição insolúvel para o mundo capitalista, embora tenha sido manipulada mais ou menos comodamente na prática das sociedades burguesas e no pensamento dos teóricos da democracia moderna. Tal é o caso de Tocqueville, que não restrito ao âmbito do pensamento liberal formulado ainda no plano de luta pela emancipação da burguesia mercantil inglesa no século XV, mas em pleno século XIX, referia-se à democracia nos Estados Unidos. Ele afirmou a vigência da democracia americana a partir da prática do **sufrágio universal** embora anotasse que nem os escravos, nem os criados e nem os pobres mantidos pelo poder público pudessem ser eleitores. Segundo Cerroni, que reproduz o texto de Tocqueville, o silêncio sobre a não participação das mulheres, que nem constam da lista de exceções, indica a concepção de participação política universal então vigente. Tocqueville considera suficiente, para que exista uma democracia, o fato de serem eleitores todos aqueles que foram declarados como tais pela lei. (op. cit. p. 184-185).

Avançando no tempo, Cerroni demonstra a permanência dessa concepção em pleno ano de 1929, quando Kelsen afirma:

"o fato de excluir dos direitos políticos aos escravos e (ainda hoje) às mulheres não impede em absoluto que um ordenamento estatal seja qualificado de democracia (...) o povo como conjunto dos titulares de direitos políticos, inclusive numa democracia radical, representa só uma pequena fração da totalidade dos indivíduos submetidos à ordem estatal, do povo como objeto do poder." (op. cit. p. 185).

Numa posição considerada radical pela ciência política, Rousseau critica, ainda no século XVIII, o suposto básico do liberalismo: a antecendência do **Estado** em relação ao **Povo** e dessa maneira confere soberania inalienável ao último. Contudo, o Povo de Rousseau se constitui a partir de uma simples deliberação dos homens e se define pela capacidade de expressar uma vontade geral. Um povo homogêneo, que ele mesmo concluíra ser muito diversificado nas suas indagações sobre a origem da desigualdade, mas unificado política e moralmente, suporta sua democracia. Ou seja, não resolve (na verdade não poderia resolver, já que sua Utopia requer uma sociedade de pequenos proprietários) a incompatibilidade da igualdade política entre cidadãos desigualmente proprietários. (op. cit. p.p. 195-203).



Entende-se assim, como em pleno ano de 1978, fica difícil pensar em democracia que não seja concedida, que não seja apresentada como um prêmio ao bom comportamento cívico do povo. A democracia passa então pelo povo sim, como reivindicação não acabada, mas chega até ele cristalizado como regime político proposto em nome dele por homens que, na melhor acepção que se dê à palavra elite, constituem os representantes do pensamento mais avançado dos vários setores da sociedade. Isto significa dizer que não nos afastamos muito ainda do despotismo esclarecido, tão bem sustentado pelos teóricos, também eles a elite avançada da Revolução Burguesa na França. O povo tem entrado na proposta como avalista endossando reivindicações a ele atribuídas. Ou seja, **o cerne da questão seria entender como e por que o povo é investido em sujeito político das propostas em debate.**

Desloquemo-nos um pouco na cena política e ouçamos os três dirigentes sindicais entrevistados pela Folha de S. Paulo alguns dias depois do lançamento da Frente Nacional de Redemocratização. Na leitura das suas declarações uma primeira certeza: eles parecem formar uma parcela do povo cujas opiniões não foram incorporadas por nenhum dos discursos antes mencionados. A menos que a distância entre as "elites operárias" e a interpretação de seu pensamento pelas "elites políticas" seja tão grande que não guarde aparentemente nenhuma semelhança.

De início, o sujeito político do discurso, que se desloca entre o eu das opiniões pessoais dos entrevistados e o nós referido aos trabalhadores, mais especificamente aos operários fabris, não invoca para si o atributo de sujeito político universal ou de único capaz de dar uma direção ao processo político. Pelo contrário, eles marcam a diferença quando dizem que "todas as forças vivas da nação estão falando — o estudante, o operário, o camponês, o médico, o empresário" — e que seria interessante a realização de um congresso que reunisse todos os trabalhadores brasileiros e não só o trabalhador da indústria como tinham deliberado as cúpulas sindicais. Fica claro na argumentação que defende uma assembléia de todos os trabalhadores, o princípio de base que os iguala: a condição de força de trabalho que se vende no mercado.

Um mesmo sujeito específico se apresenta quando um elenco de propostas são enunciadas em nome dos metalúrgicos de Santo André: são eles que reivindicam a "revogação da política salarial e a aplicação do contrato coletivo sem intermediação do governo"; são eles também que pedem a extinção da lei anti-greve. É em nome deles que é feita a proposta de alteração da estrutura sindical definindo a opção por uma **central única** (extin-



tas federações e confederações) articuladas diretamente a **comissões de fábrica e sindicatos**, com a intenção de proporcionar a participação mais ampla possível aos trabalhadores. É bem verdade que essa Central Sindical não cairá dos céus como dádiva mas pressupõe uma tarefa anterior de conscientização das bases operárias. Contudo, essa tarefa proposta não foge ao âmbito dos trabalhadores. Pretende-se um trabalho de conscientização do trabalhador e, principalmente, dos dirigentes sindicais. O reconhecimento da identidade dos trabalhadores marcada pelo caráter peculiar de seus problemas encaminha a necessidade da organização de partidos operários. E é a partir da perspectiva de participação política da classe operária, no sentido de organizar suas próprias formas de representação sindical e partidária, que esses sindicalistas entendem a democracia. Afirmam também o fôlego curto de uma Frente Nacional de luta pela democracia se lhe faltar o apoio operário. E citam o exemplo de 1945, quando uma frente semelhante à atual fracassou por não contar com a participação do trabalhador.

Enfim, a proposta de democracia para eles não configura um modelo político acabado, definido com anterioridade e referido a um sujeito universal e genérico, mas diz respeito a um conjunto de práticas que visam a organizar a participação operária em obediência a seus interesses específicos. Em momento algum de suas declarações transparece a intenção de delegar poder ou de deixar que outros falem por eles (texto publicado na Folha de S. Paulo, 9/7/78, p. 10).



CLASSE OPERÁRIA E DEMOCRACIA

Uma reflexão em torno de dois projetos políticos

EDGAR SALVADORI DE DECCA*

"Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso"
(Caetano Veloso)

I

Golpeados por uma série de novos temas emergentes no bojo da conjuntura atual, pretendemos estabelecer um debate em torno de uma perplexidade que toma conta de boa parte da sociedade.

Há, sem dúvida, um "fato político" que perpassa o momento atual cujos desdobramentos, caso não sejam explicados em uma discussão aberta, podem iludir uma vez mais os menos avisados.

Falamos aqui do recente documento dos empresários e da "vocação democrática" que ele procura enfatizar. Nossa questão, contudo, não é de negar **a priori** essa "vocação", nem tampouco de aceitá-la na forma de pressupostos gerais e abstratos. Gostaríamos, isto sim, de entender qual o **vínculo histórico** que essa "vocação democrática" estabelece.

Nesses termos, não estaremos preocupados em analisar as opiniões isoladas de empresários que se colocam sob as mais diversas posturas frente à democracia. Como bem observou Eduardo M. Suplicy, na **Folha de São Paulo** de 27/06/1978, seria pouco estimulante auscultar cada grupo de empresários industriais em particular:

*Professor do Depto. de História — Unicamp.
Trabalho apresentado na XXX Reunião Anual da SBPC.



"Trata-se de um documento corajoso. Seria difícil exigir-se mais. Caso viéssemos a pedir mais detalhes, nem todos estariam de acordo. Uns optariam pelas eleições diretas. Outros, como Jorge Gerdeau Johanmpeter prefeririam as indiretas, mas não como as que estão se efetivando, pois não consideram legítimos os procedimentos.

Enfim, desejam um capitalismo mais civilizado, como concordou Severo Gomes. Entretanto, observou Antonio Ermínio de Moraes, "senza a bagunça italiana".

Tendo em conta este grau de generalidade, acreditamos haver um **vínculo histórico** sob o qual esta recente "vocaçao democrática" pode ser discutida. E já que estamos explicando, de saída, nossos pressupostos, resulta necessário dizer que a questão democrática, ora em discussão, valida-se unicamente pela inserção, inédita, no discurso do empresário industrial de problemas relativos aos direitos políticos da classe operária, e não sob questões genéricas como as referidas acima.

Esse **vínculo histórico** entre democracia e questão operária que o documento dos empresários sugere, nos coloca frente ao problema de se saber até que ponto estaríamos presenciando o engendramento de um novo projeto político da burguesia industrial ou se não estaríamos diante da confluência de dois projetos políticos, cujas implicações, desde o passado, pretendemos analisar.

Queremos com isso sugerir que a burguesia industrial e a classe operária estiveram inscritas em dois projetos políticos cujos enunciados podemos encontrar no final da década de vinte. E mais, mesmo que tais projetos tenham sofrido modificações em suas vigências práticas — e isso ocorreu sem dúvida — ainda assim a questão democracia/classe operária permaneceu, historicamente, inscrita nesse âmbito.

Nesse sentido, quando falamos no **vínculo histórico** que o atual documento dos empresários sugere, queremos enfatizar a ocorrência de projetos políticos cuja efetivação histórica circunscreveu tanto a classe operária como a burguesia industrial na questão da democracia.

Entretanto, isto não significa que esses dois projetos políticos tenham explicitado no desenvolvimento histórico essa questão. Circunscrever não é enunciar, e justamente nesse sentido gostaríamos de sugerir que o projeto político da burguesia industrial, enunciado no final da década de vinte — e reordenado no interior dessa fração de classe no final dos anos quarenta — silenciou sobre a questão democrática, quando conside-



rada como reconhecimento dos direitos políticos da classe operária. Contudo, a presença histórica, também a partir do final da década de vinte, do projeto político da classe operária, colocou a burguesia industrial frente à questão da democracia. Inicialmente, concebendo essa função de classe como adversária na luta política e posteriormente, na década de cinquenta — quando tal projeto incorporou a burguesia industrial como aliada da classe operária na luta democrática, anti-imperialista.

Se as modificações do projeto político da burguesia industrial nesse período considerado se verificaram apenas na definição do sujeito político da industrialização — no final da década de vinte o sujeito era o empresariado substantivado na Nação, e na década de cinquenta era o Estado, ausentando-se em ambos os casos a questão democrática — o mesmo não podemos dizer do outro projeto.

O projeto político da classe operária, pelo contrário, definiu-se tanto no final dos anos vinte, como na década de cinquenta, em torno do tema da democracia e, justamente, aí se coloca a questão crucial. Se inicialmente a luta democrática era proposta em oposição à burguesia industrial, na década de cinquenta a consecução desse projeto supunha supressão temporária do conflito entre o capital e o trabalho. Contudo, não só no âmbito da definição dos sujeitos políticos pela luta democrática as modificações foram substantivas. No final da década de vinte, o projeto político da classe operária tinha como núcleo a **revolução democrática contra a burguesia industrial** — um dos seus inimigos — ao passo que na década de cinquenta tal revolução se resumiu na suspensão da luta de classes pela oposição entre nação e imperialismo, via processo de industrialização.

Além disso, o **vínculo histórico** democracia e classe operária, se assumido na ótica desses dois projetos políticos, resume também a questão nacional. Em ambos os casos a Nação é o elemento fundante, embora possamos precisar nuances em seus enunciados. Se em um dos casos a Nação é o organismo harmonioso a se construir através da industrialização — este é o núcleo do projeto político da burguesia industrial no final dos anos vinte — por outro lado, o projeto político da classe operária, nesse período, supõe a Nação como o espaço a ser criado para a realização da etapa final da luta de classes, sendo, nesse sentido, o campo dos conflitos.

Ao nos deslocarmos para a década de cinquenta podemos observar a reordenação desses projetos políticos, sem, contudo, ocorrer uma superação da questão nacional. Por outro lado, a burguesia industrial deslocou o problema nacional para o âmbito do Estado, tendo este se transformado no principal sujeito



da industrialização e, por outro, o projeto político da classe operária, incorporando o imperativo do desenvolvimento industrial, transformava a Nação no campo de harmonia entre o Capital e o Trabalho, batendo-se contra o inimigo externo, o imperialismo.

Nesses termos, o **vínculo histórico** democracia e classe operária, se analisado sob a ótica desses dois projetos políticos, inclui também a questão nacional e todas as implicações políticas daí decorrentes.

Resta saber se, atualmente, presenciamos a possibilidade de formulação dos projetos políticos da burguesia industrial e da classe operária capazes de resolver, cada um a seu modo, as questões colocadas pelo processo histórico dos últimos cinquenta anos.

Levantamos tais inquietações por considerarmos extremamente complexas as injunções políticas do presente. Seria fácil, enfim, concluir que os projetos políticos, aqui discutidos, corresponderam a momentos determinados da própria acumulação do capital, e nesse sentido pertencem ambos ao passado. Contudo, não nos parece suficiente essa linha de conclusão pois esses projetos ainda permanecem postos na situação presente.

Observando, basicamente, os noticiários jornalísticos podemos identificar os pressupostos de ambos os projetos em setores políticos não pouco relevantes no cenário atual. Por um lado, as declarações dos órgãos de associação de empresários solicitando ao Governo Federal que considerasse os recentes movimentos grevistas como questão de segurança nacional e por outro, as posições de setores oposicionistas que vincularam o documento dos empresários à uma tomada de posição nacional-democrática frente ao capital estrangeiro, ou mais claramente, ao imperialismo.

Assim, nada nos impede de encarar o recente documento dos empresários, efetivamente, como a possibilidade de confluência desses dois projetos políticos sob a ótica da burguesia industrial, repondo-os frente às novas demandas da acumulação do capital e do novo momento político de organização das classes trabalhadoras. Tal indagação vem no sentido de enfatizar não apenas a confluência desses projetos na órbita da burguesia industrial, mas também de reforçar a postura de que sob a angulação desses dois projetos a questão democrática não encontrou, historicamente, qualquer vigência, se pensarmos numa afirmação efetiva dos direitos políticos da classe operária.

Atualmente, entretanto, o tema democracia/classe operária está assumindo outros contornos, que do nosso ponto de vista, impedem a explicitação de inúmeras questões. Algumas vozes, inclusive, falam nos últimos tempos da superação desses dois



projetos políticos no âmbito da própria burguesia e enfatizam a emergência de um novo projeto que supera não só a questão nacional como também incorpora o tema da democracia a partir de seus conteúdos substantivos. Os malabarismos não são poucos, e essas vozes além de reinventar a burguesia — somente no Brasil, seriam “milhões de pessoas” — colocam o impasse da questão democracia/classe operária numa oposição genérica entre Estado e Sociedade Civil, cuja superação estaria inscrita em última instância na afirmação do novo projeto político da burguesia. Enfim, a burguesia estaria hoje em condições de realizar a sua hegemonia e assim colocar a tão dissimulada questão democrática.

Estaríamos, portanto, apostando na “vocação democrática” da burguesia, agora que ela já está plenamente constituída — são “milhões de pessoas” — e os dois projetos políticos até aqui discutidos, já pertenceriam ao passado,   infância do capitalismo no Brasil.

Contudo, como ainda não conseguimos incorporar essa visão otimista que associa o amadurecimento da burguesia com a democracia, preferimos a reflexão em torno do **vínculo histórico** sugerido pelos dois projetos políticos, e **que colocam em momentos diferentes a questão democrática no interior das práticas políticas da classe operária.**

Tal é a reflexão que nos sugere o recente documento dos empresários e apresentamos aqui algumas sugestões para apreender sob qual prática política de classe há possibilidade, no presente, de superac o do **vínculo histórico**, estabelecido por esses dois projetos.



Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer alguns pontos do nosso trabalho. Primeiramente, adiantamos que não estamos sugerindo a existência de uma classe social exclusivamente a partir de seus projetos, como se o fazer a história ocorresse apenas neste âmbito.

Pelo contrário, nosso intuito é o de perceber como esses projetos políticos só existem substantivados nas práticas das classes sociais e não estão pairando no "império das idéias". Assim, propor a análise do **vínculo histórico** democracia/classe operária a partir de dois projetos definidos, significa reconhecermos ainda hoje uma prática política que encaminha a questão democrática nessa direção e sob essa ótica. Por isso mesmo não acreditamos que o atual documento dos empresários supere o **vínculo histórico** constituído a partir daqueles dois projetos políticos, e **se tal superação torna-se uma possibilidade, no presente, ela está inscrita, justamente, na mobilização crescente da classe trabalhadora.**

A análise a partir desses projetos políticos pretende ainda tomar posição frente a outros dois problemas.

Primeiro, na tentativa de estabelecer uma "leitura" da história distante de uma visão corrente na bibliografia que coloca o Estado como "demiurgo da sociedade", não deixando nenhum espaço para a explicitação dos projetos e práticas políticas das classes sociais. Segundo, na proposta de reatualizar a história sob o **vínculo** estabelecido por dois projetos políticos cujo desenvolvimento permitiu a aproximação da classe operária com o tema da democracia.

A nossa intenção, a partir de agora é a de datar ou, se quiserem de periodizar a história. Entretanto, adiantamos que nossa ótica invalida os momentos da história datados pelo próprio exercício do poder, como se o passado valesse apenas para enfatizar os fatos correspondentes a uma virtual afirmação do Estado. Nesse sentido, estaremos confrontando nossa periodização com aquela que valoriza momentos como 1930, 1937, 1945, 1964, instituindo uma história que dá lugar, apenas, à crescente valorização e afirmação do Estado frente às classes sociais. Datar ou periodizar sugere-nos aqui desafiar a lógica de uma visão da história bastante comum em nossa bibliografia.

Entretanto, deslocar a periodização da história para além da ótica do Estado, reintegrando-a no interior da luta entre as classes, através da análise do desenrolar de projetos políticos que dirigiram as práticas políticas do social, exige uma tomada de posição.



Nesse sentido, quando sugerimos a reflexão em torno do **vínculo histórico** democracia/classe operária estabelecido por dois projetos políticos, pretendíamos enfatizar que o encaminhamento dessa análise deveria ser realizado tendo em conta a presença histórica efetiva da classe operária. Em outras palavras, apenas para esta classe o questionamento desse **vínculo histórico** e a superação desses projetos políticos tem significação, atualmente, posto que essa vigência na história já representou duas contundentes derrotas para o operariado.

Datamos, portanto, a história, inicialmente, ali onde a classe operária apareceu representada em uma proposta política cujo núcleo central era a questão democrática nacional. Em 1928, a classe operária era reconhecida pelo conjunto da sociedade através das manifestações do Bloco Operário e Camponês. Partido eleitoral, o B.O.C., carregou durante esse período uma proposta de revolução democrático-burguesa, que embora não explicitasse em seus enunciados, claramente, a questão da democracia, transformava-se numa prática efetiva de afirmação da classe operária no interior do sistema de dominação no final dos anos vinte.

Vejam os como o **vínculo histórico** democracia/classe operária se explicitou na proposta do B.O.C.:

"Temos a perspectiva de uma revolução democrático-burguesa. Esta revolução é dirigida, essencialmente, contra o feudalismo, pela ruptura das relações feudais no campo, pela entrega da terra aos camponeses. Mas em nossos países semi-coloniais trata-se também de uma revolução contra o imperialismo e a reação. Nos países latino-americanos a escassa burguesia industrial está ligada aos imperialistas e ao feudalismo. Por isso, não desempenhará papel revolucionário. As únicas forças anti-imperialistas são: em primeiro lugar os operários, depois os camponeses, e por último uma parte da pequena burguesia..." ⁽⁰¹⁾

Percorrendo tal proposta chama-nos a atenção, principalmente, a oposição proletariado X burguesia industrial no encaminhamento da questão democrática, que diga-se de passagem resolvia-se em última instância pela libertação dos camponeses dos domínios do feudalismo. Nesses termos, reconhecer tal oposição operariado X burguesia industrial significava também dar encaminhamento ao problema da democracia no âmbito das práticas políticas da classe operária. Opor-se à burguesia industrial e ao feudalismo exigia, assim, por parte do B.O.C. o reconhecimento de um programa mínimo capaz de expressar as reais exigências do proletariado.



Aqui, uma das questões centrais. Democracia aparecia no âmbito da proposta política do B.O.C. como encaminhamento da solução da questão agrária ao mesmo tempo que deveria se impor como expressão das práticas efetivas da classe operária em oposição à burguesia industrial. Enfim, o programa mínimo da classe operária tornava-se democrático no confronto com o capital, e nesse sentido algumas lutas do proletariado, anteriores mesmo à proposta política do B.O.C., ganhavam, no período de 1928, essa mesma conotação.

Não seria difícil reconhecer as dificuldades do B.O.C., no encaminhamento dessas questões. Vamos observá-las nas tensões entre esse partido e a própria classe operária. Por ocasião das eleições de outubro de 1928, o B.O.C. analisando a sua derrota nas urnas assim reconhecia a incapacidade da classe operária no encaminhamento da questão democrática:

"Os fatos demonstraram, nas eleições de outubro, a dolorosíssima verdade, os trabalhadores de São Paulo não possuem, em sua quase totalidade a menor consciência de classe. Apesar de não terem sido 50 os votos que couberam a Everardo Dias — isto devido à pouca vergonha do P.R.P. que roubou ao nosso eleitorado um mínimo de 150 sufrágios (como poderemos provar fácil e cabalmente) — a verdade é que, apesar de sua miséria, o proletariado paulista ainda não compreendeu a necessidade de realizar uma política independente de classe..." ⁽⁰²⁾

Embora o programa desse partido se constituísse em torno das liberdades sindicais, da livre organização política da classe, pela promulgação das leis sociais, estando aí resumido para a classe operária o programa democrático, não nos parece que o encaminhamento das lutas do proletariado tenha sido, nesse sentido, facilmente absorvido. Alguns meses após as eleições de 1928, cuja presença operária em torno do B.O.C. foi bastante reduzida, encontramos um intenso movimento grevista, cuja solidariedade de classe havia sido negada antes nas análises do próprio partido. Na ironia desta conjuntura política, as questões substantivas. (3)

O movimento grevista dos operários gráficos ganhou força através do programa mínimo do B.O.C. e não duvidamos que esse partido tenha sido o seu articular. Contudo, interessa-nos ressaltar que esse programa democrático se efetivou no âmbito da classe operária — tendo ela aí o seu aprendizado — quando ocorreu a possibilidade de uma prática política coletiva, de classe, distante das exclusivas determinações programáti-



cas do B.O.C.. Em outras palavras, há uma direção política do B.O.C. no encaminhamento da questão democrática, mas a sua efetivação depende da solidariedade de classe, aliás não inserida nos limites de atuação desse partido político.

Não obstante, temos de reconhecer que o tema da democracia incorporou-se à classe operária através da proposta política da revolução democrático-burguesa do B.O.C., em 1928, e aí definiu-se em oposição à burguesia industrial. Nesse período, estabeleceu-se o **vínculo histórico** democracia/classe operária no âmbito do projeto político, da revolução democrático-burguesa tendo como oposições não só o feudalismo e o imperialismo, mas principalmente a burguesia industrial.

Aqui, entretanto, pretendemos desdobrar a nossa discussão. Embora a proposta política de revolução democrático-burguesa, em 1928, eleja a questão nacional para a determinação do campo da luta final das classes sociais, consideramos que a temática da revolução não se inscreve no âmbito das contradições de classe mas sim nas oposições entre nações imperialistas e anti-imperialistas. Nesse sentido, a luta democrática do operariado contra a burguesia, não é reconhecida no âmbito da contradição do capital e do trabalho, mas sim conjuntamente no campo das oposições ao imperialismo. Em outras palavras, a burguesia industrial dos países semi-coloniais opõe-se ao proletariado, conjuntamente, em virtude de sua escassez e debilidade no confronto com o imperialismo, e a relação entre o capital e o trabalho não se expressa como uma contradição à luz desse projeto político.

Todavia, em 1928, não era apenas a proposta de revolução democrático-burguesa do B.O.C. que pretendia tornar-se o vir a ser, ou melhor, constituir-se em projeto político a partir das práticas de classe. Nessa mesma conjuntura a burguesia industrial manifestava-se também por meio de uma proposta política cujo fundamento principal era o de reordenar "pelo alto" as bases econômicas do sistema político dominante. Se privilegiarmos, por um momento, o período de criação do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), em 1928, poderemos alcançar a proposta política da burguesia industrial. Ficando somente com o discurso de inauguração desse Centro podemos observar como Nação torna-se o seu elemento fundante — como um vir a ser — que legitima a crítica dos industriais ao sistema político e econômico do final dos anos vinte. Tal sistema precisava de reordenações e reacomodações devido à sua incapacidade de constituir a Nação.

A crítica da burguesia industrial dirigida desde esse discurso baseia-se na polarização entre liberalismo econômico e pro-



tecionismo. Assim, o sistema político do final dos anos vinte aparece, aí, como incapaz de constituir a Nação pelo fato mesmo de se prender ao ideário do liberalismo econômico numa conjuntura mundial eminentemente protecionista. Fiel à visão cosmopolita de divisão internacional do trabalho esse sistema político, embora suportasse todos os mecanismos da economia cafeeira, aos olhos da burguesia industrial, não permitia a constituição de um espaço nacional integrado. Assim, na proposta política do CIESP há o imperativo de reordenar o sistema político dominante, sem contudo destruir suas bases de sustentação — a economia cafeeira, aliás, fonte de “vazamentos” de capitais para a indústria. Exigia-se uma reordenação sob os novos parâmetros do protecionismo, que sem destruir as bases daquele sistema, poderia inclusive sedimentá-la, via desenvolvimento industrial.

Industrialização torna-se, no discurso da burguesia industrial o eixo para a reordenação, “pelo alto”, do sistema político do final dos anos vinte e transfigura-se na única possibilidade para a constituição de uma Nação integrada e normal.

Também nessa proposta política há o imperativo de se constituir uma Nação em oposição ao exterior. Apenas que, nesse caso, o exterior não é o campo de conflitos do imperialismo, mas sim o mercado mundial do capitalismo em busca de harmonia, pela constituição progressiva de Nações através do desenvolvimento da indústria. Constituir a Nação em oposição ao exterior, significa também criar um espaço interno integrado e harmonioso avesso à penetração de ideários alienígenas e subversivos que obstaculizam a produção, ou melhor, o desenvolvimento da indústria.

Vejamos dois momentos da proposta política do CIESP nos quais aparecem, claramente, uma Nação a se constituir através do progresso da indústria:

“A independência política de uma nação só é efetiva em todos os seus aspectos, se ela se baseia numa situação econômica forte, numa independência econômica relativa, sem a qual não existe de fato a independência política. Mas, nações econômica e financeiramente fracas, o produtor nacional entrega os seus produtos, na permuta internacional, por valor inferior ao verdadeiro, em benefício de nações melhor organizadas. Não traduz de fato, como que uma injusta restrição de sua liberdade, ser o produtor obrigado a entregar o fruto de seu trabalho em troca de valores inferiores?...”

“Assim, os brasileiros que combatem a implantação



e disseminação das indústrias no país, fazem consciente ou inconscientemente obra a favor das nações estrangeiras, interessadas na conquista dos nossos mercados, trabalhando para que retrogrademos à posição de colônia dos produtores estrangeiros à mercê ainda de um bloqueio econômico em caso de guerra.” (04)

Gostaríamos, agora, de avançar na análise dessa proposta política. Constituir uma Nação em oposição ao mercado mundial e ao ideário do liberalismo significou também encontrar uma resposta no nível do conflito de classes. Noutros termos, a luta de classes à luz dessa proposta política aparecia como um momento no interior do liberalismo que não só criou um mercado mundial desigual como também foi responsável pelo acirramento dos conflitos entre o capital e o trabalho. Encontrar uma resposta ao liberalismo, representava, portanto, não apenas a construção de uma Nação normal e integrada pelo desenvolvimento da indústria, mas também a solução dos conflitos entre os vários setores da sociedade — aqui, incluídos, não apenas o proletariado mas todos os adversários da indústria.

Observemos, novamente, dois momentos nos quais a idéia de uma Nação integrada e normal aparece como solução para o conflito de classes.

“Quando estabelecidos num mesmo país, o parque industrial e a cultura agrícola se devem conjugar, crescer, se auxiliar e se desenvolver num esforço harmonioso e eficiente. Ao invés de uma classe disputar o predomínio sobre a outra, devem completar-se, conjugar seus esforços e entrelaçar por tal forma os seus interesses, que não possa viver uma sem a outra.”

“A produção em todos os seus aspectos está sendo considerada nos países que se acham na vanguarda da civilização, como um negócio da nação e não como um interesse individual. Por toda parte, se prega a concentração de todos os patriotas em torno do amparo e do fomento da produção, base fundamental da criação de um povo forte e capaz de desempenhar papel saliente no concerto das nações. Verdadeiro crime de lesa-patriotismo cometem pois os que procuram aniquilar ou combater sob qualquer forma a produção do país, criando tropeços ao seu desenvolvimento, promovendo luta de classes, tentando criar leis perturbadoras do trabalho.” (05)



Temos agora condições de avaliar o **vínculo histórico** democracia/classe operária à luz da proposta política dos industriais. Se tomarmos o ano de 1928, como um momento privilegiado no qual a burguesia industrial propõe a reordenação de um sistema político veremos que, aí, os enunciados de seu discurso criaram uma oposição ao tema da democracia inscrito na proposta de revolução democrático-burguesa do B.O.C.

Embora ambas as propostas políticas operassem com a mesma idéia de Nação a se constituir em oposição ao exterior, na conjuntura de 1928, elas se colocavam em campos opostos de luta e supunham alianças de classes bem distintas. Mas, fundamentalmente, o que as distanciava era o tema da democracia, entendido aí como reconhecimento dos direitos políticos da classe operária.

Observando as circulares do CIESP podemos alcançar a efetivação prática da proposta política da burguesia industrial, que se de um lado se debatia com o governo Federal, em 1928, pela reformulação das tarifas alfandegárias — exigindo um maior protecionismo à indústria — por outro, arregimentou os seus associados com vistas à desmobilização do operariado, que nessa altura lutava pela afirmação de seus direitos político, tais como: livre organização política e sindical, defesa das leis sociais, melhores condições de vida, etc.

Vejamos a oposição da burguesia industrial ao programa democrático do B.O.C. que incluía a defesa das leis de férias, do Código de Menores, e a livre organização do proletariado:

"Como o Centro está tratando ativamente de pleitear perante o Congresso a revogação da Lei de Férias e do Código de Menores na parte que abrange as indústrias, aconselha aos seus sócios a responder ao representante do Conselho Nacional do Trabalho que farão em tempo oportuno o registro de fichas e em tempo oportuno mandarão a relação do operariado ao Conselho".

"As nossas grandes associações de classe vão proceder ao alistamento (eleitoral) de todos os cidadãos que, trabalhando nas indústrias, tenham os requisitos exigidos pela lei, ficando bem entendido que, nenhum membro da coletividade industrial será compelido a figurar contra as suas convicções, no número de alistandos. As indústrias passarão a ser uma forte potência eleitoral, sem que, no entretanto, as suas associações representativas se transformem em centros eleitorais ou passem a ter



absorventes preocupações políticas.

A organização eleitoral das indústrias paulistas terá caráter permanente..." (06)

Nesses dois momentos fica clara a organização do empresariado industrial em oposição ao programa operário. Por um lado, pressionando o governo com vistas à revogação das leis sociais e por outro, buscando uma desmobilização da política operária através do alistamento eleitoral realizado no interior das fábricas. Assim, a harmonização dos interesses de classe, do ponto de vista dessa fração da burguesia representava desarmamento político do operariado e o livre trânsito do capital no âmbito do mercado da força de trabalho, pela supressão das leis sociais. Submeter o operariado ao regime fabril não se limitava apenas a desampará-lo pela supressão das leis sociais, mas também passava por um permanente enfraquecimento de suas formas de organização sindicais e político-partidárias.

III

Coloquemo-nos agora frente às ironias da história. Não raro são os autores que reconhecem a ocorrência de uma diferenciação significativa no âmbito da indústria no decorrer dos anos vinte. Tomando apenas João Manuel C. de Mello temos a observação de que:

"Em suma: o desenvolvimento industrial dos anos 20 salientava-se, simultaneamente, por uma profunda modernização da indústria de bens de consumo assalariado e pela diferenciação da estrutura industrial, com a pequena indústria do aço ganhando forças e com a indústria de cimento se implantando". (07)

Admitir tal ocorrência e irreversibilidade no âmbito da estrutura industrial significa alcançar de que maneira as proposições do empresariado, em 1928, vinham de encontro, exatamente, à intensificação desse processo. Embora não estejamos sugerindo, aqui, que as formulações ideológicas e as práticas políticas do empresariado tenham sido puro epifenômeno da base econômica, contudo podemos supor que a proposta política da burguesia industrial tenha, em última instância,



procurado dar resposta a essa tendência de desenvolvimento da indústria. Em outros termos, reordenar o sistema político do P.R.P., representava, principalmente, construir uma Nação sob a visão de mundo dessa burguesia, que pretendia um desenvolvimento da indústria, capaz de desarmar politicamente o conjunto da sociedade e principalmente o operariado.

Analisando a conjuntura política aberta em 1928, e observando de que maneira a burguesia industrial e a classe operária estiveram representados por duas propostas políticas distintas, gostaríamos de adiantar que nesse período o **vínculo histórico** democracia/classe operária situando-se no campo de luta política, carregou consigo uma contundente derrota para o proletariado. Mesmo se considerarmos que a liquidação da questão democrática não tenha sido obra exclusiva da proposta política e das práticas da burguesia industrial ainda assim podemos adiantar que essa fração de classe esteve longe de ser um perdedor no interior do sistema de poder que se consolidou na década de trinta.

Enfatizemos, portanto essa questão. A classe operária e sua proposta de revolução democrático-burguesa não só se viram derrotadas frente a proposta política da burguesia industrial mas constituíram-se nos únicos perdedores no interior do conjunto do social. Esse o processo histórico que o mito da "Revolução de 1930" substitui pelas lutas anti-oligárquicas.

Destrói-se, assim, na luta política o inimigo real — a organização e movimentação política da classe operária — e institui no interior do mito "Revolução de 1930" o inimigo imaginário — as velhas oligarquias.

Não é difícil entender nesse sentido a aproximação e o apoio dos industriais com relação ao sistema político dos anos trinta, que se consolidou pela desmobilização política da classe operária⁽⁹⁾. Em outras palavras, à burguesia industrial interessava, desde 1928, encontrar mecanismos capazes de conter a classe trabalhadora e sua efetiva mobilização em torno dos direitos políticos. Embora a solução encontrada pelo sistema de poder dos anos trinta tenha sido a promulgação de leis sociais que atendiam formalmente as reivindicações operárias enunciadas em 1928, à burguesia industrial ficava a certeza de que estava banida dos horizontes da sociedade novas arregimentações e agitações do proletariado.

Ironicamente, o programa político da revolução democrático-burguesa realizava-se "pelo alto", sem a direção do partido político da classe operária. Sob essa nova roupagem, na década de trinta, tal programa político não amedrontava, absolutamente, a burguesia industrial e as armas do operariado voltavam-se contra ele.



Desloca-se, portanto, no decorrer da década de trinta o núcleo fundante do projeto político da burguesia industrial. Embora, ainda encontremos a Nação como centro de legitimação das aspirações do empresariado, progressivamente vai-se sobressaindo a figura do Estado como sujeito político por excelência da industrialização. O empresariado industrial, no decorrer dos anos trinta, deitava as suas antigas armas de luta contra o operariado e delegava ao Estado a consecução da tarefa desmobilizadora da classe operária, condição indispensável para o rápido desenvolvimento da indústria.

Nesse sentido, a política trabalhista do Governo de Vargas não só funcionou como arma poderosa para a supressão do jogo democrático, surgido desde 1928, pela proposta política da classe operária como também transformou-se num dos móveis mais eficazes para a contenção da classe operária — suporte fundamental da industrialização.

Vejamos, agora, a burguesia industrial hipotecando seu total apoio ao Estado, transformando-o no sujeito político por excelência na consecução dos objetivos de industrialização. Eis esse momento em uma correspondência entre Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, de janeiro de 1945:

"Segundo me parece, teremos de aderir incondicionalmente ao presidente e de trabalhar pela vitória de sua conservação no governo, pois qualquer outro governo faria perder o terreno já conquistado pela indústria e anularia o espaço que estamos procurando ganhar no futuro (. . .). A entrada do Oliveira Ribeiro para a Secretaria de Segurança, segundo me disse o Coriolano, vai facilitar sobremaneira o trabalho de fiscalização nas fábricas. Convém espalhar o maior número possível de agentes secretos e tê-los nos estabelecimentos de maior número de trabalhadores. As instruções são sempre as mesmas; o agente se insinua nos meios operários, dizendo-se comunista, contra o governo. Depois, o trabalho é só registrar os nomes dos elementos que os colocarão contra nós e contra o governo. O resto é com a polícia. . .

Pelos nossos cálculos, baseados nos compromissos assumidos e outros que terão de ser assumidos, se não quisermos perder a cartada, vamos despende cerca de 100 milhões de cruzeiros. A indústria paulista deverá entrar com metade. O dinheiro deverá ser posto à nossa disposição com toda a urgência, pois não há tempo a perder." (99)



Para os objetivos de nossa discussão as passagens desta carta não devem ser entendidas apenas sob o ângulo da conjuntura política de 1945. Interessa-nos, pelo contrário, observar o compromisso da burguesia industrial com um sistema de poder capaz de continuar dando espaço para a afirmação de seu projeto político, que diga-se de passagem, distanciava-se, nesse período, ainda mais da questão democracia/classe operária.

Sob esse ângulo do projeto político da burguesia industrial, sugerimos um reencontro com a classe operária, agora, na década de cinquenta. Derrotada na década de vinte na luta pela afirmação da proposta de revolução democrático-burguesa, a classe operária não conseguiu inscrever suas lutas na própria história. Com suas experiências esquecidas ou apagadas a classe operária iria, contudo, reencontrar-se com o tema da democracia nos anos cinquenta. Se as práticas políticas dessa classe não deixaram marcas na história, o mesmo não poderíamos dizer do projeto da revolução democrático-burguesa, que por total ironia, encontrou seus pontos de afirmação no decorrer dos anos trinta e quarenta, assumindo, justamente, aquilo que pretendia se opor em 1928. Em outras palavras, a burguesia industrial, uma oposição, como já dissemos, conjuntural em 1928, transforma-se num aliado da revolução democrático-burguesa na década de cinquenta. A derrota dessa proposta política em 1928, criou nesse sentido as condições para o seu ressurgimento num momento posterior. Já advertimos em outras partes desse trabalho, a possibilidade dessa ocorrência. A proposta política da revolução democrático-burguesa de 1928 ao constituir como seu elemento fundante a Nação, já indicava a tendência de supressão da contradição entre o capital e o trabalho, instituindo-se, exclusivamente, **oposições** que, em última instância, eram definidas no âmbito da luta anti-imperialista.

Nesses termos, a proposta de revolução democrático-burguesa encontrava na década de cinquenta uma burguesia industrial já constituída e por isso mesmo capaz de lutar no campo das oposições nacionais contra o imperialismo.

A luz da correspondência entre Lodi e Simonsen, o texto abaixo citado pode dar o alcance das possibilidades da proposta de revolução democrático-burguesa quando ela foi, novamente, levada ao operariado na década de cinquenta.

"A constatação de que o caráter da Revolução Brasileira é democrático e nacional tem, pois, interesse. Não se trata de simples questão formal. Por-



que, como consequência permite concluir que se trata do acabamento da revolução burguesa em nosso país, de processo em que a burguesia tem papel a desempenhar. É claro que, no referido caráter, interesse mais à burguesia o conteúdo nacional, enquanto às outras forças interessa mais o conteúdo democrático; eles são, porém, tão estreitamente vinculados que parece impossível separá-las, admitindo que, com a vitória, permaneça o nacional e desapareça o democrático".⁽¹⁰⁾

Esclarecemos, desde já, que o alvo de nossa crítica não é esse autor em particular, mas sim o projeto político de revolução democrático-burguesa que inscreveu a classe operária, na luta política dos anos cinquenta. Dito isto, chamamos a atenção para o fato de que também aí silenciam-se as contradições de classe e sobressaem-se as oposições nacionais anti-imperialistas. Ainda mais, nesse momento pretende-se uma separação entre o que se define como luta nacional e aquilo que se pretende democrático. Burguesia e proletariado situados num mesmo campo aliado, suprimem suas contradições e conjuntamente com outras forças progressistas — pequena burguesia e camponeses — devem lutar contra o inimigo comum caracterizado pela associação latifúndio-imperialismo.

Mais uma vez chama-nos a atenção o fato de o caráter democrático da revolução estar sendo dado pelo encaminhamento da questão agrária — entrega de terras ao campesinato — e nessa mesma medida ter de ampliar a questão da democracia para o âmbito das práticas políticas do operariado. Novamente, há a necessidade de qualificar a movimentação e a organização da classe operária como democrática, em torno de um programa político que já na década de cinquenta supõe um pacto entre o capital e o trabalho.

Novamente, estabelece-se o **vínculo histórico** democracia/classe operária numa conjuntura em que burguesia industrial e a própria classe operária carregam projetos políticos bastante distintos. Apenas que desta vez, o tema da democracia é levado à classe operária no suposto de que sejam suspensos por tempo indeterminado os conflitos entre o capital e o trabalho, já que a burguesia industrial torna-se o seu mais recente aliado político na luta nacional, anti-imperialista.

Ironicamente, a proposta de revolução democrático-burguesa ao incorporar como aliado a burguesia industrial comprometia-se nessa medida com o imperativo de industrialização,



que aos olhos dessa mesma burguesia muito pouco tinha a ver com as pretensões nacionais-democráticas.

Muito recentemente, Maria Silvia de Carvalho Franco procurando fazer a crítica à ideologia do ISEB conseguiu enunciar muito claramente os limites de um proposta política que eleva a Nação como sujeito da história, — suprimindo as contradições de classe — no cumprimento dos imperativos da industrialização. Emerge, aí, a noção de burguesia nacional em oposição ao imperialismo como força progressista ao lado do proletariado.

"A Nação se edifica mediante a indústria brasileira, o esforço coletivo, a harmonia das consciências: ao passo que estas se efetivam, se dá a unificação de um povo que constitui o movimento da Nação se fazendo. Este é o movimento do progresso. No seu curso vão necessariamente perdendo substância as forças retrógradas, suprimidas pela positividade dessa auto-consciência nacional. Enfim, a liquidação da luta de classes e a afirmação nacional são, ao mesmo tempo, a defesa da classe produtora autenticamente brasileira, portadora do progresso..." (")

Sob a unidade inquebrantável da industrialização e do progresso a burguesia nacional e o operariado realizam, portanto, o compromisso histórico de formação da Nação sob a égide da democracia, numa luta permanente contra o inimigo exterior, o imperialismo.

Reconhecemos, entretanto, mais uma vez que o tema da democracia incorporou-se à classe operária a partir do projeto político da revolução democrático-burguesa e as suas práticas políticas tiveram de ser assim qualificadas na década de cinquenta.

Estabelecem-se uma vez mais o **vínculo histórico** democracia classe operária na confluência de dois projetos políticos. Mais uma vez a classe operária sofreu uma contundente derrota. E aqui gostaríamos de deixar bastante claro que os perdedores foram, justamente, os operários, pois não podemos aceitar a idéia de que tenha ocorrido uma derrota da burguesia industrial no decorrer dos anos cinquenta e sessenta. Afinal, no campo das alianças definido nos anos cinquenta a burguesia industrial saiu vitoriosa, pois expandiu o seu domínio — intensificou a industrialização — justamente, a partir da vigência da proposta de revolução democrático-burguesa que colocou em suspenso os conflitos entre o capital e o trabalho.



Voltamos agora às questões iniciais do nosso trabalho. No momento atual, novamente, coloca-se ao operariado a questão de democracia. O **vínculo histórico** democracia/classe operária que o documento dos empresários sugere, esclarece-se na medida em que a burguesia industrial procura hoje recompor sob sua ótica os dois projetos políticos que até aqui discutimos. Eis a novidade da conjuntura atual. Mantém-se a necessidade de intervenção do Estado para o desenvolvimento da indústria — uma política protecionista contra a entrada indiscriminada do capital estrangeiro — e procura suprimir sua ingerência no âmbito das relações do capital e do trabalho — resumindo-se, aí, portanto a questão democrática. Encontramos aí os elementos constitutivos dos dois projetos políticos e mais uma vez está colocada a questão da democracia para a classe operária.

Uma vez mais “a sociedade espera” a definição dessa classe quanto ao problema da democracia, que diga-se de passagem, historicamente foi responsável por duas de suas mais contundentes derrotas. O primeiro lance já foi dado pelos empresários procurando recompor dois projetos políticos e resolver o **vínculo histórico** democracia/classe operária, no âmbito de uma nova reordenação política.

Contudo, retomemos, aqui, o documento dos empresários para sugerir, talvez, um paradoxo histórico. Se aos olhos da “sociedade” o documento dos empresários é original por incorporar no discurso da burguesia industrial o tema da democracia — como o reconhecimento dos direitos políticos do operariado — o mesmo não podemos dizer se observamos esse mesmo documento sob o ângulo desse proletariado.

Para esse ponto incide o nosso esforço de uma nova datação histórica, pois como vimos, já existiu um momento — a década de cinquenta — em que o tema da democracia e a burguesia industrial apareceram unidos, aos olhos do operariado, como sendo as faces de uma única moeda. Entretanto, como já enfatizamos, sob a perspectiva dessa classe a questão da democracia não encontrou qualquer respaldo por parte da burguesia industrial, que na década de cinquenta, foi levada ao operariado como uma natural aliada.

Nesse sentido, sob a perspectiva da classe operária o documento dos empresários não supera o **vínculo histórico** estabelecido por aqueles projetos políticos pois acaba falando a mesma linguagem da década de cinquenta, travestida de colorações da conjuntura política atual. Pelo contrário, à luz



dos novos movimentos grevistas, o restabelecimento do **vínculo histórico** democracia/classe operária, a partir do documento dos empresários, sugere-nos uma vez mais a tentativa de derrotar o proletariado desde os seus primeiros momentos de organização de uma prática coletiva.

N O T A S

- 01 — **El movimiento revolucionário latino-americano**, SSA da IC, B.A., 1919. In Boris Fausto, **A revolução de 1930 — historiografia e história**, São Paulo, ed. Brasiliense, 1972.
- 02 — "O Combate" — 3/11/1928;
- 03 — O movimento paredista dos gráficos encontra-se fartamente documentado nos jornais "O Combate" e "Diário Nacional" de maio de 1929;
- 04 — Simonsen, Roberto — "A Orientação Industrial Brasileira", SP, 1928;
- 05 — Simonsen, Roberto — "A Orientação Industrial Brasileira", SP, 1928;
- 06 — Circulares do CIESP, 1929;
- 07 — Mello, J. Manuel C. de, — "O Capitalismo Tardio", SP, ... (mimeo.) UNICAMP;
- 08 — Um bom exemplo dessa desmobilização localiza-se na ação repressiva conjunta do Estado e dos empresários industriais frente às greves operárias de 1932 em São Paulo. Esse movimento está fartamente documentado em "A Platéia", de 1932;
- 09 — Carta de Euvaldo Lodi a Roberto Simonsen, de janeiro de 1945. Publicada na Revista **ISTO É**, de 9/11/1977;
- 10 — Sodré, Nelson Werneck — "Introdução à Revolução Brasileira", RJ. Civilização Brasileira, 1958;
- 11 — Franco, Maria Silvia de C. — "O Tempo das Ilusões", SP, CEDEC, 1976, (mimeo.).



SAÚDE E DEMOCRACIA

Medicina Comunitária: O relato de uma experiência

JOSÉ EDUARDO PASSOS JORGE*
FERNANDO VAZ PUPO
MARIA LÚCIA QUARESMA

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A perspectiva histórica do surgimento da Medicina Comunitária, acompanhando o desenvolvimento das contradições do Setor Saúde no seio da sociedade brasileira, permite hoje o desenho de todo um espaço de atuação onde as propostas alternativas vêm sendo articuladas.

No momento, mais do que a discussão do espaço político em si as tarefas que devem comprometer os profissionais de Saúde mais consequentes são aquelas que contribuem para o posicionamento político dos trabalhadores de Saúde dentro desse espaço. Entendendo que o discurso racionalista das propostas oficiais no campo da Saúde Pública são o reflexo de uma série de necessidades econômicas e políticas, intrínsecas ao próprio desenvolvimento da Medicina Capitalista, não compete a nós, enquanto profissionais comprometidos com os projetos alternativos para a sociedade brasileira, contribuir para aperfeiçoar o discurso. O discurso e o espaço de atuação surgiram em função de contradições e necessidades objetivas do Sistema Capitalista e não para instrumentar os projetos alternativos de mudança.

*Os autores deste trabalho, dois médicos e um economista, formados pela Unicamp, fazem parte de uma equipe que atua na área de Saúde Pública ao nível dos Planos de Saúde Municipais.



Examinando com alguma atenção os textos oficiais salientam-se as concepções acerca de planejamento como instrumento de racionalização do processo de mudança social, da participação social, da participação popular como instrumento barateador dos custos da Atenção Médica e canalizador de tensões sociais.

Quando todas as propostas alternativas de maior porte são encaminhadas dentro de um contexto institucional, ao nível de agências públicas, passa a ser da maior importância a elaboração das diretrizes políticas que venham a orientar a atuação dos trabalhadores, neste espaço e sob este discurso, dando condições de resposta as mais variadas questões genéricas.

1. Como a Medicina pode ser colocada ao Serviço dos interesses populares e de que forma pode ser aferido o compromisso dos profissionais de saúde com este objetivo?
2. Na execução da chamada "Travessia" entendida enquanto a passagem do universo das concepções e das elaborações teóricas sobre a realidade para o universo do exercício prático de tais concepções, instrumentada por um conjunto de métodos de procedimento e encaminhamento, como superar os obstáculos surgidos entre o atendimento dos interesses dominantes e aqueles defendidos pela população?
3. Como elaborar, produzir e colocar as soluções técnicas a serviço dos interesses da população, convivendo ou não com o discurso e as práticas objetivas da instituição? Como relacionar o trabalho técnico com o trabalho político?
4. Como produzir um sistema de compromissos entre a instituição e a população?

Para responder a estas questões genéricas torna-se necessário aprofundar a discussão política utilizando os referenciais da prática através do exame crítico do encaminhamento e dos resultados.



O PROJETO CONCEIÇÃO

A experiência que aqui será relatada tentará fornecer subsídios para o debate em torno da prática alternativa no campo da Saúde.

O relato se refere aos fatos e circunstâncias onde os autores deste documento de trabalho estiveram envolvidos, no período de Julho de 1976 até Março de 1978, na cidade de Campinas, onde através da Prefeitura Municipal desta cidade desenvolveram o Projeto Conceição.

No decorrer do mês de Julho de 1976 o então candidato do MDB a Prefeitura, Sr. Francisco Amaral constituiu um grupo de amigos do MDB local para discutir a plataforma da sua campanha eleitoral e elaborar as bases e os princípios de um programa de Governo. Nesta ocasião inúmeros cidadãos entre os quais os autores deste trabalho concorreram para participar de um processo onde a luta pela democratização da sociedade brasileira cumpriria mais uma etapa.

A plataforma política da campanha eleitoral, os métodos de encaminhamento e o próprio Programa de Governo do candidato foram elaborados através de amplas discussões e consultas entre todos os grupos locais envolvidos com abordagem detalhada de diversos programas setoriais que, se aplicados, passariam a viabilizar um Programa Geral de Governo em uma Prefeitura de Oposição.

O próprio encaminhamento da campanha eleitoral cumpriu um cronograma de consultas e debates populares em reuniões amplas junto aos bairros da periferia da cidade. Através dos Mutirões de campanha varreram-se os bairros periféricos, levantando o debate de casa em casa. Além de superar os empecilhos da chamada Lei Falcão este tipo de encaminhamento gerou as mais diversas formas de participação política da população, num instante em que todos os recursos disponíveis e toda a máquina administrativa da Prefeitura estavam voltadas para produzir a vitória do candidato apoiado pelo Governo Federal, o qual detinha especial atenção sobre o processo eleitoral nesta cidade, conhecida como tradicional reduto oposicionista.

Uma esmagadora vitória da Oposição foi o resultado conhecido em Novembro quando, fugindo inteiramente aos métodos costumeiros de aliciamento de votos, currais eleitorais e de votos de clientela, o candidato vencedor assistia a uma das maiores concentrações populares da história da cidade, na comemoração prévia da vitória eleitoral de um programa popular de Governo.



Não haviam sido decorridos vinte dias, após a data da eleição, quando começaram os rumores, depois confirmados de que o candidato eleito começara a auscultar alguns porta-vozes do Governo Federal. Os resultados desta conduta refletiram-se logo, quando, na escolha do Secretariado, prevaleceram critérios outros, que não aqueles que poderiam permitir a viabilização do Programa de Governo anteriormente defendido. Os únicos setores da Administração onde a escolha levou em consideração, pelo menos parcialmente um programa setorial, previamente definido, foram o da Saúde e o da Cultura. Assim, ocorreu imediatamente o esfacelamento de um Programa Geral de Governo que privilegiava a ação dos setores predominantemente sociais da Administração, com grande ênfase para a questão social e urbana do município.

Logo a seguir, na composição do segundo escalão, o candidato passou a jogar francamente com os recursos dos "antecedentes ideológicos", quando, através de contínuo vai e vem de "informações" ia, lentamente, montando o segundo escalão da Administração (diretores e coordenadores).

Ao mesmo tempo, jogava-se com métodos mais simples de retribuição de favores, com nítido rompimento com os compromissos políticos anteriormente assumidos, tentando desta forma recompensar os elementos preteridos por "problemas ideológicos". Subtendia-se através de tudo isto que algumas imposições externas, mesmo que a contra gosto, explicavam o comportamento assumido.

Os próprios autores foram na época convidados a fazer parte de um quadro de assessores da Secretaria da Saúde, com polpudos salários. Vale dizer que, a própria composição deste quadro alinhava pessoas cuja presença se explicava somente pela troca de favores e não por um critério técnico ou político, anteriormente definido.

Tais propostas veiculadas no decorrer dos 90 dias seguintes ao pleito foram repelidas com firmeza, produzindo-se um período de afastamento, uma vez que com o encaminhamento adotado, este grupo de profissionais de Saúde não mais acreditava na possibilidade de viabilização da sua proposta de atuação.

Tal situação perdurou até fins de Março/77 quando a Prefeitura recebeu um Centro de Saúde, construído durante a gestão anterior com os recursos do Projeto-Cura. Este Centro de Saúde, construído juntamente com uma creche, um centro de adestramento de mão-de-obra e uma cadeia, foi entregue a Secretaria de Saúde que não contava com nenhum equipamento congênere em sua estrutura, não possuindo nenhum tipo de plano ou programa que pudesse, a curto prazo, viabilizar o funcionamento desse Posto de Saúde.



Coincidente, porém não acidentalmente, o referido Centro de Saúde situava-se em uma das áreas do município onde este grupo já vinha desenvolvendo um trabalho de Medicina Comunitária, de caráter marginal, há mais de quatro anos.

Diante desta situação, o nosso grupo foi novamente recontactado e uma vez que, as premissas iniciais permaneciam inalteradas no que se referia à participação do grupo, na estrutura formal da Administração, esta fez uma opção administrativa de estabelecer um Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados com o autor do projeto que se responsabilizava pela execução dos trabalhos durante um período de 10 meses. Assim nasceu o Projeto-Conceição, como piloto da implantação da Rede Municipal de Atenção Primária na cidade de Campinas. O contrato, realizado entre a COHAB e a pessoa física do autor do projeto, estipulava de forma detalhada a responsabilidade de ambas as partes, cabendo à Secretaria da Saúde equipar o posto e contratar todo o pessoal médico e para-médico, segundo as normas definidas no projeto, o qual era parte integrante do próprio contrato. O contratado por sua vez poderia sub-contratar os elementos que fossem necessários para a execução do projeto, principalmente aqueles que por sua atribuição não constassem do plano de cargos da Prefeitura. Ao lado desta ginástica contratual corria um Convênio entre a COHAB e a Secretaria da Saúde, com a interveniência do autor do projeto, com quatro anos de duração, que vinha legitimar a relação entre as três partes.

Este intrincado vínculo contratual é citado aqui, em detalhe, para poder determinar o grau de confiança existente entre as partes, e, principalmente, para salientar que na sua própria origem a participação do autor, na execução do projeto, já continha os elementos de uma contradição política, muito provavelmente trazida desde o período eleitoral.

Já no início do ano de 1977 o grupo atual articulava em torno de si, 16 elementos, dos quais somente quatro eram médicos formados, 8 estudantes de medicina de vários anos e o restante estudantes de outras áreas. No decorrer desse ano ocorreu o ingresso de outros elementos, inclusive de médicos vindos de outros estados. A partir de Maio o número de integrantes chegou a 26 elementos que se distribuíam entre as várias frentes de trabalho existentes, sendo que a maior parte mantinha permanentemente dois vínculos, trabalhando em pelo menos duas Prefeituras.

O súbito crescimento do grupo no decorrer deste ano pode ter vários motivos porém um dos mais fortes deve ter sido a atração realizada pela conquista de um espaço de atuação den-



tro da Prefeitura de Campinas, tradicionalmente fechada a experiências inovadoras. Outro fator que pode ter determinado o "inchaço" do grupo original deve ter sido o caráter gratificante de uma boa perspectiva de trabalho profissional, sem as dificuldades enfrentadas enquanto a mesma perspectiva de trabalho era oferecida nas cidades vizinhas (viagens, menores salários, menor repercussão).

Além do grupo básico, que havia dado início ao trabalho marginal em 1971, uma parte do grupo (6 elementos) havia se aproximado do trabalho em 3 áreas da periferia de Campinas em Janeiro de 1975, contratados como monitores, através do Laboratório de Ensino Médico do Departamento de Preventiva da UNICAMP, alguns meses antes de ocorrer o esvaziamento deste Departamento.

O grupo possuía uma estrutura de organização e de debate própria independentes da distribuição dos seus elementos nas várias frentes de trabalho. Evidentemente sua sustentação se baseava na existência de um compromisso político, articulado dentro de uma proposta de atuação alternativa.

A Prefeitura Municipal de Campinas a partir da inauguração do Posto do Jardim Conceição, no dia 1.º de Maio, absorveu paulatinamente a totalidade deste grupo, com exceção do autor do projeto, através de contratos normais, pela CLT.

O Programa de Atenção Primária, do qual o projeto-piloto-Conceição representava a primeira fase, defende um compromisso da Prefeitura com a extensão de cobertura médico assistencial para a população trabalhadora, em áreas urbanas geograficamente determinadas, segundo um modelo próprio de Medicina Comunitária. Na concepção do P.A.P. tal compromisso deve ser expresso e passa a ser concretizado:

1. Através da definição do corpo de uma Política Municipal de Saúde que, além de prever a implantação progressiva de um Sistema Municipal de Saúde, com integração multi institucional, determine a aplicação de 5 a 8% do Orçamento Municipal na área da Saúde.
2. Através da adoção de um Projeto de Regionalização de Serviços e de Zoneamento Sanitário que venha definir uma hierarquização de atividades e uma atribuição de responsabilidades na prestação de serviços, principalmente entre as esferas de atuação das instituições de caráter público.
3. Através da democratização dos canais de acesso da população aos meios e aos instrumentos de cura, e a



aproximação dos usuários ao controle da qualidade e da própria estrutura dos serviços existentes, bem como da definição das Políticas de Saúde adotadas.

Enquanto proposta técnica, o Modelo de Medicina Comunitária traz em si um caráter intrinsecamente político, não podendo na sua execução ser encarado dissociadamente de uma proposta política.

Assim entendido, a descrição técnica do Modelo de Medicina Comunitária torna-se necessária para o perfeito entendimento dos fatos e circunstâncias contidas neste relato.

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO MODELO DE MEDICINA COMUNITÁRIA

O modelo em questão vem sendo adotado em todas as frentes de trabalho municipal desde 1975 e na sua concepção concorreram inúmeras experiências de menor porte e de caráter isolado coordenados pelos autores deste trabalho, durante a etapa de atuação marginal.

A estratégia de trabalho é definida a partir de alguns fatores condicionantes e/ou limitantes existentes nas origens dos diferentes projetos. Dentre esses fatores condicionantes pode-se relacionar:

- A. O adestramento e capacitação progressiva do pessoal técnico-científico e para-médico. Nas primeiras etapas da implantação, o peso deste fator é significativo, pois ao mesmo tempo em que se deve produzir uma prestação de serviços eficiente, há que se treinar toda a equipe de trabalho nas normas de operacionalização do Projeto.
- B. Limitações de ordem econômico-financeira.
- C. Limitações de caráter institucional a medida que as demais agências de prestação de serviços médicos ou sanitários mantêm sempre reservas, quanto à possibilidade de trabalhar de forma integrada com o Serviço Municipal em formação.
- D. Variáveis políticas, oriundas da realidade social local e de natureza a mais variada, que interferem na definição do quadro de diretrizes da Política Municipal de Saúde.



A estratégia de atuação adotada, considerando os fatores condicionantes citados, baseia-se na necessidade de se produzir um impacto positivo em termos de manter um alto desempenho e um rendimento ótimo já na operacionalização inicial do modelo, com o intuito de:

- A. Ganhar a credibilidade da população local para os objetivos do projeto.
- B. Ganhar a credibilidade técnica para a estrutura municipal de Atenção Primária, diante das demais instituições de Saúde, envolvidas ou não no projeto de regionalização de serviços.
- C. Aumentar o apoio intra-institucional para as bases da nova política de Saúde, que privilegia uma meta de amplos benefícios sociais para a população trabalhadora da periferia da cidade.

O Modelo de Medicina Comunitária, desenvolvido sob a influência direta das Prefeituras Municipais tem como objetivos centrais:

- 1. A extensão de cobertura médico-assistencial para toda a população residente na área-programa configurando o ambulatório médico de referência primária.
- 2. A cobertura sanitária dessa mesma população, assumindo a responsabilidade por todos os eventos passíveis de proteção, prevenção ou redução no âmbito da Saúde Pública.
- 3. Desenvolver todos os mecanismos comunitários possíveis para a Educação Sanitária, introduzindo e canalizando conceitos e práticas objetivas, tendo como referência principal a existência do posto médico no local.

Para alcançar os objetivos enunciados, o projeto prevê:

- 1. Oferta de serviços médicos compatível com a dimensão da população-alvo, traduzidas por:
 - A. Consultas Médicas de Rotina (com hora marcada e estrutura normatizada).



B. Inscrição ou matrícula em um dos seis **Programas de Atenção Médica Integral (PAMI)**, definidos segundo o critério de grupos etários:

- População de 0 — 3 anos.
- População de 6 — 18 anos — Programa de Saúde Escolar.
- Adultos: — Alcoólatras.
— Mulheres em idade fértil, com dois Sub-Programas:
— Gestantes.
— Prevenção do Câncer Cérvico Uterino.
- PAMI + de 40 anos — Privilegiando o controle e seguimento de patologias comuns a esta etapa biológica.

C. Atendimentos Emergenciais:

- Consulta Médica Eventual.
- Encaminhamentos (URGÊNCIA).

D. Laboratório de Análises Clínicas Básicas: responsável pela execução dos seguintes exames, segundo as seis rotinas básicas ou de forma isolada segundo orientação médica:

- Parasitológico de Fezes (Métodos Direto, Hoffman e Faust).
- Urina (Sedimentoscopia, Bacterioscopia e teste de Gravidez).
- Sangue (Hematimetria, Hemograma, VDRL, Tipagem, Glicemia e Uréia).
- Teste Tuberculínico.
- Bacterioscopia de Secreções (vaginal e es-carro).
- Eletrocardiografia.
- Citologia Oncótica.

E. Fornecimento sistemático de suplementos alimentares (leite em pó e Gestal), vacinas e medicamentos padronizados.

2. Cadastramento do universo de famílias residentes na área por domicílio.
3. Visitas de citação para todos os faltosos, segundo as atividades de controle e de acompanhamento previamente programadas.



4. Visitas domiciliares em todos os casos de acompanhamento ou controle estritos.

5. No âmbito da Educação Sanitária são realizadas:

- Reuniões periódicas com a participação da população geral, para debate e crítica em torno do desenvolvimento das atividades previstas ou para resolução em torno de problemas concretos que possam afetar a saúde da comunidade.
- Reuniões sistemáticas com os grupos de moradores caracterizados, para fins de referência, enquanto voluntários de saúde, no intuito de orientar práticas de saúde objetivas; (através de aulas, palestras, projeção de slides etc.).
- Desenvolvimento de cursos e reuniões semanais, com o objetivo de capacitar e treinar o pessoal para-médico para a prestação de serviços, segundo o modelo proposto.
- Palestras e Debates sistemáticos realizados junto aos grupos matriculados nos PAMIs e que frequentam mensalmente o Serviço em dias pré determinados.

O suporte político de todas as atividades repousa nos seguintes princípios que norteiam os diferentes projetos no quadro da Política Municipal de Saúde:

- inibir qualquer forma de estratificação e seleção, da clientela dentro dos programas de extensão de cobertura médico-sanitária.
- garantir a gratuidade da prestação de serviços assistenciais.
- permitir o acesso aos instrumentos de cura mais sofisticados, sempre que necessário, como forma de continuidade do atendimento primário.
- normatizar a utilização dos recursos de Saúde existentes sob a responsabilidade municipal de forma a garantir a sua distribuição igualitária ao conjunto, da população-alvo.
- manter em todos os níveis da prestação de serviços de saúde um rígido padrão de qualidade, determinado a partir de normas e conceitos precisos.
- maximizar a utilização dos recursos de saúde institucionais, para que, com um baixo custo operacional, sejam ampliados os benefícios sociais deles decorrentes.



- buscar todas as formas de participação popular possível ao nível do planejamento, decisão e execução das ações de saúde diretas e indiretas.

Ainda para justificar a necessidade de atuação através de um Modelo que proporciona a normatização precisa para todas as atividades, deve-se lembrar o conceito de Atenção Médica defendido pela O.M.S. que a define como o conjunto de meios diretos e específicos destinados a colocar ao alcance do maior número de indivíduos e de suas famílias os recursos do diagnóstico precoce, do tratamento oportuno, da reabilitação, prevenção de doenças e de fomento da Saúde.

O Modelo de Medicina Comunitária adotado na implantação do Programa Municipal de Atenção Primária caracteriza a Atenção Médica segundo os seguintes fatores:

1. **Precocidade** — Sabendo-se que em cada etapa biológica do indivíduo (lactente, pré-escolar, escolar, adolescente, adulto, gravidez etc...) existem riscos específicos de morbi-mortalidade, entende-se que a Atenção Médica deve ter lugar em momento oportuno em relação a cada risco para proporcionar as melhores possibilidades preventivas através do Diagnóstico Precoce e do tratamento oportuno melhorando o prognóstico de cada caso.
2. **Periodicidade ou Continuidade** — Refere-se ao número de ações de Atenção Médica que devem ser realizados sobre cada indivíduo no período de um ano.
 - à frequência proposta para o sadio, determinada pelo maior ou menor risco nos distintos períodos evolutivos.
 - a frequência para o doente, pelas características de sua situação patológica.
3. **Cobertura** — Refere-se à porcentagem de indivíduos de determinada população sob a proteção médica em área determinada. Portanto para diminuir o risco, na Comunidade, a Atenção Médica deve cobrir a População Exposta com extensão capaz de influir nas taxas de morbi-mortalidade.

A inauguração do Posto do Jardim Conceição no dia 1.º de Maio provocou grande repercussão no bairro e na cidade, principalmente pela tônica dos discursos proferidos pelos moradores e pelo próprio Prefeito, alusivos aquela data e também porque esta foi a primeira grande iniciativa do Governo Municipal na periferia da cidade exatamente 90 dias após a tomada de posse.



O Posto situado no centro de uma área geográfica composta por 9 bairros, atraiu para si o atendimento de uma população de cerca de 30.000 habitantes.

Desde cedo ocorreu uma grande procura em torno dos Serviços oferecidos, sendo que ao fim de 60 dias o primeiro Programa de Atenção Médica Integral a população de 0 a 3 anos já possuía mais de 1100 crianças matriculadas, dentro de uma proposta de cobertura para 2400 crianças. Diariamente grupos de 40 mães e crianças passavam pelo Serviço. A oferta de consultas com hora marcada nunca ocorreu abaixo de 200 consultas semanais.

A grande procura do Serviço por parte da população exigia em contra partida uma grande dedicação da equipe de profissionais de Saúde, ainda em fase de treinamento em serviço. Mais do que o esforço físico tornava-se necessário produzir uma maior coesão política em torno dos objetivos mais gerais.

O caráter intrinsecamente político de um projeto de Saúde comprometido com a assistência médica e a cobertura sanitária de toda uma população colocada secularmente a margem desses benefícios, exigia de cada médico e de cada enfermeira antes de mais nada uma posição política. Cada consulta médica exigia de cada um dos médicos uma atitude combativa e uma posição crítica. Para o doente, dentro da família trabalhadora, de nada adianta sair do Posto com uma receita quilométrica, cujo custo venha a estourar o seu parco orçamento doméstico ou com um conselho para trocar o seu colchão por um outro ortopédico, quando muitas vezes nem uma cama o desgraçado possui. Sem cair no oposto, ou seja, numa posição céptica, de que nada se pode fazer para acrescentar algum efeito ao ato médico, nestas situações, tornava-se necessário recolocar o ato médico frente a frente à verdadeira condição de vida do trabalhador e ao lado do seu paciente para a verdadeira mudança desta situação, onde os meios de cura mais criativos e baratos que possam ser inventados, muitas vezes ainda estão fora do acesso, dada a situação de extrema penúria.

Desde a prática atomizada ao nível de uma consulta individual até a atuação frente a uma reunião aberta exigia-se a confecção de um compromisso permanente.

Nesta situação os elementos mais vacilantes começaram logo a questionar a linha de atuação defendida pelo projeto. Sem condições para articular uma proposta alternativa, discutia-se o autoritarismo na coordenação do Posto, o ativismo gerado pela inesgotável procura do Serviço Médico, a falta de participação do grupo na elaboração das diretrizes técnicas. Todavia, como nenhum elemento integrante da equipe houvesse



entrado no trabalho sem ampla discussão prévia tanto da linha de atuação quanto dos métodos de encaminhamento, como a maior parte das decisões, no que se refere ao funcionamento do Serviço, foram tomados publicamente, em conjunto com a população, depois de inúmeras consultas, tais alegações careciam de substrato e não ganhavam força no restante da equipe. Um sistema de avaliação permanente através de indicadores de fácil extração e elaboração e a própria atividade prática do grupo dirigente do Serviço, ombro a ombro, com a equipe geral, tornava impossível a realização de um boicote às decisões tomadas pelo conjunto da equipe, juntamente com a população.

Ao lado destes fatos, a Secretaria da Saúde, impressionada com os resultados obtidos em termos de popularidade e renome, decorrentes do trabalho até então realizado no Jardim Conceição começou a demonstrar uma ânsia de apressar a abertura de mais um conjunto de 8 Postos até o final do ano. No entanto algumas contradições colocavam-se no caminho destas pretensões. A primeira relacionava-se com a absoluta falta de verbas dentro da Administração, que ainda trabalhava com um orçamento dilapidado e um endividamento grave legado pela gestão anterior. A segunda era determinada pela absoluta falta de estrutura orgânica dentro da própria Secretaria, que operava até então sem requisitos mínimos exigidos em termos técnicos e administrativos. A terceira resumia-se na falta de uma definição política central e que para ser alcançada deveria envolver um grande esforço para superar barreiras externas e internas da Administração.

O grupo dirigente do Jardim Conceição, quando convidado a participar, posicionou-se contra a abertura indiscriminada de pequenos Postos, argumentando pela inviabilidade de uma proposta de caráter imediatista e por entender que surgia atrás dessa proposta um desvio dos objetivos políticos já publicamente anunciados pela Secretaria.

Até Setembro a Secretaria da Saúde já havia encaminhado a inauguração de mais quatro Postos e anunciado a intenção de até Dezembro colocar em funcionamento mais quatro.

Em verdade, desde o mês de Agosto a Secretaria já não tinha condições de abastecer o Posto do Jardim Conceição onde já faltavam elementos básicos como algodão, gaze, materiais de limpeza e medicamentos.

Para conseguir o intento de promover a abertura quantitativa dos pequenos Postos, as próprias listas de contratação da equipe do Jardim Conceição, ficaram retidas quase três meses, e desta forma alguns elementos da equipe permaneceram até cinco meses trabalhando sem receber seus salários.



Diante das novas necessidades, tornava-se impossível para a Secretaria defender uma Política de Saúde comprometida com a extensão de cobertura médico assistencial e com o controle de qualidade dos serviços prestados. A Medicina Simplificada, sustentada para execução das Ações básicas de Saúde, tornava-se a única saída possível.

Dentro do modelo de Medicina Simplificada o grande peso do atendimento recai sobre a equipe para-médica e sendo que esta delegação de funções do médico para o pessoal auxiliar não tem como contra partida o aumento salarial correspondente ao acúmulo de novas responsabilidades, o custo operacional realmente cai, juntamente com inúmeras outras quedas.

Realmente, dentro do contexto de uma sociedade capitalista a Medicina Simplificada consegue reproduzir as regras dominantes ao produzir a Medicina do pobre para o pobre, permitindo que a do rico continue sendo dirigida a ele exclusivamente.

Ao lado desta oportuna mudança de rumo político dada pelos últimos acontecimentos, a maior parte dos elementos do grupo, passou-se com armas e bagagens para o outro compartimento, sendo que aqueles que ainda permaneciam ligados ao Projeto Conceição, embora sem conseguirem dimensionar uma proposta alternativa à linha de atuação adotada, começaram a romper na prática com as normas de trabalho. Pela característica "sui-generis" do contrato existente, foi possível a sua transferência imediata para junto dos demais. Foram transferidos 1 médico, 3 estudantes de medicina, 1 enfermeira e 1 estudante do trabalho de campo.

O grupo remanescente do Jardim Conceição neste mesmo instante entregava à Secretaria um denso documento denominado "Contribuição para a Definição de uma Política Municipal de Saúde" como resposta a uma solicitação do Secretário que precisava de uma justificativa para a elaboração do Orçamento do ano de 1978. O mesmo grupo solicitava ainda a instituição de um debate aberto a todos os integrantes da Secretaria da Saúde e com a participação de outros elementos da Administração, inclusive o Prefeito, na tentativa de definir as diretrizes políticas para a continuidade dos trabalhos. Este debate nunca foi realizado, embora publicamente algumas partes deste documento ainda venham sendo utilizadas pela Prefeitura, mesmo que na prática não sejam aplicadas.

O Projeto Conceição praticamente não sofreu solução de continuidade, pois, pelas características próprias do contrato especial, a Secretaria teve que aceitar a indicação de outros elementos recém chegados ao grupo remanescente para ocupar vagas existentes e cobrir outras que ainda não haviam chegado a serem preenchidas.



Depois da divisão do grupo maior, ocorrida em Setembro, as atividades de implantação do Projeto foram retomadas e cumpriu-se todo o cronograma estabelecido.

A equipe de trabalho de campo, apoiada pelos médicos, levava, aos bairros mais distantes, a proposta de organização dos Mini-Postos, sob o controle direto da população. Os Mini-Postos, abastecidos pelo Posto Central, deveriam ter condições mínimas para receber os Programas de Atenção Médica Integral já implantados. Para tanto o Posto Central além do abastecimento, colocava a disposição do programa aí instalado, uma enfermeira responsável e o sistema de transporte, uma vez que as intercorrências deveriam ser atendidas no Posto Central.

Ainda dentro das atividades extra-murais e acompanhando algumas tendências existentes junto a população, os elementos do trabalho de campo passavam a desenvolver contactos com outros níveis de organização popular, voltados para atividades as mais diversas (folclore, música regional, teatro) e que anteriormente haviam permanecido fora de contacto.

Dentro da área de trabalho do Projeto Conceição existe uma vila popular de construção planejada e três núcleos de favela, que distinguem-se, de forma especial, dos demais agrupamentos populacionais, que na sua maioria desenvolveram-se a partir de loteamentos populares pelo processo de auto-construção. Há menos de dois anos com a chegada de inúmeros benefícios sociais, vem ocorrendo naquela área a especulação imobiliária desenfreada, produzindo um aumento dos índices de mobilidade social, através da "expulsão" das famílias originais e da reocupação por famílias de estratificação social mais elevada.

Por aí só, um processo de urbanização deste tipo produz uma série de áreas de tensão e acentua o descontentamento diante das injustiças flagrantes, o que pela simples possibilidade de discussão e de troca de experiências passa a exigir um aumento do nível de organização e de consciência, por parte da população.

Desse momento em diante ocorre com maior clareza a distinção dos dois lados de uma mesma questão. No que toca aos agentes sociais em atuação na área, eles passam a serem questionados, naquilo que, em última instância, traduz-se pela questão do compromisso. "De que lado estão"? Toda a posição dúbia que venha escamotear a resposta a esta pergunta, torna-se improfícua. Cada comportamento e procedimento particular da instituição e do seu agente local passa a ser examinado com enorme atenção.



Com menor intensidade esse questionamento sempre ocorreu em qualquer trabalho de bairro, quando a população se defronta com qualquer agente externo. Porém quando as contradições urbanas tornam-se mais agudas, é praticamente impossível escapar ao crivo do questionamento do compromisso.

A área do Projeto Conceição, definida pelo CURA como área de desenvolvimento urbano intermediário e portanto passível de ter o seu desenvolvimento impulsionado através de estímulos externos, passa hoje por um processo de agudização de contradições dos mais variados tipos. Por um lado, antigos residentes na área passam a ser pressionados, paradoxalmente, pela chegada do asfalto e da iluminação pública e pelo aumento súbito e especulativo do valor dos seus terrenos. Por outro lado, começa a surgir no seio da população um antagonismo entre os novos proprietários e os "moradores de barraco". A própria chegada de alguns benefícios sociais e urbanos torna aquele o ponto ideal para a fixação de novos migrantes, junto a favela, com um nítido aumento da construção instantânea de mais barracos. "Olha, grudado com os nossos barracos a gente tem até um Posto de Saúde enorme. O pessoal lá, atende a gente muito bem, sem cobrar nada".

A mesma instituição, no caso, a Prefeitura, assume as mais diferentes facetas, conforme o programa setorial considerado. No que tange ao asfaltamento e à iluminação pública, ao invés de criar Fundos populares para a ampliação de tais Serviços Urbanos, respeitando o poder aquisitivo do morador naquela área, ao contrário impondo preços exorbitantes, muito além da capacidade da maior parte das famílias, facilitava a ação dos especuladores imobiliários que vinham logo atrás da cobrança municipal com propostas tentadoras para a compra dos terrenos.

No que se refere ao Setor de Promoção Social é explicitada, em documento interno, a firme vontade de mudar a estratificação social da área. Programas de congelamento e de remoção de áreas faveladas, situadas em terrenos municipais (áreas verdes), não sendo acompanhados da real possibilidade de aquisição de casa própria equivalem a duas coisas: ou o programa de contenção das favelas está de antemão fadado ao fracasso ou será viabilizado somente através das mais variadas medidas coercitivas. É fácil imaginar o grau de confiança depositado pela população nos agentes destes dois programas setoriais.

Ao mesmo tempo, a mesma instituição patrocina um Posto de Saúde modelar, comprometido com o atendimento gratuito e de boa qualidade à toda a população sem distinções da clientela e cujos agentes discutem claramente todos os problemas econômicos, sociais e urbanos relacionados com o binômio saúde-



doença e inclusive colocam abertamente todas as deficiências existentes no atendimento, informando a população sobre as suas causas mais diretas.

O desenvolvimento destas contradições no interior da Prefeitura, produziu como resposta, ao documento anteriormente encaminhado para a Administração, uma reunião ou encontro, em meados de Dezembro, da cúpula política da Administração, que determinava o expurgo de "elementos notoriamente subversivos" situados dentro da Administração, bem como anunciava-se com grande temor que um destes elementos, o médico coordenador do Projeto Conceição, preparava-se para o seu lançamento à carreira parlamentar como Deputado Estadual, utilizando-se do grande prestígio acumulado naquela área da cidade e em toda a região.

As duas denúncias articuladas entre si, nessa ocasião, forneciam condições para uma tomada de posição sabidamente anti-popular, porém extremamente necessárias pela vizinhança do ano eleitoral de 1978, dada a incômoda situação política vinda pela Administração atual. A primeira denúncia representa um conhecido recurso, o da indústria do anti-comunismo, do qual sempre lançam mão os elementos mais vis ou corruptos, quando sentem suas posições e privilégios ameaçados. A segunda denúncia, somente faz sentido, se articulada a primeira, dentro da atual ordem vigente, pois o lançamento de uma candidatura parlamentar é um direito de qualquer cidadão no gozo de suas prerrogativas constitucionais e mais do que nunca, representa para alguns cidadãos, uma tomada de posição política possível. No entanto o aludido médico, que é um dos autores deste trabalho, nunca foi e não é, atualmente, filiado a qualquer um dos dois partidos políticos existentes, motivo pelo qual, pela legislação atual, torna-se impossível qualquer pretensão eleitoral, de sua parte.

No início de Fevereiro/78, o Prefeito entregou uma carta ao Coordenador do Posto do Jardim Conceição comunicando que não faria a renovação do contrato de prestação de serviços técnicos que se encerrava no dia 15, por falta de recursos financeiros. O próprio Secretário da Saúde já comunicara anteriormente que o Prefeito não aceitaria a contratação do Coordenador pela CLT, no quadro normal de funcionários.

Coincidentemente, no mesmo dia em que chegou a carta, havia sido marcada uma reunião de rotina para avaliação, com a participação aberta à população. Nesta reunião o fato foi comunicado, através da leitura da carta do Prefeito, sendo que o elemento atingido encerrou ali a sua participação na coordenação da reunião.



De imediato não houve concordância com a atitude do Prefeito, e pelo consenso unânime de cerca de 120 pessoas presentes decidiram pela convocação do Prefeito e do Secretário em uma próxima reunião com data já marcada naquele momento e com ampla participação popular, para que explicassem os motivos da atitude tomada, uma vez que o Serviço vinha funcionando satisfatoriamente.

Na data marcada para a reunião seguinte o Prefeito enviou um ofício nomeando como novo Coordenador do Posto um dos elementos integrantes da equipe antiga e que permanecia trabalhando no Projeto Conceição algumas vezes por semana, ligado ao Serviço de Saúde Mental. Neste mesmo ofício o Prefeito declarava que por motivos particulares não pudera comparecer a reunião, porém marcava nova reunião para o dia 9 de Março. Vale dizer que a esta reunião compareceram em peso todos os funcionários da Secretaria, alguns dos quais, nunca haviam pisado naquele Serviço, que em atitude provocativa indisputaram-se contra inúmeros moradores do bairro e contra alguns dos funcionários do Posto do Jardim Conceição. Aquela reunião quase degenerou em conflitos corporais, motivo pelo qual foi encerrada logo após a leitura da carta.

A partir daí começaram a circular rumores no bairro, propagados por funcionários da Secretaria, que de várias formas acusavam a equipe de trabalho, anunciando ainda que todos os seus integrantes, seriam presos no decorrer da próxima reunião, no dia 9 de Março.

No dia 2 de Março o Posto do Jardim Conceição e o da Vila Costa e Silva, receberam a visita de dois coronéis reformados que se anunciaram como os novos Administradores daqueles serviços de Saúde.

O cel. Toledo compareceu ao Posto do Jardim Conceição no dia 2 de Março e o cel. D'Otaviano apresentou ofício timbrado da Secretaria da Saúde e assinado pelo Secretário nomeando-o como novo Administrador do Posto da Vila Costa e Silva no dia 03 de Março.

Após o recuo da população o Prefeito liberou um folheto no dia 9 de Março garantindo a continuidade do Serviço Médico e afirmando que quando achasse conveniente e necessário marcaria novas reuniões com a população.

Segundo informações disponíveis os dois indivíduos, apresentados como coronéis reformados fazem parte hoje, do quadro de funcionários da Prefeitura, e como tenham sido logo retirados da posição ostensiva de Administradores dos Postos de Saúde, são lembrados pela população como "coronel passasusto".



Na mesma época, seis funcionários da Secretaria da Saúde foram logo identificados e demitidos pelo Secretário, encerrando assim a participação institucional deste grupo, naquela área de trabalho.

A MEDICINA COMUNITÁRIA E A PARTICIPAÇÃO POPULAR

Para ampliar e aprofundar o significado, importância e limites políticos do trabalho no Setor Saúde (Medicina de Comunidade), é necessário compreender o que ocorre na sociedade brasileira atual.

Sem este avanço contínuo, corre-se o risco de transformar a prática cotidiana e consequentemente a Medicina Comunitária, numa ação social deformadora da consciência política da população, cumprindo assim, um papel reacionário e necessário ao sistema capitalista, ou seja, suprir a demanda de assistência médica por parte de uma população carente de recursos e não atendida nem pela medicina privada e nem pelos órgãos oficiais.

Necessária ao sistema à medida que, a força de trabalho deve ter um mínimo de sanidade para poder ser explorada e reacionária na proporção mesmo em que podem fazer a população crer que as classes dominantes e o próprio sistema capitalista têm condições de melhorar suas condições gerais de vida.

Esta é uma das contradições que todo trabalho em um setor específico apresenta, principalmente quando desenvolvido sob o amparo institucional.

A natureza básica desta contradição é ainda agravada por várias razões:

— A primeira se refere ao fato de que a solução dos problemas da grande maioria da população não se dará de forma setorizada, isto é, a superação do problema da saúde, por exemplo, não ocorrerá de forma isolada, separada das outras questões.

— A segunda razão se fundamenta na certeza que se tem de antemão, de que nenhuma instituição pública ou privada seja capaz de possibilitar uma transformação consequente, mesmo em sua esfera de ação. Uma por ser parte de um aparelho de Estado, determinado pelas condições econômicas, sociais e políticas vigentes e cuja função essencial é contribuir para manter e para reproduzir as condições que lhe deram origem. A outra, pelas limitações inerentes, oriundas de seu caráter privado e consequente significado restrito dentro da sociedade de classes e até mesmo dentro de uma única classe ou camada social.



Porém, o que se coloca num momento em que a conjuntura política se modifica rapidamente e que a oposição ao regime toma corpo, é a questão da emergência e da participação da oposição popular nesse processo político e na construção de um regime democrático.

Por outro lado, a atuação no âmbito da Saúde, assim como em outros setores, deve ter a orientá-la uma análise específica que procure determinar de que modo as contradições presentes ao atual estágio do capitalismo no Brasil, reproduzem-se ao nível do Setor Saúde e quais as características e especificidades que o desenvolvimento de tais contradições assumem neste Setor.

Evidentemente este deve ser o objetivo de toda análise ou formulação teórica que oriente a ação de pessoas ou grupos que possam intervir politicamente neste setor, marginal ou institucionalmente.

O primeiro passo busca levantar a discussão em torno da delimitação e caracterização do espaço político aberto para a atuação a partir do momento em que as instituições dominantes, diante da crise da Medicina Capitalista, definem novos modelos alternativos para a prática médica, que de algum modo podem ser arrolados dentro da denominação mais genérica de Medicina de Comunidade.

Trata-se portanto de definir a atuação política através de um setor específico e com uma característica essencial que é a de possibilitar a participação política popular nesse processo. Enfim, é uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo que se constrói um canal de acesso às massas exploradas, contribui-se para que estas adquiram e desenvolvam formas independentes de organização e participação política, não só no setor, mas também que possam ser ampliadas para outras esferas.

Daí a necessidade da definição do tipo de compromisso político para os interesses da população.

Daí também a necessidade de que os elementos que participam desses trabalhos sejam também elementos políticos, isto é, que tenham uma visão política, um comportamento político e um objetivo político comum.

Se hoje no Brasil, a Medicina de Comunidade é uma das alternativas propostas por setores dominantes, é por ela apresentar uma racionalidade quanto ao uso de recursos, por diminuir a relação custo/benefício, por não interferir nos setores mais lucrativos da medicina capitalista, considerando que atinge principalmente as camadas de baixa renda e portanto um setor com poucas ou nulas possibilidades de lucro.



Além disso pode ser um fator de dissimulação de tensões sociais, pois pode dar a ilusão de que a população participa das soluções de seus problemas de saúde, mas na verdade dentro do sistema capitalista em nosso país, essa solução torna-se impossível.

Porém, como o próprio sistema capitalista traz em si várias contradições e o seu próprio desenvolvimento gera mais contradições, pois a própria essência do capitalismo é a contradição entre o capital e o trabalho, a Medicina de Comunidade dentro do sistema capitalista traz na sua forma de atuação algumas contradições.

A contradição entre as condições de saúde vigentes e a necessidade de melhoria do nível de vida da população (contradição principal).

A contradição entre o saber médico e a transferência desse saber ou parte dele, à população ou parte dela.

A estrutura do ensino da Medicina, voltada para uma elite (lucrativa) e a necessidade de voltar esse ensino para uma medicina de massas.

Como se pode ver a medicina de comunidade só se tornará realmente viável, se for acompanhada de um processo de mudança na estrutura sócio-econômica em nosso país, o que é totalmente contrário ao ponto de vista do atual regime.

As classes dominantes colocam a medicina de comunidade como um amortecedor de tensões, aceitando a participação da população no aspecto passivo (somente no campo técnico). Nós devemos procurar a participação da população sobretudo no aspecto político.

Se colocarmos a Medicina de Comunidade somente no campo técnico, cairemos fatalmente no assistencialismo, portanto numa posição reacionária de amortecedor de tensões.

Considerando-se que por ser uma Medicina de massas, pode-se transformar esse fator em um veículo de mobilização das massas, engajando-as (das mais variadas formas) num processo de luta pela transformação das estruturas sociais.

Médico tem como função não só dar um bom atendimento médico (fator de mobilização) mas também servir de ligação entre as instituições e as bases procurando, ao mesmo tempo que dá ao regime a possibilidade de aumentar algum ponto de credibilidade junto às massas, abrir espaços para a mobilização e organização destas de maneira independente.

Campinas, 13 de Julho de 1978



ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E O CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

MARIA SALONILDE FERREIRA*

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar a Orientação Educacional na estrutura educacional brasileira, tentando compreender a posição da O.E. neste contexto, através da percepção das interrelações entre os elementos que a envolvem.

O problema foi delimitado à análise da existência de coerência entre a teoria e a prática da orientação. Esta coerência tornar-se-ia evidente se a formação profissional do orientador contribuisse para a execução efetiva de suas atribuições e se as modificações propostas em termos de orientação fossem resultantes de uma reflexão sobre problemas substanciais da realidade objetiva.

Partindo de um estudo em termos legais da instituição da orientação, tentou-se questionar o porque e para que da Orientação Educacional, identificando as relações entre formação e função do orientador, orientação, estrutura educativa e sociedade, assim como interrogar a respeito das soluções propostas.

I — A FUNÇÃO DE ORIENTAÇÃO E A FORMAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL

A Orientação Educacional foi introduzida oficialmente na estrutura educacional brasileira através das leis orgânicas do

*Orientadora Educacional, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Orientação Vocacional), Pós-graduada em Educação da Universidade Federal de São Carlos — UFSCAR.



ensino secundário (1942), ensino industrial (1942), ensino comercial (1943), ensino agrícola (1946).

No artigo 83 da Lei Orgânica do Ensino Secundário encontra-se uma referência à Orientação Educacional nos seguintes termos:

"São aplicáveis aos orientadores educacionais os preceitos do artigo 79 desta lei relativos aos professores"⁽¹⁾

O referido artigo dispõe sobre o seguinte:

"A constituição do corpo docente em cada estabelecimento de ensino secundário far-se-á com observância dos seguintes preceitos:

- (1) Deverão os professores do ensino secundário receber convenientemente formação em cursos apropriados, em regra de ensino superior;
- (2) O provimento em caráter efetivo dos professores dos estabelecimentos de ensino secundários, federais e equiparados, dependerá da prestação de concurso;
- (3) Dos candidatos ao exercício do magistério nos estabelecimentos de ensino secundário reconhecido exigir-se-á prévia inscrição que se fará mediante prova de habilitação no competente registro do Ministério da Educação;
- (4) Aos professores do ensino secundário será assegurado remuneração condigna que se pagará pontualmente"⁽²⁾

Numa análise acerca dos resultados do concurso de ingresso para a função de orientador no ensino médio de São Paulo, Maria José Werebe afirma que: "Ao tempo da lei orgânica do ensino secundário não havia no país cursos especiais de Orientação Educacional. No entanto, logo começaram a ser nomeados orientadores para as escolas de grau médio".⁽³⁾

Assim, iniciou-se a formação improvisada de orientadores, através de cursos de especializações de 1 ano e estágio supervisionado, promovido pelas Faculdades de Filosofia e Curso Supletivo promovido pelo Ministério da Educação.

Então, em 1958 o Ministério da Educação e Cultura baixou a portaria de n.º 105/58 que regulamentava provisoriamente a função de Orientador Educacional e criava o registro profissional na Diretoria do Ensino Secundário. De acordo com esta portaria poderiam obter o registro de Orientador Educacional os candidatos que tendo exercido o magistério secundário por dois anos, apresentassem além de um dos títulos abaixo relacionados, o certificado de comprovação de frequência do curso de especialização de um ano no mínimo, com o respectivo estágio supervisionado, promovido por Faculdade de Filosofia ou em caráter supletivo pelas Diretorias de Ensino do Ministério.



Os títulos exigidos eram:

- diploma de licenciado em filosofia
- diploma de bacharel em pedagogia
- título de técnico em educação, obtido em concurso oficial
- registro definitivo de professor secundário expedido pela Diretoria do Ensino Secundário.

Mas não é possível considerar este tipo de formação satisfatória. Apesar de haver uma preocupação em garantir que o profissional de orientação tenha uma formação em nível de estudo pós licenciatura, ao mesmo tempo existem dispositivos que dão acesso a profissionais de outros níveis de formação exercerem a função, ao abrir exceção para técnicos em educação concursados, e professores com registro no MEC. Pois não é possível necessariamente entender estes dois últimos critérios como portadores de diploma de nível superior.

A lei 4024/61 no seu título VIII, artigos 62 a 64, ao fixar as condições para a formação do orientador de educação abre exceções para inspetores de ensino e torna a situação de transitoriedade, limitada pela portaria 105/58, indefinida.

Em 1968 foi decretada a lei 5.540 fixando as normas para organização e funcionamento do ensino superior, que no seu artigo 30 prevê a formação dos especialistas em educação em cursos de nível superior, entre outros, o orientador educacional.

A partir da Lei 5.540/68 foram criados os pareceres 252/69-761/69 e 734/69 elaborados pelo Conselho Federal de Educação, definindo a formação do orientador em cursos de graduação como habilitação do curso de Pedagogia e cursos de pós-graduação.

Instituída a orientação e criado curso cuja finalidade é a preparação do orientador resta analisar se a formação adquirida possibilita as condições reais para o exercício da função.

A análise efetivar-se-á a partir do pressuposto de que deverá existir coerência entre a teoria e a prática da orientação.

Teoria significará "Condição necessária para que a prática atinja uma finalidade". (4) E prática será entendida como atividade fundamentada numa teoria.

Nesta concepção teoria e prática são elementos de um mesmo processo de transformação da realidade.

A prática, da forma como é entendida aqui, pressupõe:

- Conhecimento da realidade que é objeto de transformação;
- Conhecimento dos meios e das técnicas exigidas para realizar as transformações;
- Finalidades;



— Conhecimento da prática acumulada em forma de teoria. ⁽⁵⁾

A forma como a Orientação Educacional foi instituída entre nós preenche estas características?

Para responder esta questão poderão ser analisadas as condições em que foi instituída a Orientação Educacional entre nós. O que já foi exposto em termos legais evidencia que aqueles requisitos não foram cogitados. Foram criados Serviços de Orientação Educacional sem existir pessoal qualificado nem cursos para sua qualificação.

O que caracterizava a escola brasileira era seu caráter intelectualista, sem vinculações com o mundo do trabalho. E a Orientação Educacional foi criada para atender o nível secundário, direcionada para o aspecto profissional.

O artigo 80 da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Lei 4043/42) dispõe entre outros assuntos sobre o seguinte:

“É função da Orientação Educacional, mediante as necessárias observações, cooperar no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha da profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com a família”. ⁽⁶⁾

Um acompanhamento das modificações propostas demonstrará a continuidade da situação.

Mesmo com a lei 5.540/68 não ocorreram alterações significativas. Como habilitação do curso de Pedagogia, a Orientação Educacional veio sofrer as mesmas limitações deste curso.

Dada a falta de especificidade teórica da pedagogia, a formação do educador se processava enciclopédica, caracterizando-se pela superficialidade ou pelo que veio a ser denominado “flutuações da consciência pedagógica” ⁽⁷⁾ — prioridade atribuída seja à Psicologia, ou à Sociologia, ou à Filosofia, ou à Economia ou a outras ciências, constituindo-se nos denominados “ismos” da pedagogia.

No que se refere à Orientação Educacional ela apenas saiu do “psicologismo” para cair no “pedagogismo”.

Este fato ficará bem evidenciado pela comparação entre as orientações curriculares propostas nos pareceres 374/62 e 252/69.

Pela regulamentação do parecer 374/62 do Conselho Federal de Educação, o currículo do Curso de Orientação deveria constar das seguintes disciplinas:

- Psicologia da Infância
- Psicologia da Adolescência
- Psicologia Social



- Elementos de Psicopatologia
- Psicologia Dinâmica
- Higiene Mental
- Técnicas de Exame Psicopedagógico
- Estatística Aplicada
- Administração de Escola e Sistema Escolar
- Orientação Profissional
- Estudo de Oportunidades Ocupacionais
- Métodos e Técnicas de Orientação Educacional e Aconselhamento
- Teoria da Orientação Educacional.

Segundo o Parecer 252/69 haveria dois grupos de disciplinas:

- As do núcleo básico comuns a todas as habilitações do Curso de Pedagogia:
 - Psicologia da Educação
 - Sociologia da Educação
 - História da Educação
 - Didática
- As da parte diversificada, específicas da habilitação:
 - Estrutura e funcionamento do ensino de 1.º grau
 - Estrutura e funcionamento do ensino de 2.º grau
 - Princípios e Métodos da Orientação Educacional
 - Testes e Medidas.
 - Orientação Vocacional

Portanto, enquanto no parecer 374/62 a ênfase é psicológica, o parecer 252/69 acentua o caráter pedagógico.

Ao analisar em que consiste a abordagem pedagógica, o professor Saviani (*) destaca que esta parece frustrar a esperança de, através dela, se unificar as perspectivas e eliminar as diversidades em relação à formação do educador, pois não ficou definido o que seria entendido por pedagogia, nem foram analisadas as vinculações entre educação e estrutura social.

Assim, esta abordagem se transformou em mais um "ismo".

Na realidade não ocorreu nenhuma mudança no sentido de transformar a prática da Orientação Educacional. Houve apenas a flutuação do "psicologismo" para o "pedagogismo", uma vez que as modificações não se efetuaram a partir de uma análise crítica da situação com o sentido de atender aos problemas reais da educação brasileira.

Foi observado o problema e proposta uma forma de solução, sem o questionamento das causas das inadequações entre a formação do educador em geral e de Orientador em particular, e a realidade objetiva.

Até as propostas mais recentes, — Parecer 3.484/75 — no que se refere às modificações em termos específicos de Orien-



tação (habilitação acrescentada aos cursos de licenciatura ou curso a nível de mestrado) só tendem a agravar a situação.

Acentua a superficialidade da sua formação, reduzida ainda mais a fundamentação teórica pela diminuição da duração do tempo (praticamente dois anos).

Aumenta a deficiência quantitativa pela diminuição das oportunidades (só licenciados).

Este fato vai impossibilitar a criação de Serviços de Orientação, dificultando a realização de estágios supervisionados, que são colocados como forma de solução da defazagem entre teoria e prática.

A argumentação de que a experiência prévia obrigatória de 2 anos de magistério e o estágio supervisionado compensam as reduções operadas não satisfaz, pois são suficientemente reconhecidas as deficiências dos cursos de licenciatura e a Orientação Educacional nas escolas se efetua em condições precárias ou não existe.

Um exame das transformações ocorridas em relação às atribuições de Orientador Educacional demonstra que o problema tende a agravar-se.

Até a aprovação da Lei 5540/68 o que era exigido em termos de orientação era vago e impreciso — encaminhamento dos alunos nos estudos e escolha da profissão, ministrando-lhes esclarecimentos e conselhos. Não estava definido o que se entendia por esclarecimentos e conselhos. Assim, a atividade desempenhada pelo orientador dependeria do significado que ele desse a estes termos.

A lei 5.564/68 que prevê sobre o exercício da atividade do orientador, apesar de ter sido posterior à lei 5540/68, não tornou a função mais precisa.

Assim, dada a imprecisão da função e a deficiência da formação do orientador, a Orientação Educacional tornou-se uma atividade totalmente inútil e desacreditada.

Todavia, após a criação da Lei 5692 que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, que no seu artigo 10.º institui a Orientação Educacional em caráter de obrigatoriedade nestes níveis de ensino, foi criada uma nova regulamentação do exercício da profissão do orientador educacional: o decreto n.º 72846/73.

Este decreto, nos seus artigos 8 e 9, fixa as seguintes atribuições privativas do orientador:

— Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional em nível de:

1. Escola
2. Comunidade



- Planejar e Coordenar a implantação e funcionamento do S.O.E. dos órgãos do Serviço Público Federal, Estadual, Municipal, Autárquicos, das Sociedades de Economia Mista, Empresas Estatais, Paraestatais e Privadas.
- Coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-o ao processo educativo global;
- Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando;
- Sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhado a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial;
- Coordenar o acompanhamento pós-escolar;
- Ministrar disciplinas de Teoria e Prática da Orientação Educacional satisfeitas as exigências da Legislação específica do ensino;
- Supervisionar estágios na área da Orientação Educacional;
- Emitir pareceres sobre a matéria concernente à Orientação Educacional;
- Participar no processo de identificação das características básicas da comunidade;
- Participar no processo de elaboração do currículo pleno da escola;
- Participar na composição, caracterização e acompanhamento de turmas e grupos;
- Participar do processo de avaliação e recuperações dos alunos;
- Participar do processo de encaminhamento e acompanhamento dos alunos estagiários;
- Participar no processo de integração escola-família-comunidade;
- Realizar estudos e pesquisas na área da Orientação Educacional.

Pelo exposto pode ser evidenciado o nível de abrangência dado à Orientação Educacional. As suas funções estenderam-se não só à escola como também à comunidade. Diversificam-se também os tipos de funções. A Orientação Educacional será o elemento de integração de todos os que participam da ação educativa: escola-família-comunidade. Assim como o elemento de coordenação do processo de conhecimento progressivo do indivíduo, tanto de si mesmo como do seu meio social, oportunizando-lhe o desenvolvimento de sua maturidade pessoal e social.

Com a definição clara e precisa das atribuições do orientador educacional aumenta o nível de exigência em relação à execução destas atribuições em termos de uma prática significa-



tiva, aumentando a contradição entre o que é exigido e o que é executado.

Evidencia-se mais ainda a dissociação entre a formação do orientador e as exigências funcionais, a instituição da orientação e as necessidades da organização educacional.

Como se explicam transformações tão significativas em termos de atribuições do orientador educacional se o mesmo não ocorreu em relação à sua formação?

A resposta a esta questão talvez se encontre na verificação do porque da instituição da Orientação Educacional

II — ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E CONTEXTO

O estudo deste aspecto envolve uma análise mais global da situação da orientação em termos de suas interrelações com a educação e a estrutura social.

Partindo de uma perspectiva histórica poderá ser observado que até 1930 a educação brasileira apresentava um caráter academicista, alienada da realidade servindo exclusivamente à classe dominante.

Algumas transformações sociais como a industrialização, a urbanização, o populismo e outras proporcionaram uma abertura das chances educacionais a camadas mais amplas da população.

Educadores brasileiros influenciados pelas modificações educacionais ocorridas nos Estados Unidos da América começaram a difundir nos círculos intelectuais brasileiros a "ideologia" da escola ativa — ideais de democratização da educação, liberdade de investigação científica, naturalismo humanístico, escola como instrumento de preparação para a vida. Surgia assim o movimento da Escola Nova, propondo novas idéias pedagógicas e efetuando críticas válidas ao intelectualismo vigente.

Existe a pretensão de renovar o sistema educacional brasileiro mas interesses da classe dominante entram em jogo e as discussões são desviadas para problemas que não produzem transformações — laicidade do ensino, co-educação, monopólio educacional do Estado.

Surgiram mudanças, tanto que Berger denomina as modificações educacionais deste período como "ensaio de democratização e tentativa de adaptação às condições da realidade" (9).

Porém, as modificações não passaram de "tentativas" pois serviram apenas como forma de contemporizar as divergências.

É criado o ensino profissionalizante, e pela primeira vez surge na Constituição brasileira (1937) texto se referindo às escolas técnicas e vocacionais.



Art. 129 — “A infância e à juventude a que faltarem os recursos necessários à educação em instituição particular, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar pela fundação de instituições públicas de ensino adequadas às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional e profissional destinados às escolas menos favorecidas, é em matéria de educação o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução à esse dever, fundando institutos de ensino profissionais e subsidiando os de iniciativa do Estado, dos municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhe serem concedidos pelo poder público”. (10)

Então, a partir de 1942 a prescrição do artigo 129 é concretizada com a criação de cursos profissionalizantes pelo SENAI e SENAC e escolas de aprendizes pela União.

Nelas foi instituída a Orientação Educacional, estendendo-se posteriormente ao ensino secundário. Todavia, não existia necessidade de orientação nestas escolas. Sua clientela era definida pelos condicionamentos sociais e não em consequência de suas aptidões e interesses, uma vez que este tipo de ensino se destinava à classe economicamente desfavorecida.

Portanto, uma vez identificado que a instituição da orientação não foi em função das necessidades educativas, admite-se que tenha sido em consequência dos ideais professados pelos defensores da Escola Nova, vista como uma forma de proporcionar a sua consecução.

Há uma identificação entre finalidades educativas e objetivos da Orientação. Esta passa a ter como objetivo amplo desenvolver integral e harmoniosamente a personalidade do educando. A forma de promovê-lo é possibilitando a auto-realização do indivíduo, através do desenvolvimento de suas potencialidades e atendimento às suas aspirações.

Outro aspecto que evidencia as interrelações entre Orientação Educacional e Escola Nova é a semelhança com a orientação norte-americana. Aqui também ela começou na área da orientação profissional, estendendo-se progressivamente a outros aspectos.



Movimentos, jornadas, campanhas, encontros, congressos, publicações têm contribuído para a divulgação dos progressos alcançados em outros países e aumentado as aspirações entre orientadores no sentido de atingir níveis equivalentes aos alcançados naqueles países.

As transformações produzidas pelo desenvolvimento tecnológico vêm diversificando as oportunidades ocupacionais e introduzindo novos ideais educativos — eficiência profissional, atendimento às necessidades sociais e outros.

Por conseguinte, passou a ser competência da Orientação Educacional oportunizar ao educando, além do conhecimento progressivo de si mesmo, o conhecimento das necessidades e ofertas do meio, a fim de realizar opções que o transforme num indivíduo produtivo.

As oportunidades educacionais e ocupacionais se ampliam mas surgem novas formas de determinismos condicionantes das escolhas, fazendo perdurar o dilema — de um lado aptidões, aspirações pessoais e, do outro, as pressões sociais.

Dada a dissociação entre orientação e realidade global não há a compreensão objetiva dos condicionantes sociais, estruturando-se uma visão ingênua ou alienada da situação. O que se coloca para o Orientador é indivíduo e profissão face a face. Indivíduos e profissões são entidades distintas que se unem em determinadas circunstâncias pelas aptidões e interesses. O indivíduo representado é dotado de um arsenal de aptidões e interesses situado face a profissões abstratamente representadas, às quais procuram se adaptar, escolhendo-as livremente.

As modificações que se processaram até agora só tem contribuído para intensificar a situação contraditória da Orientação Educacional.

Este impasse se constitui num desafio para os orientadores. Como poderá ser superado?

Propondo habilitações acrescentadas aos cursos de licenciaturas ou cursos de pós-graduação?

Eliminando a contradição entre a formação do orientador e o exercício da função de orientação, procurando formar orientadores capazes de exercer eficazmente as atribuições que lhe são conferidas?

Elaborando um sistema educacional onde a ação educativa represente “a unidade de vários elementos intensionalmente reunidos de modo a formar um conjunto coerente e operante”? (11)

Efetivando a formação de profissionais polivalentes?



CONCLUSÃO

A Orientação Educacional tem passado por uma série de modificações desde a sua instituição na estrutura escolar até nossos dias. Estas modificações ocorreram em todas as esferas da orientação. Tanto ao nível de concepção e objetivos como de atribuições e formação do orientador.

Todavia, tais transformações não solucionaram os problemas que afetam a Orientação Educacional brasileira.

Se na época de sua instituição não existiam profissionais adequadamente capacitados para o exercício da profissão até hoje a organização escolar se recorre do mesmo problema.

A criação de cursos para a formação de orientadores não proporcionou os resultados almejados, apesar das mudanças ocorridas.

A elaboração dos objetivos da Orientação, assim como a definição precisa de suas funções também não foram suficientes para superar as defazagens, acentuando ainda mais as contradições existentes ao nível da Orientação Educacional.

Como se explica isto?

A resposta a esta questão exige a compreensão da situação na qual as mudanças operam alterações substanciais. Este fenômeno ocorre quando estas transformações são frutos da conscientização dos problemas que afetam a realidade objetiva e da execução de uma ação embasada no conhecimento da realidade, acompanhada de um processo de reflexão que garanta unidade e proporcione a esta ação um caráter transformador. Isto é, quando se compreende que é a partir do modo de produção material de sua existência que o homem estrutura a Sociedade, sendo este o fator determinante das transformações que se processam na sociedade como um todo. Como as modificações que se operam na orientação não se revestem destas características, persiste o impasse.

BIBLIOGRAFIA

1. Brasil — Lei n.º 4024/6 Brasília — 1971
Lei n.º 4697/71 — Edinorte — Salvador/Ba — 1971
Decreto n.º 72846/73 — Brasília — 1973
Resolução do C.F.E. que dispõe sobre o preparo dos especialistas e professores de educação in Didata n.º 5 — São Paulo — 1976.



2. Goldberg, Maria Amélia Azevedo — "Estruturação Curricular e formação do Orientador Educacional" in *Educação Hoje* n.º 13 — Jan/Fev Editora Brasiliense — São Paulo 1971.
3. Loffred, Lais Esteves — *Paradigma de Orientação Educacional* — Livraria Francisco Alves Editora — RJ — 1976.
4. Orlandi, B.L. — "O problema da pesquisa em educação e algumas de suas implicações" in *Educação Hoje* n.º 2 Mar/Abr — Editora Brasiliense — São Paulo — 1969.
5. Pimentel, Maria da Glória e outra — *Orientação Educacional* — Livraria Pioneira Editora — SP 1971.
"Orientação Educacional" in *Didata* n.º 1 — S.P. 1975.
6. Saviani, Dermeval *Educação Brasileira: Estrutura e sistema* — Edição Saraiva — SP/1975.
"A Filosofia na formação do educador" in *Didata* n.º 1 — SP/1975.
"Contribuição a uma definição do curso de Pedagogia" in *Didata* n.º 5 — SP/1976.
7. Santos, Osvaldo Barros — "Da orientação educacional e profissional ao counselling psychology" in *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* n.º 75 — Jun/Set — INEP/MEC Rio/RJ — 1959.
8. Vázquez, Adolfo Sánchez — *Filosofia da Praxis* — Paz e Terra — Rio de Janeiro — 1968.
9. Werebe, Maria José — *Análise dos resultados do Concurso de Ingresso para Orientadores Educacionais* in *Educação Hoje* n.º 9 — Maio/Jun Editora Brasiliense — São Paulo — 1969.

NOTAS

1. Melo, Guiomar Namó e Penteado, Wilma M. Alves — "Legislação sobre Orientação Educacional" in *Educação Hoje* n.º 13 — Jan/Fev — Editora Brasiliense — São Paulo — 1971 — págs. 105 a 107.
2. Idem pág. 110.
3. Werebe, Maria José — "Análise dos resultados do Concurso de Ingresso para Orientadores Educacionais" in *Educação Hoje* n.º 9 — Maio/Jun Editora Brasiliense — São Paulo — 1970 — pág. 2.
4. Saviani, Dermeval — "Contribuição a uma definição do curso de Pedagogia" in *Didata* n.º 5 — São Paulo 1976 pág. 18 e 19.
5. Vázquez, Adolfo Sánchez — *Filosofia da Praxis* — Editora Paz e Terra Rio de Janeiro — 1968 — págs. 185 a 193.
6. Santos, Osvaldo de Barros — "Da Orientação educacional e profissional ao counselling psychology" in *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* n.º 75 — Jun/Set — Rio de Janeiro 1959 — pág. 98.
7. Orlandi, L.B.L. — "O problema da Pesquisa em Educação e algumas de suas implicações" in *Educação Hoje* n.º 2 — Mar/Abr. Editora Brasiliense — São Paulo — 1969 — pág. 9.
8. Saviani, Dermeval — "Contribuição a uma definição do curso de Pedagogia" in *Didata* n.º 5 — 1976 — pág. 15.
9. Berger, Manfredo — *Educação e Dependência* — Difel/Difusão Editorial — Porto Alegre — 1976 — pág. 170.
10. Idem, pág. 173.
11. Saviani, Dermeval — *Educação Brasileira: estrutura e sistema* — Editora Saraiva — São Paulo — 1975 — pág. 75.



COMENTÁRIO

O MOMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

Notas sobre a Conjuntura Política Atual

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA*

I. A CRISE POLÍTICA E O PROJETO REFORMISTA

1. A transição da autocracia para a "democracia tutelada"

- a crise política do atual sistema de dominação, que não se restringe tão somente ao fenômeno da sucessão presidencial, impõe aos detentores do poder uma modificação na forma de exercer essa mesma dominação, condição essencial para a preservação do sistema implantado em 1964.
- essa modificação nas regras de dominação visa recuperar o consenso legal e a base política de sustentação do regime, seriamente abalados com a introdução de medidas casuísticas para responder ao crescimento das forças de oposição legal.
- este processo de transição controlada se apresenta como indispensável ao regime vigente como forma de desarmar a frente de oposição, antecipando um conjunto de reformas políticas suscetíveis de permitir a passagem de um sistema puramente autocrático de dominação para um outro de "democracia" tutelada e consentida.
- o novo modelo de dominação política não tem ainda seus contornos plenamente delineados, uma vez que os limites precisos da abertura dependem da correlação de forças ao nível da sociedade como um todo e, particularmente, dos setores socialmente estratégicos.

*Sociólogo, professor, atualmente tem se dedicado ao estudo da política contemporânea brasileira.

Notas elaboradas a 14 de julho de 1978.



- o limite do processo de abertura, em sua fronteira político-social, é a manutenção dos traços essenciais da política econômica governamental inaugurada em 1964, admitindo-se, contudo, pequenas mudanças em sua orientação, em função precisamente das transformações ocorridas ou em curso no capitalismo brasileiro.

2. As reformas e os grupos em presença

- para o poder central importa, antes de mais nada, preservar a unidade dos diversos setores dominantes em torno do projeto político por ele proposto, ao mesmo tempo em que intenta esfacelar a frágil união dos diversos setores oposicionistas, provisoriamente 'congregados em torno dos princípios liberais de Estado de Direito, liberdades democráticas, fim ao arbítrio, etc.
- conjunto de reformas apresentadas referem-se exclusivamente ao cenário político-institucional do país e seu ordenamento jurídico, isto é, mais uma vez, busca-se o consenso das elites em torno dos requisitos essenciais de sua dominação de classe na forma de uma democracia de fachada e sem nenhum conteúdo social.
- a inexistência de qualquer projeto reformista no campo eleitoral e da representação política, assim como o total desconhecimento das reivindicações econômico-sociais e classistas dos setores populares evidenciam o zelo dos grupos dominantes em preservar a esfera das transformações em curso de qualquer ameaça reformista mais séria.
- os setores mais lúcidos da burguesia procuram adiantar-se às reformas com proposições liberalizantes ainda maiores que o normalmente previsto pelo "establishment" militar, como forma de não perder o controle do processo de abertura e como tentativa de estabelecer sua hegemonia política nesta nova fase da vida nacional.
- a cúpula dominante das Forças Armadas tem como projeto um modelo de dominação que assegure sua intervenção permanente no corpo político e no sistema de poder a ser implantado, configurando o que se poderia chamar de "autoritarismo liberal" ou de "regime de liberdade vigiada".

3. A institucionalização do sistema de poder

- caminha-se para o abandono (não de todo, talvez) das medidas casuísticas tomadas em defesa do atual sistema de



poder, uma vez que estas resultaram na crise de legitimidade que constitui o próprio cerne da crise política brasileira.

- como para o sistema não se coloca, ainda, a alternativa forçada de um poder constituinte originário para a tarefa de ordenação jurídico-institucional da nação, a tarefa presente é a de consolidar os esteios fundamentais do modelo de dominação — o controle de um Executivo forte e a subordinação funcional e política dos outros poderes e grupos de pressão — abandonando ao mesmo tempo os mecanismos casuístico acessórios.
- fica ressaltado, porém, que o regime parece disposto a ceder no terreno da representação política — que está marcadamente voltado para as forças de oposição nas áreas mais importantes da federação — ainda que ele possa fazer pequenas concessões no domínio da legislação eleitoral.
- a proposta de "assembléia nacional constituinte", tal como sugerida pelas forças de oposição, não logrou catalizar os diversos setores potencialmente interessados numa modificação do sistema de dominação, uma vez que ela apresentava-se como uma plataforma meramente política, sem qualquer conteúdo econômico ou social.
- na atual correlação de forças, os objetivos que se auto-propuseram os presentes mandatários (institucionalizar o regime para não reconstitucionalizar o país) estão mais próximos de realização que as propostas alternativas das forças de oposição, que não logram unidade de ação e de mobilização em torno de um programa básico e de cunho marcadamente popular.

II. AS OPOSIÇÕES NO ATUAL MOMENTO DE TRANSIÇÃO

1. A oposição liberal

- a frente provisória que se formou em torno de princípios liberais se encontra excessivamente marcada por tendências personalistas e por interesses táticos, que por vezes resvalam (quando não mergulham) no oportunismo declarado, sobretudo quando se voltam para a busca do chamado "consenso das elites".
- o MDB pretende conservar a hegemonia política da Frente Nacional pela Redemocratização, mas ao tempo revela sua incapacidade em liderar uma verdadeira frente popu-



lar que ultrapasse a mera plataforma político-institucional em direção a um programa social e econômico capaz de interessar amplas camadas da classe trabalhadora brasileira.

- ao assegurar, contudo, a coordenação das atividades de um movimento em prol da redemocratização do país, o MDB acumula capital político para sua preservação orgânica numa fase de eventual reorganização partidária e dispersão de forças que acompanharia a modificação da legislação sobre os partidos.
- A FNR não definiu ainda suas prioridades políticas, se desaguadouro de candidaturas frustradas ao cargo presidencial numa perspectiva imediatista e eleitoralista, ou se movimento amplo e programaticamente constituído em vistas da redemocratização plena do país; esta definição se encontra prejudicada em razão da heterogeneidade de interesses das personalidades que movimentam a FNR e constitui o próprio núcleo de suas contradições atuais.

2. As classes sociais e seus interesses políticos

- a grande burguesia monopólica e sua fração financeira, consciente de sua incapacidade momentânea em assumir as rédeas do poder, busca a composição com a cúpula dirigente das Forças Armadas para o estabelecimento de um modelo político caracterizado pelo liberalismo autoritário, isto é a preservação do presente modelo de desenvolvimento capitalista, politicamente excludente e economicamente concentrador.
- a unificação das diferentes frações da burguesia para a realização desse objetivo político encontra dificuldades face ao projeto proposto pelos setores médio e nacional dessa mesma burguesia no sentido de buscar um novo "pacto social" que satisfaça em parte os reclamos das camadas sociais subalternas, sobretudo a classe trabalhadora urbana.
- os setores profissionais liberais e as camadas médias assalariadas ou independentes não têm projeto político próprio, limitando-se a apoiar os princípios liberais que presidiriam um Estado democrático moderno, com as necessárias "salvaguardas", mas também com um conteúdo social mais afirmado.
- a pequena burguesia radicalizada busca uma união com os setores avançados do proletariado, num projeto democrático popular de cunho socializante, enquanto este últi-



mo apenas começa a traçar sua autonomia de ação, sobretudo no campo das lutas econômicas.

3. Reorganização partidária ou frente popular?

- no quadro atual de transição política e de propostas reformistas por parte do poder, qualquer divisão da frente oposicionista daria maior margem de manobra aos tutores da "democracia relativa", diminuindo conseqüentemente o poder de barganha dos setores reformistas mais avançados.
- proposições do sistema no sentido de facilitar o surgimento de novas agremiações partidárias visam precisamente a introduzir elementos de dispersão no atual debate político-institucional, orientando-o para as polarizações programáticas que dividem os vários setores oposicionistas.
- nestas condições, a proposta de manutenção do atual partido de oposição legal e seu desdobramento numa frente popular parece ser a mais consentânea com os objetivos atuais do movimento oposicionista, além de procurar preservar a acumulação de forças lograda ao cabo dos últimos anos.
- a manutenção da unidade política na "federação das oposições" que é o MDB não implica contudo em que se deva descurar o debate político "pré-orgânico" em torno das correntes identificadas com o movimento popular, sejam as de caráter trabalhista, sejam já as de cunho marcadamente socialista.
- a aceleração do processo de convergência de alguns destes setores numa estrutura orgânica de cunho socialista pode no entanto cristalizar negativamente um debate que é, a todos os exemplos, prematuro e insuficiente, além do risco de que a nova organicidade permaneça marginal às grandes massas populares.

III. O PROCESSO DE TRANSIÇÃO E AS PERSPECTIVAS DO MOVIMENTO POPULAR

1. A questão econômica

- os descompassos setoriais e os desequilíbrios localizados na indústria e nos serviços urbanos comprometem uma taxa de acumulação de capital, neste período, mas estes setores não parecem se ver afetados por problemas



de realização dinâmica, em virtude das autoridades financeiras terem abandonado a política de rápido desaquecimento posta em prática no ano passado.

- o processo inflacionário, em seus componentes principais (custo do dinheiro para o setor privado e oferta insuficiente de produtos agrícolas nos mercados urbanos, além do fluxo monetários de origem externa), continua a ser o núcleo da crise no setor econômico, condicionando a reconversão do modelo de crescimento econômico aos limites impostos atualmente aos investimentos estatais.
- o endividamento externo, como forma de manter os atuais índices de crescimento assim como de refinarciar o pagamento dessa mesma dívida, será mantido à curto e a médio prazo, à falta de outras alternativas ao modelo dependente de desenvolvimento; o chamado "modelo exportador" poderá encontrar assim novas molas de propulsão, ainda que se questione o seu papel efetivo.
- o mercado interno poderá ganhar nova dimensão como resultado das lutas econômicas dos setores explorados pelo grande capital e mesmo como consequência do projeto nacional burguês de estabelecimento de um novo "pacto social" entre empresários e trabalhadores.
- a mudança nos mecanismos fundamentais de acumulação capitalista em vigor, vale dizer as orientações da política econômica governamental, não foi contudo aventada por nenhum setor do grupo dominante, salvo para solicitar novas garantias de que o modelo preservará o essencial dos privilégios atuais.
- dificilmente, uma crise econômica precipitaria uma ruptura ao nível do sistema político, ainda que as demandas irreprimíveis dos setores subalternos não possam ser absorvidas no curto prazo pela estrutura econômica; estas demandas provocariam uma modificação parcial na orientação do modelo econômico.

2. A correlação de forças na etapa atual

- a margem de manobras e a capacidade de iniciativa do grupo no poder são, de longe, superiores às possibilidades de mobilização e de ofensiva por parte dos setores oposicionistas, divididos e sem uma estratégia definida de luta política.
- o projeto de reformas políticas intenta precisamente resguardar a unidade de ação, e sobretudo de comando, dos setores dominantes, introduzindo mais uma vez na histó-



ria político-social brasileira as características básicas do jogo das elites: a transação e a conciliação.

- os setores populares se apresentam dispersos na arena política, sem que algum instrumento político específico venha cimentar as demandas localizadas e setorializadas num único projeto alternativo de sociedade; este parece ser o desafio maior às lideranças ligadas ao movimento popular, qual seja o de encontrar um denominador comum que possa ser operacionalmente mobilizado em termos de estrutura orgânica, uma vez que as lideranças burguesas se revelam incapazes de, ao menos, se colocarem à cabeça de uma frente com propósitos liberalizantes.

— no curto prazo, a correlação de forças tenderá a pender do lado do sistema, quer seja em termos de representação político-parlamentar, quer seja em termos de manobras políticas com algum respaldo social.

3. O projeto alternativo de sociedade

- a questão da democracia, na atual etapa de transição política, não pode, sob hipótese alguma, ser desvinculada dos projetos sociais-reformistas emanados das camadas subalternas da sociedade em termos de reivindicações específicas; aos "teorizadores" da vontade popular, ou seja aos intelectuais socialistas, cabe traduzir o conjunto dessas reivindicações dispersas e de qualidade diferente em um mesmo projeto alternativo de sociedade que aponte para a transformação da atual.
- um programa socialista assim colocado deve encontrar-se umbilicalmente ligado às organizações e representações dos setores populares, sob pena de estiolar-se prática e politicamente; o meio mais eficaz de realizá-lo é simplesmente dar voz e canais de expressão a esses setores e propor níveis mais complexos de organização político-social.
- a questão do partido se coloca de forma embrionária para a vanguarda auto-proclamada e consciente; os intelectuais "pré-orgânicos" estarão no entanto cometendo grave erro se pretenderem apresentar um modelo acabado de agremiação partidária, que premie antecipadamente cada componente social com seu papel político respectivo.



DEPOIMENTO

A MULHER E O TRABALHO

A Revista **Plural**, tentando contribuir para as discussões da realidade brasileira, inicia uma sessão de depoimentos.

As matérias selecionadas procuram levar em conta os aspectos e questões significativos da sociedade brasileira. Para tanto reproduz-se na íntegra os depoimentos, como uma forma de detectar as expectativas e as formas de pensar-agir desses segmentos sociais significativos.

Iniciando a série ouvimos M, brasileira, casada, 34 anos. Ela contou-nos a história de sua vida, dando destaque ao tema **trabalho**.

Trabalho desde os 4 anos de idade. Vendia verdura na rua com meu pai. Os outros irmãos não iam porque eram menores. Geralmente quem ia trabalhar com meu pai era eu por ser uma das filhas mais velhas. Minha mãe precisava da minha irmã mais velha. Tinha meu irmão que também aprendeu funilaria e fazia funilaria. E eu então tinha que ajudar meu pai. Com 4 anos eu ia com meu pai nas fazendas. Ele levava pão, tecido e trazia frangos, trazia ovos, queijo, enfim, o que vendem nas fazendas: verduras, legumes, essas coisas. Eu vendia na rua junto com meu pai.

Quando eu estava com 6 anos mais ou menos meu pai abriu uma banca no mercado. Então a gente ia às 3 horas da manhã quando abria o mercado e eu ficava lá o tempo todo, tomava conta da banca, vendendo verdura, atendendo os fregueses. Até os 10 anos eu fiquei trabalhando com meu pai. Ele ficava comigo até às 6 horas, depois ele ia pras fazendas, aí ele já levava meu irmãozinho pras fazendas. Eu ficava tomando conta



da banca até a hora de fechar, às 4 horas da tarde. Então eu cobria a banca e ia pra casa. Dia de domingo eu tinha uma carinhola e eu enchia de abacaxi e ia vender em frente ao bar e a turma vinha comprar. Meu pai dava o preço: se era 10 centavos cada um eu cobrava a 12. Eu era malandra... Então o que eu fazia a mais eu guardava. Mas eu era assim, quando meu pai precisava eu dava o dinheiro pra ele. Eu não tinha coragem de saber que o meu pai estava precisando do dinheiro e ficar com o dinheiro. Entende?

Foi indo assim até quando eu tinha uns 11 anos e meu pai abriu o bar. Então eu e minha irmã mais velha levantava às 6 horas da manhã, levava um engradado de leite; naquela época era um engradado, não é como agora, que é de plástico. Era um engradado de ferro com os litros de vidro, pesado! Ia abrir o bar e ficava tomando conta do bar. Minha irmã ficava comigo até umas 10 horas. Depois ela vinha ajudar minha mãe em casa e eu ficava sozinha no bar. Até me lembro uma vez, eu era pequena, foi um bêbado lá, tomou pinga e não pagou, saiu. A gente era meio bobinha, porque minha mãe criava nós assim, não tinha nada disso de ensinar as coisas nem nada. Tinha de ser do jeito que ela queria e acabou. Não estava nem aí. Quando ele saiu sem pagar eu comecei a chorar. Minha mãe ia chegando, ia me levar o almoço, e deu o maior pau no homem.

Trabalhei no bar até 16 anos. Nos intervalos que meu pai ficava no bar, minha mãe fazia eu ir comprar latinha no meio da rua. Eu já era moça, tinha 16 anos. Então a gente andava de saia de saco de farinha tingida, a blusa também e alpargata no pé, pois meu pai não tinha possibilidade de comprar calçado. Então eu ia comprar latinha e vender bacia, canecão que meu irmão fazia. E tinha que vender e tinha que comprar. Se não vendia e não comprava, chegava em casa e apanhava. Então eu comecei a namorar meu marido e eu achava chato, eu já era moça.

Eles eram contra o namoro mas como a gente era muito presa, eu achava que devia namorar pelo menos pra distrair, porque se eu ia na quermesse com meu namorado, minha mãe mandava 3, 4 junto comigo, meus irmãozinhos tudo pequeno iam junto comigo. Ele não podia nem pegar na minha mão. Nós somos em 10 irmãos vivos e 2 mortos, a gente conta só os vivos.

Ele foi o meu segundo namorado. Eu namorei um outro. Aquele lá minha mãe gostava mais, eu não gostava dele. Minha mãe não deixava sair de casa, então ele vinha no portão. Namoro de criança, eu tinha 14 anos e ele tinha 15. Era aquele namorinho sonso. Nem na mão se pegava. Um sentava lá, outra



aqui, que era o que minha mãe exigia. Depois eu enjoiei dele. Não gostava dele, aí comecei namorar meu marido. Minha mãe foi contra desde o começo. Ela não gostava dele. Ela alegava que bebia do jeito que bebia, não podia ser um bom marido. Naquela época eu não concordava com ela, hoje eu concordo.

Quando eu completei 16 anos, eu fui na tecelagem na Travessa Oito, atrás de serviço e, por incrível que pareça, eu arrumei. Eu nunca tinha trabalhado em firma nenhuma, eu arrumei e quando cheguei em casa eu fiz um escândalo para o meu pai assinar a autorização, pois eu era de menor. Meu pai não queria assinar porque eu ia trabalhar fora e não podia mais ajudar ele. Os colegas do meu marido falavam: Eu vi sua namorada comprando latinha com um saco nas costas, e eu tinha vergonha.

Aí eu chorei, chorei, chorei, passei 3 dias chorando. Meu pai ficou com dó e assinou. Então eu levantava às 5 horas da manhã e ficava no bar até às 6,30 horas. Depois eu ia pra fábrica, trabalhava até às 11 horas. Vinha correndo em casa, e ia para o bar ajudar meu pai até meio dia e meio, que era a hora que acabava o movimento. Almoçava correndo e voltava para a fábrica, entrava à uma hora e saía às 5 da tarde. Saía da fábrica correndo pra ajudar meu pai até 11 horas da noite.

Então eu fugi com meu marido porque minha mãe batia muito em mim, por qualquer coisinha ela batia em mim. Então a gente vai se revoltando. Eu pensava que casando ia melhorar, ia ter mais liberdade, ninguém ia judiar de mim, não ia me bater.

Ele vivia dizendo: vamos fugir, vamos fugir. Aí eu fugi. No outro dia minha mãe foi lá assinar e falou: É contra a minha vontade, eu não gosto dele, desse negrinho. Minha mãe era racial, ela não gostava de negro. Ela falava que ele era negro mas ele não é, ele é moreno. O avô dele, por parte de mãe, é que era africano. Mas o pai dele era calabrês e a mãe cabocla, cabocla mineira. No quinto dia de casado meu marido me bateu. Aí eu me arrependi de ter me casado. Mas eu não podia voltar atrás porque eu achava que era feio me separar.

Quando fazia um ano de casada nasceu meu primeiro filho; com dois, o segundo filho e com quatro anos de casada, nasceu o terceiro.

E continuou assim, brigava... apanhava...

O primeiro ano de casada eu não trabalhei. Eu tinha uma horta no quintal e vendia verdura dessa horta.

Aí nós fomos para o Paraná. Lá em Paraná tinha motivo pra ele estar nervoso, mas ele sempre foi nervoso. Ele falava: Serve minha janta. Eu falava: Espera um pouco. Ele já me batia



mesmo, era murro, soco. Eu tinha cabelo comprido e ele aproveitava e puxava os meus cabelos, dava soco, pontapé. E eu chorava e ficava naquilo... aguentando, aguentando...

Até que um dia ele brigou com minha cunhada, continuou a briga em casa.

Meu filho ficou doente e eu não tinha condições de tratar dele em casa. Uma, porque não tinha recursos, e outra que não tinha médicos. Os médicos eram muito longe e também não tinha condições de pagar a consulta.

Quando meu menino estava com 1 ano e meio foi a última vez que ele me bateu lá no Paraná. O moleque começou a chorar e eu tinha muito serviço pra fazer e deixei o moleque chorando. Ele achou que não devia deixar o moleque chorando. Eu tinha que apanhar café. Eu tinha que lavar a roupa. Era domingo, no outro dia eu tinha que ir na roça. Quando era que eu ia lavar? Ele falou: Larga mão disso aí e vai olhar o moleque. Eu respondi: E a roupa? Quem vai lavar? A água ficava assim a 2 km, numa baixada, era uma mina. Tinha que ir lá embaixo lavar a roupa e depois subir. Tinha que levar os dois meninos porque ele não olhava. Ele não queria saber de ficar com as crianças pra olhar. E meu menino, por ter a saúde delicada, era chorão. Quando ele queria algo, ele chorava, chorava, chorava. E eu deixava, que eu não tinha jeito! Eu dei um tapa no moleque. Eu estava nervosa e a coitadinha da criança é quem paga! Ele pegou de longe e viu e tacou-me uma lata nas costas. Aí eu entrei dentro de casa me tranquei dentro de casa, comecei a chorar e falei: Eu vou embora, vou largar de você de qualquer jeito. Passar fome, passar necessidade das coisas e ficar aqui. Passei muita necessidade no Paraná. Fome ninguém passa, tem sempre macarrão, feijão, polenta. Eu não era revoltada. Eu achava que as coisas eram como era.

No ano que passei lá, ele veio ver a mãe 3 vezes e nunca eu vim ver minha mãe aqui e cada vez que ele voltava, ele me esquentava a cabeça. Que minha mãe não estava nem aí comigo! Que pra minha mãe eu tinha morrido!

Dia de Natal eu passei que nem um cachorro, sozinha! Eu com o irmão dele, naqueles confins de mundo! Nenhum parente perto. Meu cunhado, dia de Natal, bebeu um pouco. Então brigou com o outro. Aí eu disse: Ou a gente volta pra São Paulo ou eu largo de você.

Quando eu voltei do Paraná fui trabalhar de faxineira. Fazia faxina nas casas, o mais velho eu deixava em casa sozinho o dia todo, mas levava o pequeno. Eu achei que não devia deixar em casa sozinho porque ele era muito pequeno. Então eu falei com as pessoas que trabalhava que só ia continuar a fazer fa-



xina se levasse meus dois filhos juntos. Aí elas concordaram. Então eu levava os dois.

Nessa época nós estávamos em São Paulo. Aí eu fiquei grávida e continuava com as faxinas e fazia as feiras livres vendendo miudezas: pente, linha, lápis, para poder dar para comprar umas verduras, uma fruta, porque o que ele ganhava não dava para pagar aluguel nem pra sustentar a casa.

Nos últimos dias eu parei de trabalhar. Então comecei a lavar camisa de jogador e encher vassoura de pelo em casa. A fábrica me levava em casa porque eu estava muito pesadona e os jogadores também levavam e vinham buscar em casa as camisas. Eu lavava e passava as camisas dos jogadores uma vez por semana e durante a semana eu ficava enchendo vassoura de pelo.

Depois meu menino nasceu, eu continuei enchendo vassoura de pelo e lavar as camisas dos jogadores. Não parei.

Aí nós voltamos para cá. Meu sogro emprestou dinheiro para comprar um cavalo e meu pai emprestou para comprar uma carroça e passei a vender verdura na rua. O meu marido estava na Petrominas, que fechou, e ficou 40 dias sem trabalhar. Eu ganhava bem com a verdura, tinha sorte. Mas meu filho ficou ruim de novo e meu marido ficou 6 meses sem trabalhar. Tive que vender o cavalo e a carroça para pagar a Santa Casa — 18 cruzeiros. Levei o menino para fazer eletro nas Clínicas em São Paulo mas não consegui e voltei. Fui fazer faxina novamente: 3,00 por dia, de segunda a sexta feira, cada dia numa casa. Fiz isso durante 4 anos. O dinheiro dava para a comida, força e aluguel de 7,50. As roupas das crianças, minha irmã dava. Meu marido ficou 1 ano e 1 mês parado, depois entrou no Ricete. Aí dava melhor, e sempre me xingando, batendo, etc.: Puta vagabunda, puta rampeira.

Aí entrei no concurso de casa na Redenção e ganhei. Pagava a casa Cr\$ 100,00 por mês.

Entre para trabalhar na Malharia, fiquei lá 1 ano. Meu marido continuava no Ricete e deu para comprar móveis, TV, etc.

Depois da Malharia, comecei a fazer enfeite de espuma, fiz isso uns 3 anos: capa de bujão de gás, etc. 3 dias fazia e 3 dias vendia. Apreendi sozinha e dava certo. É um pouco trabalhoso, precisa ter paciência. Vendia roupa: buscava em São Paulo, é só ter dinheiro de sobra (juntei com os enfeites) e vendia aqui, isso por 2 anos.

Aí comprei a Kombi (minha irmã foi fiadora) para vender verdura. Meu marido saiu da firma, queria também vender verdura, mas tem gente que não dá para certos serviços. Falei



para ele voltar para a fábrica. Ele não queria, preferia ficar na moleza dirigindo a Kombi.

Ele sempre me batendo. Um dia saí de casa e fui com meus filhos para minha mãe, e contei tudo para ela. Até aí ela não sabia de nada. Aí ele chorou e eu voltei. Mas tudo continuou igual, só que ele voltou para a fábrica.

Eu ia em Matão, Araraquara, fazer tudo sem carta. Segunda, quarta e sexta-feira tinha mercado aqui em São Carlos, então eu sabia qual a verdura que estava em falta. Então eu comprava a verdura que estava em falta no mercado de São Carlos. Meu menino ia junto comigo e como tinha muita conta pra pagar e a gente estava numa situação meio crítica, então eu me obrigava passar segunda, quarta e sexta-feira a noite toda comprando verdura pra vender em Araraquara e comprava em Araraquara para vender aqui.

Segunda, quarta e sexta-feira eu passava a noite inteira acordada e terça, quinta e sábado eu ia para Araraquara às 3 horas da manhã porque o mercado abria às 4 horas. E o meu menino me acompanhava. Eu não dormia quase nada. Dormia 3 dias por semana 3 horas e só no domingo era que eu dormia. Às vezes a perua quebrava na estrada e até arrumar a perua eu chegava em casa já na hora de ir para o mercado. Fazia a comida de qualquer jeito e ia para o mercado.

A verdura começou a dar prejuízo, pois chegou uma época que tinha muita verdura. Então eu parei de vender verdura e fui trabalhar de turma, então comecei a tocar turma. Eu tinha a perua e levava as turmas.

Eu comecei na Academia de Pirassununga. Eu tinha perua, fui levar turma lá. Eu ia todo dia de manhã cedo, ele pagava Cr\$ 100,00 por dia e me dava a gasolina.

Aí foi que eu comecei na Academia de Pirassununga. Então eu chegava lá, eu ajudava a turma a plantar grama — já pensou, ficar o dia inteiro parada?! Eu achava que uma pessoa acostumada a trabalhar não podia ficar parada. O homem pagava Cr\$ 20,00 por dia pra plantar, então eu plantava junto com a turma. Eu trabalhei 3 meses em Pirassununga. Faltava 1 semana para terminar o serviço eu capotei minha perua, a essas alturas já fazia 3 anos que eu tinha ela, vivia pelas estradas, um ano sem carta, vivia pra tudo que é canto, não aconteceu nada. Naquele dia eu capotei minha perua com 10 pessoas dentro. Foi sem mais sem menos, cortou a corrente, eu fui tentar sair no acostamento, ela estava com jogo no volante, vinha um desses caminhão de combustível, bateu assim na traseira dela e jogou ela fora do asfalto. Aí eu não consegui segurar mais ela. Eu tombei, ela deu 3 tombos e afundou. Eu quebrei a clavícula, mas não aconteceu nada com ninguém, ninguém se machucou,



nem uma esfoladura. Aí eu fiquei 30 dias engessada. Com 30 dias eu pedi para tirar o gesso que não aguentava mais. Aí mandei arrumar a perua. O cara que fez o serviço nela demorou 3 meses para me entregar.

Aí esse cara que eu tava trabalhando para ele tinha caminhão mas não tinha carta. Quando eu tirei o gesso o médico recomendou que eu não podia dirigir condução pesada, eu poderia dirigir condução leve no caso a perua, carro, mas o cara tinha o caminhão e não tinha motorista. Então ele veio ver se eu não queria dirigir o caminhão para ele. Então eu comecei. Naquela semana que ficou sem acabar o serviço, então uma outra perua foi levar para mim a turma até acabar o serviço. Aí quando eu tirei o gesso, comecei com o caminhão. Aí nós gramamos aquele ginásio, o Militão, lá na Vila Monteiro. Eu tomava as decisões. Aí meu marido inventou de sair da firma outra vez, e queria vir trabalhar comigo. Mas o cara não queria dar o caminhão para ele, porque os dois tinha rixa um com outro. Eu só dava quando o dono do caminhão não estava. Então eu ia buscar grama na Santa Mariazinha, uma fazenda aqui pertinho, uns 12 km. Eu ia buscar grama, carregava e vinha com 10.000 kg de grama e 10 empregados em cima da grama. Trazia, descarregavam o caminhão, plantavam e voltava. Às vezes dava 3, 4 viagens até terminar o Militão. Aí eu não quis saber de trabalhar para o cara porque ele era muito vagabundo, então eu que fazia o serviço, depois repartia com ele o lucro! Ele era dono do caminhão. Era meio a meio, mas quem punha gasolina o mês inteiro era eu porque ele nunca tinha dinheiro. Depois ele acertava comigo.

Aí eu vendi a perua, ela veio do concerto, mas não ficou boa e eu gastei 7 milhões nela e vendi por 7 milhões. Paguei com uma mão e com a outra mão vendi, porque não pegava mais do que isso, ele deixou com muito defeito. Então eu desgostei dela, não quis mais saber dela, vendi ela. Aí que eu vendi ela e comprei um caminhão.

Aí acabou o serviço na cidade e comecei a tocar turma de roça: carpa de café, de cana, essas coisas assim porque não tinha mais serviço de grama. Aí uma fazenda perto do posto Castelo mandou me chamar. Eu arrumei 18 empregados então fui fazer o serviço lá, ganhei uma grana boa naquele serviço.

A turma carpia o café, então era a turma minha, eu que pagava, eu que recebia e tudo, sabe? Eles ficavam sob minha responsabilidade, era empregado meu. Eles me pagavam 70 centavos por pé e eu pagava pra turma 40 centavos e eu ganhava 30 centavos por pé e eles que carpia na base de 240, 250 pé por dia. Tinha uns que carpia até 300 pés por dia. Aí tinha



semana de tirar Cr\$ 3.000,00, tinha semana que eu tirava Cr\$ 4.000,00. Aí acabou o serviço e na última semana eu tirei Cr\$ 4.500,00 livres de todos os gastos, de conta de empregado, de tudo, tirei Cr\$ 4.500,00 livres. Aí eu comecei a trabalhar na fazenda do Antonio Donato, lá na 4 R, aí perto, carpia café. Aí já era por dia. Isso faz uns 4 anos.

Era eu que contratava os trabalhadores.

Eu chegava lá na fazenda e pegava o serviço, tinha meus empregados já, eu era muito enérgica mas eles gostavam de mim. Primeiro eu só tinha homens, depois homens e mulheres. Eram umas mulheres boas para trabalhar, então eu ajustei elas, e foi que lá na fazenda anterior eu já tinha 7 mulheres e 12 homens.

Eles me adoravam. Eles não sabiam quanto eu ganhava. Eu ia um dia para tratar o serviço, depois eu combinava com eles: Eu pago tanto, vocês querem? Todo sábado eu pagava a turma. Sempre religiosamente. Quando eles pediam dinheiro adiantado, eu dava dinheiro adiantado; às vezes, outros queriam eu não tinha. Eu comprava cigarro, mistura, essas coisas, no armazém na minha conta e dava para eles, no fim de semana descontava. Os outros turmeiros estavam pagando Cr\$ 30,00, os que estavam comigo ganhavam Cr\$ 70,00-80,00, o que menos ganhava era Cr\$ 60,00. Para eles era uma boa porque eles ganhavam o dobro do que trabalhar para qualquer outro turmeiro. Então eles ficavam comigo e eles gostavam muito de mim, me respeitavam. Aí depois o meu marido inventou de ir junto comigo; aí eu sabia que não ia dar certo. Uma, que nós não combina de gênio, e outra que ele não serve para esse tipo de serviço. A gente, nesse tipo de serviço, tem que dar uma de duro, mas saber dar uma de duro, e ele é muito implicante e a turma foi desgostando. A turma falou: Oi dona, se ele continuar vindo a gente vai sair. E eu falava que ele tinha que voltar para a fábrica, ele falava que eu queria continuar sozinha porque eu andava com os caras da fazenda. Quer dizer, ele sempre com essa, entende? Era o truque dele. Então eu, para evitar atrito maior em casa, concordava. Mas sabe, aquele inferno! Depois foi que eu tinha serviço para mais de um ano. Depois minha mãe ficou doente e foi operada de câncer na coluna. Tiraram 2 nózinhos da espinha dela, aí ela ficou aleijada e tinha muita dor, sofreu muito, ela ficou internada 4 meses aqui, 3 meses em Jaú, aí ela pediu para vir para cá. Fazia 1 ano que não via minha mãe e não conversava com ela. Ela disse que não queria mais me ver e eu me isolei da família inteira. E eu sabia por estranhos do que ela estava passando. Eu tinha medo de ir ver ela e ela me tocasse de lá. Eu chorava sozinha de noite, mas



não podia nem reclamar porque meu marido nem chorar deixava, porque ele achava que como ela fazia tudo aquilo para mim eu não devia nem gostar dela. Então eu tinha que curtir tudo sozinha, então chegava de noite em casa e chorava. Aí ela estava muito mal e mandou me chamar, ela se arrependeu, e eu fui ver ela. Aí eu tinha sido operada do seio, minhas irmãs estavam cuidando dela 3 dias cada uma, 9 meses.

Fazia uma semana que eu tinha sido operada do seio. Antes eu já tinha operado, quando estava no primeiro serviço da carpa de café. Pedi para meu marido levar a turma para mim enquanto eu operava, foi numa quarta-feira. Na quinta-feira eu saí da Santa Casa, na sexta-feira o dono da fazenda mandou me chamar. Então eu falei que ia no sábado, que era dia de pagamento, e meu marido tinha feito a conta e tinha dado Cr\$ 4.800,00 para receber e eu sabia que tinha mais de Cr\$ 12.000,00. Eu sabia pelos dias que eu tinha trabalhado e porque ele chegava em casa e prestava conta, porque eu falava: Você me anota tudo, conta pé por pé e me anota, e quem foi, quanto fez. E pela quantidade de empregados que tinha, eu já sabia mais ou menos no sábado quanto que tinha que receber e quanto que eu tinha que pagar e quanto que eu tinha tido de lucro. Aí ele falou na sexta-feira que tinha só Cr\$ 4.800,00 para receber. Eu fiquei louca, eu tinha mais de Cr\$ 8.000,00 para pagar. Ele disse que contou, o dono da fazenda também tinha contado. Aí eu fui na fazenda no sábado de manhã, eu cheguei lá tava uma chuva daquelas e eu estava com os pontos, estava enfaixada, com esparadrapo. Eu me obriguei a sair debaixo de chuva para contar os pés, eu tinha que pagar os empregados. Tinha 13.800 pés de café para contar. Entre o intervalo de uma rua com outra — porque a gente carpia só em volta dos pés de café na leira — entre o intervalo de uma leira na outra a marmelada estava cobrindo um homem, e a gente tinha que passar duma leira na outra assim, no meio daquela marmelada. Eu me enrolei com plástico, guarda chuva e tudo, mas não adiantou nada, eu fiquei inteirinha molhada. O dono da fazenda chegou e eu estava contando o café, era 10 pra meio dia, e ele falou o capeta para meu marido, porque eu estava na chuva. Aí ele não podia falar nada, ele estava errado, ele brigou comigo depois. Aí eu quando acabei de contar o café, fui me trocar, tirei o curativo, fiz outro. Aí disse para ele: Tem tantos pé de café, dá tanto e você tem que me pagar tanto. Aí ele disse: mas nós contamos 4.800. Então eu falei: Não sei que jeito vocês contaram, faço questão que você vá contar de novo. Mas ele sabia mais ou menos quantos pés tinha, ele já sabia, a diferença pode dar de 20 a 30 pés. O cara foi malandro, ele pensou em dar o golpe. Aí



ele disse que não precisava, porque já tinha feito experiência comigo antes. Tinha perguntado quanto tinha dado e depois tinha ido conferir e estava certinho. Ele falou que dessa vez não ia conferir porque o pai dele tinha feito as contas e achava que tinha que ter uns 12.800 pés de café, tinha diferença de 30 pés de café. Cheguei em casa a operação já estava toda inchada, com febre, tudo doendo. Aí eu fiquei 6 meses tratando. Nessa época fui cuidar da minha mãe e os médicos, quando souberam que eu estava operada, não deixaram eu ficar com ela.

Depois voltei a trabalhar perto de Ibaté, já estava boa. Aí minhas irmãs pediram para eu voltar para cuidar da minha mãe, eu sabia que ia perder o serviço porque meu marido não dava certo. Mas tive que ir porque apesar do que ela tinha feito para mim, mãe é mãe né?! E foi que eu falei para ele: Você cuida da turma, eu só venho no sábado fazer o pagamento. Na primeira semana que eu fiquei sem ir, tinham saído 8 empregados meus, os melhores, oito numa pancada e a turma toda revoltada com ele. Aí eu pedi para eles aguentarem as pontas que depois eu voltava. Mas no outro sábado quando fui lá, o dono da fazenda me chamou e disse: Infelizmente, se o seu marido continuar a vir nós vamos ter que parar o serviço. Ele já brigou com o fiscal, trata os empregados muito mal, se for para ele continuar não vai dar. E como eu não podia deixar de cuidar de minha mãe no hospital, eu dispensei a turma e fiquei mais 15 dias com minha mãe até ela morrer. Eu chorei muito e meu marido ficou bravo, porque achava que não tinha necessidade de chorar porque ela tinha sido muito ruim para mim. Aí quebramos o pau.

Aí ele ficou parado. Então eu disse que não ia trabalhar: Você se vire. Troquei meu caminhão pela perua Rural e o cara que comprou o caminhão até hoje não terminou de pagar. Fui na Junta mas não deu, não fui mais atrás. Fiquei 4 meses parada. O dinheiro que eu tinha foi indo. Ele não queria mais voltar para a fábrica. Aí me apareceu um serviço em Piracicaba então eu fui. Cheguei lá arrumei uma pensão para ficar. Aí meu marido invocou de eu ficar lá a semana toda e só vir no sábado, quis ir para lá também. Então quebramos aquele pau! Eu não queria de jeito nenhum porque eu sabia que ia dar pancadaria, mas ele teimou e eu fui obrigada a concordar. Eu sofri horrores. Eu tinha 30 empregados, mas mineiros, desses que vêm do sertão, e eles eram ruins pra burro e meu marido vivia em atrito com eles. Para mim não acontecia nada, eles obedeciam. E era aquele quebra pau todo dia e reclamações. Aí meu caminhão começou a quebrar, consertava hoje, ia dar uma viagem de grama, quebrava outra vez na roça. O mecânico ia lá na



roça, quando chegava na entrada da cidade quebrava outra vez. Numa semana gastei mais de Cr\$ 8.000,00 com o caminhão. Aí a firma começou a atrasar o pagamento. Faltava só 3.000 metros de grama para acabar de plantar e terminar o serviço e eles não me pagavam, e a turma começou a me apertar que queria o dinheiro. Eles pagavam por mês mas já fazia 90 dias e eles não pagavam e os empregados prensando, prensando. A situação aqui em casa não estava boa, e eles tiravam tudo no armazém o que precisavam, mas nunca podiam comprar uma carne, uma coisa diferente, comiam só o que tinha no armazém. Aí aquelas brigas lá. Um dia eu cheguei no cara e disse que queria o dinheiro e ele falou que ia sair. Eu falei que parava o serviço: Eu paro o serviço e vocês me pagam. Aí eu parei o serviço. Parou comigo mais 3 empreiteiros. E a minha turma foi todo trabalhar para outras pessoas, mas ficaram aguardando o pagamento. E eu vim aqui falar com o dono da Bandeirantes, eu pedi para ele me arrumar pelo menos o dinheiro para pagar os empregados. Ele me arrumou Cr\$ 8.000,00, eu fui para lá paguei todo mundo. Voltei, aí ele não pagava e eu tinha que pagar o armazém, aí ele me deu Cr\$ 4.000,00 e eu paguei o armazém e fiquei sem dinheiro. Aí eu estava com 5 mil e pouco para receber, e levei mais de um mês para receber. Nesse intervalo eu estava parada e meu marido não queria saber de voltar para a fábrica. Aí eu falei que não ia mais trabalhar: A obrigação sua é sustentar nós e você vai trabalhar.

Meu filho mais velho estava fazendo SENAI e o outro também, e meu marido disse que não ia trabalhar e ficou 4 meses parado e eu também. Aí eu me revoltei já com umas outras que tinham me acontecido e ele sempre me batendo, sempre dando uma de machão. Ele tinha uma amiga aí, ela vinha até buscar ele no portão de casa. Eu fiquei revoltada e falei para ele: Agora você decide: ou você volta a trabalhar ou então a gente se separa de uma vez, mas é para sempre, porque eu não tenho mais condições de viver com você. Acho que você é meio louco e não tá dando. Aí foi que ele falou que não ia trabalhar. Nessa época eu perdi a minha casa, perdi porque vendi por Cr\$ 7.000,00. Aí minha irmã veio me chamar para trabalhar no hotel, então falei para ele: Bom, se você não voltar a trabalhar, aqui você não fica. Se até a tarde você não tiver arrumado serviço vou por as suas coisas na rua. Mas eu não falei onde eu ia trabalhar. Eu falei: Desta vez eu ponho as suas coisas na rua e se você não for, eu faço a sua pele quando você pegar no sono. E ele sabia que eu andava meia louca mesmo, a gente vai se revoltando. Foi aí que ele arrumou serviço e começou a trabalhar também. Aí o filho mais velho começou a trabalhar também, tirou o diploma do SENAI e começou a trabalhar. Ele



é torneiro mecânico já faz 1 ano e 3 meses. Aí eu falei para ele: Se você parar vai ver o que acontece. Nesse ano que eu trabalhei no hotel ele já trabalhou em três lugares. Ele enche e sai, nem dá bola, sai mesmo. O outro filho também está trabalhando de torneiro mecânico, faz um mês.

Eu trabalhei no hotel até 8 dias atrás. Eu era copeira, servia o café da manhã, servia uísque, água, uma fruta, café fora de horário. Limpava o salão e no resto do dia fazia o controle da copa, conferia o uísque, conferia as bebidas que tinha, meu serviço era esse. O horário era das 7 horas da manhã às 11 e das 12 horas às 16 horas. Mas ultimamente eu estava entrando às 5 da manhã e trabalhava direto até às 4 horas da tarde. Cheguei até a trabalhar de acidente. Eu cortei a mão e fiquei 8 dias de acidente trabalhando com a mão cortada, com 4 pontos na mão. Não tinha ninguém para ficar no meu lugar. Eu não ganhava nada a mais, eles me pagavam a mesma coisa que pagavam para as outras. Eu saí justamente por isso. Eu costurava também a roupa do hotel, que não era obrigação minha. Eles pediam para mim, eu sei costurar, então eu arrumava as colchas, fazia fronhas, arrumava os lençóis, fazia as camisas dos cozinheiros, os aventais, os guardanapos da copa, toalhas da copa. Eu fiz as cortinas do salão, tudo dentro desse horário. Eu corria para acabar o serviço da copa até a uma hora e depois eu descia para costurar e quando eles precisavam telefonavam lá em baixo na rouparia e eu subia e servia o hóspede, depois voltava para lá. Eles não pagavam hora extra, pagavam somente como se fosse 8 horas. Aí eu comecei a me revoltar, a achar que eles não estavam agindo de acordo. Então eu chamei o gerente lá e falei que queria um aumento e expliquei o motivo, o meu ponto de vista. Eu era, bem dizer, a responsável pela copa. Aí o gerente começou a invocar de eu querer aumento, eu esperei a decisão dele, 8 dias, esperei 10 dias, 15 dias e ele não dava aumento. Ele falou para eu esperar que ele ia falar com um cara de São Paulo que é da administração. No sábado o cara veio. No domingo ele não me deu satisfação de nada. Na 2.ª feira eu fui falar com ele: O senhor falou com o Paulo? — É ele ficou de resolver e me dará a resposta no outro sábado. Sempre enrolando, o gerente lá é um tanto fraco pra isso, ele não tem autoridade. Ele não tem autoridade porque não quer ter autoridade, ele não é ligado nas coisas. Por que para ser chefe, pra ser gerente tem que ter pulso firme senão a turma toma conta. Para isso eu sirvo. Já tive 38 empregados na minha responsabilidade. Eles me respeitavam, faziam tudo certinho. No dia que eu mandava um fazer uma coisa e ele não acatava minhas ordens, eu mandava embora. Simplesmente mandava



embora por esse motivo. Nunca deixava ninguém sem explicação. Aquele gerente não, ele vai deixando, vai deixando. A gente falava com ele e ele não, preciso falar com a turma de São Paulo. Desde que ele é o gerente, ele é que tem que tomar a iniciativa.

Eu estava com 8 folgas atrasadas. O meu serviço de casa estava todo atrasado. Eu não tinha condições de cuidar da casa. Tinha que sair às 4 horas. Levantava às 3 horas para deixar almoço feito. Acordava meu menino às 4 horas porque ele tinha que entrar às 5 também e ia trabalhar. Eu chegava em casa às 5 da tarde e encontrava as panelas da comida tudo destampadas, ninguém faz nada. Onde senta tira a conga, a camisa, eles largam. Lá em casa é assim. Ninguém faz nada. Eles acham que são homens e não devem fazer estas coisas. O primeiro que não faz é o pai. Quando eles eram mais pequenos eles faziam. Depois, o pai diz: Vai, deixa isso pra mulher. Os filhos não gostam de fazer e não fazem. Eu não tenho autoridade para dizer: Não, vocês têm que fazer. — O pai não faz porque eu tenho que fazer?!, eles dizem. Tudo isso contribui. Como eu ficava pouco tempo em casa eu tinha dó de ficar chamando a atenção de meus filhos por uma coisa dessas. Então eu preferia me sacrificar e fazer tudo e deixar eles terem liberdade em casa para fazer o que tinham vontade de fazer.

No hotel, quando não tem muito movimento, é tranquilo, mas dia de muito movimento, como no sábado, eles têm o horário certo e estão pagando, têm direito de exigir. Comigo os hóspedes eram legais, porque eu procurava servir da melhor maneira possível. Quando foi no feriado de 21 de abril tinha 96 hóspedes, eu trabalhei. No sábado tinha 137 hóspedes e eu trabalhei novamente. No sábado eu falei pro gerente: O senhor falou com o Paulo a respeito do meu aumento? Ele respondeu: Infelizmente ele falou que não pode dar aumento. — E sobre as minhas folgas? As minhas folgas ele estava pagando a Cr\$ 70,00 e eu achava pouco e queria Cr\$ 100,00 já que a turma da portaria ganhava Cr\$ 150,00. Quando ele pegava alguma extra para ajudar era Cr\$ 100,00 para trabalhar só 4 horas. Eu comecei a me revoltar com isso. Porque se para extra trabalhar 4 horas ganhava Cr\$ 100,00 e eu também tinha direito já que trabalhava direto desde às 5 horas da manhã, ainda mais com toda responsabilidade nas minhas costas! Eu não estava pedindo nada demais, eu estava pedindo uma coisa justa! Eu não gosto de injustiça. Então ele falou para mim que não. Infelizmente, ele não podia pagar minha folga mais de Cr\$ 70,00. Então eu falei pra ele com a maior educação: Olha, o senhor vê o que vai fazer a semana que vem porque eu infelizmente não vou poder entrar



mais às 5 horas da manhã. Não dá mais para entrar às 5 horas da manhã. — Mas você sempre fez isso e nunca se revoltou? — É, mas agora eu comecei a me revoltar. Porque eu acho uma injustiça, desde que uma pessoa estranha vem aqui para trabalhar 4 horas e ganha mais do que eu, eu também tenho o direito de ganhar. Enfim, a responsabilidade é toda sobre eu. — É, mas infelizmente eu não posso pagar! — Bom, infelizmente a semana que vem eu vou folgar. Não folgo essa semana porque não dá condições. Vou folgar domingo, segunda, terça e quarta feira. Estou avisando para o senhor porque estou com 8 dias de folga atrasadas, além dos dias de acidente que eu trabalhei. Então veja o que o senhor vai fazer, porque eu vou folgar.

Eu folguei e quando na 4.^a feira eu fui trabalhar eles não me deixaram entrar. Fui no meu horário normal, 7 horas da manhã. Quando cheguei lá ele precisou chamar duas ajudantes para dar conta do trabalho eu eu fazia das 5 até 7 horas da manhã. Pagando Cr\$ 100,00 para cada pessoa. Não era mais vantagem ele ter me dado o aumento?! E ele não quis dar. Acho que fui mandada embora porque ele achava que futuramente eu seria perigosa para ele porque eu estava por dentro de tudo, mas eu não iria falar nada.

Meu marido acha que toda mulher é biscate, até eu mesma. Só a mãe dele é boa. Ele acha que a mulher deve ser escrava: cafezinho na cama, cueca para o banho, tudo na mão, etc. Leão e Virgem não combina. O tempo dos escravos já passou e eu sou bem branquinha (ele é moreno).

Acho que um deve respeitar o outro. Não gosto que quando ele está comigo fique mexendo com outras moças. Longe ele faça o que quiser.

Ele convive com mulheres e homens que saem juntos, nos bailes da roça e depois cada um sai com outro. Ele vive com este tipo de gente e julga os outros como se todos fossem iguais ao grupo dele.

Ele não queria que eu trabalhasse no hotel porque tem mais chance. Mas até a mulher em casa, quando quer, faz mesmo, arruma chance.

Ele é inseguro não sei porque: se é ignorante, convive com gente vulgar, não sei, até 6 anos atrás eu tentei, agora não dá mais.

A última vez que me bateu foi em São João do ano retrasado e eu dei 2 tiros. Sorte que não acertou senão eu estaria arrependida. Com sangue frio a gente não faz.



CONTO

ESTADO CIVIL

FÁTIMA MIRANDA*

Marina estava casada há 5 anos. Estava não. É casada. Frase que inclusive colocada em qualquer requisição de emprego lhe traz à boca uma desculpa perante a recepcionista do empregador: — “Mas, não tem problema. Posso fazer as duas coisas, eu preciso trabalhar”. E quando chegava na linha dos filhos, Marina tremia um pouco: “— Tenho um, mas é muito bonzinho. Fica com a avó quando preciso”. O empregador ou a recepcionista), impassível: “— Se você não fosse casada, era mais fácil.”

(Só falta essa moça metida em roupas da moda dizer que o fato de não ser casada a impede de ter sexo). “— Gravidez não precisa de casamento para pegar”. Mas isso já é muito incômodo para os patrões urbanos refletirem. Eles gostam de moça solteira porque elas são mais despreocupadas, podem oferecer toda sua força de trabalho.

Bem que eu não devia ter me casado, eu queria muito ganhar um salário, conseguir estabilidade num emprego, como meu marido. Ele sim é que tem uma vida normal, está se divertindo, crescendo, em sua função. E sempre me diz: “— Mas você tem tudo de que precisa”. Não tenho. Não gosto de fazer comida, gerar filhos, varrer o pó. Nosso raro encontro sexual no fim de semana não sacia mais minha fantasia.

E o emprego não aparece. Nesta grande cidade. Ele arranhou 2 empregos, agora trabalha um pouco à noite, também. Fico sozinha o dia inteiro, sem fazer nada ou fazendo o que

*Jornalista, autora do livro “Que se passou com Bolota” (1972), contos publicados na Revista Escrita.



sempre faço, saio, compro o jornal, vou ao supermercado, dou comida à criança. Olho toda a página de empregos. Vejo as roupas da vitrine, mas não tenho dinheiro para consumir. E mesmo que tivesse é enfastante só passar os dias fazendo compras. Não esqueço das relações-públicas-recepcionistas: quando botamos a cara fora do elevador, sabemos. Ela está sorrindo, sorrindo feita uma macaquinha. Nos esperando para poder falar: "— Não precisamos no momento. Não é possível". (O que não é possível?). As mulheres ainda tratam pior, para os homens de pastinha preta na mão não usam sutiã, deixam aparecer um pouco os peitos, tudo ... Seu sonho maior é um dia casar ... por mil e tantos cruzeiros.

O que não gosto mesmo é de ir lá pra cidade, lá no centrão, onde está todo mundo tentando ganhar dinheiro; são os caras do centro-norte-interior que vêm pra cá, se deslumbram e já estão empregados.

Devia era ter uma lei-limite-de-imigração-pra-cada-cidade: atingido certo número de pessoas a mais, o excesso tinha que voltar para onde nasceram, cuidar da terra, de plantar. Não, ficam por aí zanzando pelas cidades, fazendo trabalhinho de escritório. E os planejadores de desenvolvimento que racionalizem um pouco o tráfego da migração. Depois se acha o caos urbano, é vila sem luz, bairro sem esgoto, enchente na periferia. Lógico. Não há prefeitura que aguento a instalação de vários bairros operários por ano.

O ônibus parava de ponto em ponto. Cada vez subia mais gente.

— Vi a Teca com aquele cara, Nelson. Dessa vez ela deu certo.

— É meu, que você queria? Que eu me casasse com ela? Por falar nisso, pergunta pra tua empregada se ela tem alguma amiga que cozinhe. Não aguento mais comer em restaurante. É um saco não ter mulher que faça uma comidinha pra gente.

— Tá. Você vai encontrar o Alberto agora?

— Não, saiu de férias com a mulher.

— Eles voltaram?

— Parece.

— E a outra cara com quem ele andou?

— Não sei. Eles foram para uma cidadezinha perto do mar.

Estava difícil se relacionar com os mais jovens. Dificuldade exposta na roupa, no cabelo branco, na linguagem. Elvis Presley morrera no dia anterior. Catherine Deneuve um ano antes. A sua geração estava começando a passar.

Os bailes. A cuba-libre, eram já lembranças bem antigas. A própria faculdade se enevoava em meio a recordações, rei-



vindicações, à pós-graduação. Precisava trabalhar como um cavalo para sustentar a mulher e o filho, pagar o apartamento, comida, as roupas dele, o carro, a empregada-o cinema-o último curso de extensão universitária-a condução-o tapete-os livros-a sauna-o papel-sabão-água-luz-telefone-o sofá que comprou por um bom preço-condomínio prestação de uma dívida velha-gás-as férias e suas eventuais trepadas indiretamente, também.

Enfim, o vazio. O imposto.

E vinham aqueles seus novos conhecidos mais novos dizer isto, que a política aquilo. Que era preciso. O que seria preciso, depois de tanto tempo, enganos, acertos, afagos, derrotas, depois de tantos atos involuntários.

O homem do banco do lado apertava, torcia as mãos, piscava o olho e depois resolveu olhar direto para os seios da passageira que estava de pé. Encostou na perna da mulher quando deu o sinal e desceu.

Era desagradável conviver com adolescente. Aquelas risadinhas próprias da idade, aquele deboche, a inconsequência que só iria continuar até que passassem por tudo que já se sabia. O velho da frente mexia os lábios, não se escutava absolutamente nada que ele falava. Talvez não falasse nada. Uma mulher com a criança no colo pedia licença. Foi um dificuldade o velho levantar, tinha uma pessoa querendo sentar no lugar. Era difícil entrar ou sair.

O cobrador às vezes tinha troco.

A maior certeza era abrir/fechar a porta, acender a luz e perceber que o invencível pó doméstico cobria os móveis, as cortinas, as plantas da varanda, o assoalho, Morta Marilyn balo-fa Liz, a única cópia do quadro pop.

Marina havia saído e esquecera de fechar a janela. O vento espalhou as páginas da tese. Ele a chamou de filha da puta e depois foi esquentar a comida que a mulher deixou com um bilhete em cima do fogão: Fui dormir com minha irmã.



RESENHA

A MULHER CELIBATÁRIA

A Nova Mulher e a Moral Sexual, de Alexandra Kollontai, Global Editora — 1978, 144 páginas, Cr\$ 60,00.

LUIZ CLAUSET*

Quem são as mulheres modernas? Como a vida as fez?

*A mulher moderna, a mulher que se domina **celibatária**, é filha do sistema econômico, do grande capitalismo. Essa mulher, que é uma realidade da massa, nasceu com o ruído infernal das máquinas da oficina e das sirenes das fábricas.*

A imensa transformação que sofreram as condições de produção nos últimos anos, principalmente depois das constantes vitórias da produção do grande capitalismo, obrigou também a mulher a se adaptar às novas condições criadas pela realidade que a rodeia.

O tipo fundamental dessa mulher está em relação direta com o grau histórico do desenvolvimento econômico por que atravessa a humanidade. E, ao mesmo tempo que se experimenta uma transformação das condições econômicas com a consequente evolução das relações de produção, experimenta-se uma mudança no aspecto psicológico da mulher.

A mulher moderna, como tipo, não poderia aparecer senão com o aumento quantitativo da força de trabalho feminino assalariado. Há cinquenta anos, considerava-se a participação da mulher na vida econômica como desvio do normal, como infração à ordem natural das coisas. As mentalidades mais avançadas buscavam então meios adequados para que a mulher voltasse ao lar. Hoje em dia, só os reacionários, encerrados em preconceitos e na mais sombria ignorância, são capazes de repetir essas opiniões.

*Jornalista



Atualmente, milhões de mulheres pertencem às fileiras proletárias; centenas de milhares têm uma profissão, consagram suas vidas à ciência ou à arte. Marcha grandiosa a desse exército de mulheres! E boa parte desse exército é constituída por mulheres do tipo celibatário, isto é, por mulheres que na luta pela subsistência contam apenas com suas próprias forças; de mulheres que não podem viver unicamente na dependência de um marido que as sustente.

As relações de produção, que durante séculos mantiveram a mulher fechada em casa e submetida ao marido, são entretanto as mesmas que, ao arrancar as correntes enferrujadas que a aprisionavam, impelem a mulher frágil e inadaptada à luta pela vida, submetendo-a à dependência econômica do capital. A nova mulher defronta-se com esse problema de adaptação e tem que corrigir imediatamente as verdades morais que herdou de seus avós. Dá-se conta, assombrada, de toda a inutilidade do aparelho moral com que a educaram. As virtudes femininas — passividade, submissão, doçura —, que lhe foram incutidas durante séculos, tornam-se agora completamente supérfluas, inúteis e prejudiciais. A realidade capitalista contemporânea só recebe as mulheres que souberam a tempo desprezar essas virtudes femininas e que assimilaram a filosofia da luta pela vida. Para as inadaptadas, isto é, para as mulheres do tipo antigo, não há lugar nas fileiras das classes trabalhadoras. As fileiras das trabalhadoras são sempre formadas pelas mais fortes e resistentes, pelas mulheres de espírito mais disciplinado. As de natureza frágil e passivas continuam fortemente vinculadas ao lar. Se as necessidades materiais as arrancam do lar para lançá-las na tormenta da vida, deixam-se levar pelo caminho fácil da prostituição legal ou ilegal, casam-se por conveniência ou lançam-se à rua. As mulheres trabalhadoras constituem, por isso, a vanguarda de todas as mulheres e integram em suas fileiras representantes das diferentes camadas sociais.

Melhor que qualquer comentário que possa ser feito sobre o livro de Alexandra Kollontai é a sua leitura. Mesmo porque sua linguagem simples e precisa dispensa o trabalho de intermediários.

O trecho reproduzido acima é o começo do livro e também o ponto de partida de que a autora se vale para penetrar nos complexos terrenos do amor, do sexo e da emancipação da mulher. Ela reconhece a complexidade dessas questões e não pretende, em poucas páginas, resolvê-las. Mas, a partir de uma análise histórica das relações de produção, fornece, talvez, a linha mestra para a sua melhor compreensão.



O fato do livro ter sido escrito em 1918 e ter conservado, durante esses 60 anos, a mesma atualidade e o mesmo vigor explica-se pela coragem que ela teve, àquele tempo, de não separar as leis que regem o amor e o sexo das leis que regem a sociedade. Fica mais fácil, assim, por meio de sua leitura, compreender porque a luta da mulher por sua emancipação não se dá por acaso, como se de repente ela despertasse de um longo sono. Nem acontece como resposta a uma possível rivalidade com o homem. Essa luta se trava no dia-a-dia da produção, que é onde a mulher trabalhadora se viu de repente mergulhada e onde o homem trabalhador é seu aliado. Nessa batalha, a mulher trabalhadora entra, é claro, em situação de desvantagem em relação ao homem — e a própria Kollontai o reconhece —, mas cabe a ela reconquistar o terreno perdido com suas próprias forças, ou seja, aperfeiçoando a sua força de trabalho e lutando pela valorização dessa força de trabalho no mercado.

A segunda parte do livro é dedicada à forma como a mulher de 1918 aparece na literatura. Alexandra Kollontai se revela aí uma profunda conhecedora da literatura de sua época e nos ensina o caminho da leitura ideológica. Ou seja, em cada obra analisada, ela se esforça para descobrir a ideologia de cada personagem feminina e conclui que a nova mulher — a mulher que vive às suas próprias custas — começa a surgir na literatura, embora de maneira ainda tímida.

Na terceira e última parte do livro, Kollontai repassa o papel desempenhado pela mulher nos diversos estágios da história da humanidade. Mostra que a mulher submissa, que luta hoje por sua emancipação nem sempre foi submissa. E que mesmo essa submissão teve fases diferentes da que enfrenta hoje.

Entim, uma das reedições mais importantes desse ano e de leitura obrigatória. Para homens e mulheres.





SUGESTÕES ZAPATA

para você pedir pelo correio

ADOLFO SANCHEZ VASQUEZ					
* Filosofia da Praxis	Cr\$	170,00	* Miséria da Filosofia	Cr\$	65,00
* As Ideias Estéticas de Marx	Cr\$	160,00	* Contribuição à Crítica da Economia Política	Cr\$	120,00
ALEXANDRA KOLLONTAI			* Os Fisiocratas	Cr\$	70,00
* A Nova Mulher e a Moral Sexual	Cr\$	60,00	* Crítica aos Programas de Gotha e Erfurt	Cr\$	27,00
ANTONIO GRAMSCI			* A Sagrada Família	Cr\$	120,00
* Maquiável, a Política e o Estado Moderno	Cr\$	130,00	* Anti-Dühring	Cr\$	130,00
* Literatura e Vida Nacional	Cr\$	100,00	* Dialética da Natureza	Cr\$	130,00
* Os Intelectuais e Organização da Cultura	Cr\$	100,00	* Consequências Sociais da Maquinaria Automatizada	Cr\$	15,00
* A Concepção Dialética da História	Cr\$	120,00	LEONCIO BASBAUM		
* Cartas do Cárcere	Cr\$	140,00	* História Sincera da República	Cr\$	400,00
AUGUSTO BOAL			MAURICE DOBB		
* Teatro do Oprimido	Cr\$	100,00	* A Evolução do Capitalismo	Cr\$	170,00
* Crônicas de Nuestra América	Cr\$	45,00	* Os Salários	Cr\$	60,00
BERTOLD BRECHT			* Economia Política e Capitalismo	Cr\$	160,00
* Teatro Completo, 6 volumes	Cr\$	580,00	MAXIMO GORKI		
CELSO FURTADO			* A Mãe	Cr\$	55,00
* O Mito do Desenvolvimento Econômico	Cr\$	60,00	MONIZ BANDEIRA		
* Análise do Modelo Brasileiro	Cr\$	60,00	* Presença dos Estados Unidos no Brasil	Cr\$	200,00
CHICO DE OLIVEIRA			* O Governo João Goulart	Cr\$	100,00
* Crítica à Razão Dualista	Cr\$	40,00	N. BUKHARIN		
* Elegia para uma Re(II)gião	Cr\$	70,00	* Tratado de Materialismo Histórico	Cr\$	100,00
DARCI RIBEIRO			N. POULANTZAS		
* Maira	Cr\$	150,00	* As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje	Cr\$	150,00
* Os Índios e a Civilização	Cr\$	200,00	* Poder Político e Classes Sociais	Cr\$	140,00
* Teoria do Brasil	Cr\$	90,00	NELSON WERNECK SODRE		
* O Dilema da América Latina	Cr\$	120,00	* História da Burguesia Brasileira	Cr\$	120,00
EDUARDO GALEANO			* História da Literatura Brasileira	Cr\$	150,00
* As Velas Abertas da América Latina	Cr\$	150,00	OTAVIO IANNI		
* Vagando	Cr\$	80,00	* Imperialismo e Cultura	Cr\$	90,00
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO			* O Colapso do Populismo no Brasil	Cr\$	80,00
* Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes	Cr\$	110,00	* A Luta pela Terra	Cr\$	120,00
* Amazônia: Expansão do Capitalismo	Cr\$	90,00	PABLO NERUDA		
* O Modelo Político Brasileiro	Cr\$	90,00	* Confesso que Vivi	Cr\$	125,00
FERNANDO MORAIS			* Antologia Breve	Cr\$	70,00
* A Ilha	Cr\$	40,00	PAUL M SWEEZY e P. BARAN		
FERREIRA GULLAR			* Capitalismo Monopolista	Cr\$	160,00
* Poema Sujo	Cr\$	60,00	* Teoria do Desenvolvimento Capitalista	Cr\$	180,00
* Vanguarda e Subdesenvolvimento	Cr\$	80,00	PAUL SINGER		
FLORESTAN FERNANDES			* Capital e Trabalho no Campo	Cr\$	70,00
* A Sociologia no Brasil	Cr\$	130,00	* Desenvolvimento e Crise	Cr\$	100,00
* A Sociologia de Classes e Subdesenvolvimento	Cr\$	90,00	PAULO FREIRE		
* Circuito Fechado	Cr\$	80,00	* Pedagogia do Oprimido	Cr\$	120,00
* O Folclore em Questão	Cr\$	100,00	* Ação Cultural para a Liberdade	Cr\$	100,00
FRANCISCO WEFFORT			* Cartas à Guiné-Bissau	Cr\$	100,00
* O Populismo na Política Brasileira	Cr\$	110,00	* Extensão ou Comunicação	Cr\$	80,00
G. LUKACS			ROSA DE LUXEMBURGO		
* Introdução à Estética Marxista	Cr\$	100,00	* Introdução à Economia Política	Cr\$	135,00
G. POLITZER			* A Acumulação de Capital	Cr\$	180,00
* Princípios Fundamentais de Filosofia	Cr\$	130,00	* A Crise da Social-Democracia	Cr\$	75,00
* Princípios Elementares de Filosofia	Cr\$	140,00	V. LENIN		
HARRY BRAVERMAN			* Que Fazer	Cr\$	100,00
* Trabalho e Capital Monopolista	Cr\$	160,00	* Duas Táticas da Social-Democracia	Cr\$	50,00
JOHN REED			* Escritos Diversos	Cr\$	78,00
* 10 Dias que Abalaram o Mundo	Cr\$	190,00	WILHELM REICH		
KARL MARX e F. ENGELS			* Psicologia de Massa do Fascismo	Cr\$	90,00
* O Capital, 6 volumes	Cr\$	1.200,00	* A Revolução Sexual	Cr\$	120,00
* O Manifesto	Cr\$	90,00	OBS.: Esses preços são válidos por 60 dias da data dessa publicação.		
* Formações Econômicas Pré-Capitalistas	Cr\$	80,00	Basta escrever		
* A Ideologia Alemã, 2 volumes	Cr\$	280,00	Rua Dr. Cesário Mota Jr., 285		
			01221 - São Paulo - SP		

LEIA E ASSINE

Revista de debates

PLURAL

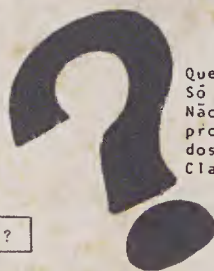
Ano I

Julho/Setembro 1978

Número 1

CAMPO X CIDADE

A exploração do homem e da mulher, numa entrevista com o professor José de Souza Martins.



Quem deve discutí-las?
Só as mulheres?
Não seria também um problema de interesse dos homens?
Classe versus sexo?

Por que

discutir

a questão feminina ?

Pesquisa: A ideologia da professora primária. Artigo: Uma análise crítica da economia brasileira. Resenha: O movimento de emancipação da mulher na China. Ficção: A Semana Santa numa cidade do interior do Nordeste, conto de Ana Maria Ferreira Dubois.

ENVIE CHEQUE NOMINAL EM FAVOR DE LETÍCIA
RITA BONATO PARA O NOSSO ENDEREÇO:
TRAVESSA BRIGADEIRO LUIS ANTONIO, N.º 21
CEP 01318 — SÃO PAULO — SP.

ASSINATURA ANUAL — 4 NÚMEROS — CR\$ 180,00
ESPECIFIQUE A PARTIR DE QUE NÚMERO DESEJA
SUA ASSINATURA